**UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA – UNESP**
**FACULDADE DE CIÊNCIAS E LETRAS – CAMPUS DE ASSIS**

**ELIAS AUGUSTO PEREIRA NASCIMENTO PAIVA**

# “OS NOVOS VASSALOS DE PORTUGAL”:
# Os Mbaya-Guaykuru e a política indigenista portuguesa em Mato Grosso no século XVIII

ASSIS
2025

**ELIAS AUGUSTO PEREIRA NASCIMENTO PAIVA**

# “OS NOVOS VASSALOS DE PORTUGAL”:
# Os Mbaya-Guaykuru e a política indigenista portuguesa em Mato Grosso no século XVIII

Dissertação apresentada à Universidade Estadual Paulista (UNESP), Faculdade de Ciências e Letras, Assis, para a obtenção do título de Mestre em História.

Área de Concentração:
História e Sociedade.

Orientador: Prof. Dr.
André Figueiredo Rodrigues.

ASSIS

2025

P149"

Paiva, Elias Augusto Pereira Nascimento
"Os novos vassalos de Portugal" : Os Mbaya-Guaykuru e a política indigenista em Mato Grosso no século XVIII / Elias Augusto Pereira Nascimento Paiva. -- Assis, 2025
110 p.

Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista (UNESP), Faculdade de Ciências e Letras, Assis
Orientador: André Figueiredo Rodrigues

1. Mbaya-Guaykuru (Povo indígena). 2. Políticas Indigenistas. 3. Diretório dos Índios. 4. Mato Grosso - Século XVIII. I. Título.

Sistema de geração automática de fichas catalográficas da Unesp. Dados fornecidos pelo autor(a).

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA

Câmpus de Assis

**ATA DA DEFESA PÚBLICA DA DISSERTAÇÃO DE MESTRADO DE ELIAS AUGUSTO PEREIRA NASCIMENTO PAIVA, DISCENTE DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA, DA FACULDADE DE CIÊNCIAS E LETRAS - CÂMPUS DE ASSIS.**

Aos 06 dias do mês de maio do ano de 2025, às 9h, por meio de Videoconferência, realizou-se a defesa de DISSERTAÇÃO DE MESTRADO de ELIAS AUGUSTO PEREIRA NASCIMENTO PAIVA, intitulada **"OS NOVOS VASSALOS DE PORTUGAL": OS MBAYA-GUAYKURU E A POLÍTICA INDIGENISTA PORTUGUESA EM MATO GROSSO NO SÉCULO XVIII**. A Comissão Examinadora foi constituída pelos seguintes membros: Prof. Dr. ANDRÉ FIGUEIREDO RODRIGUES (Orientador(a) - Participação Virtual) do(a) UNESP/FCL-Assis, Prof. Dr. JOSÉ OTÁVIO AGUIAR (Participação por Parecer Circunstanciado) do(a) Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), Prof. Dr. ANÍBAL HERIB CABALLERO CAMPOS (Participação Virtual) do(a) Universidad Nacional de Asunción (UNA). Após a exposição pelo mestrando e arguição pelos membros da Comissão Examinadora que participaram do ato, de forma presencial e/ou virtual, o discente recebeu o conceito final:_ APROVADO _____. Nada mais havendo, foi lavrada a presente ata, que após lida e aprovada, foi assinada pelo(a) Presidente(a) da Comissão Examinadora.

André Figueiredo Rodrigues

Prof. Dr. ANDRÉ FIGUEIREDO RODRIGUES

## AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a minha família: Pai, mãe e irmão, que, mesmo de longe, fizeram parte de todo o processo de ingresso na faculdade e pós-graduação, me incentivando e ajudando sempre que possível e de todos os modos cabíveis.

À Bruno e Renata, professores de história ao longo de meu ensino fundamental e médio, que me incentivaram a buscar o sonho de ser professor e pesquisador em história.

Ao meu orientador, André Figueiredo Rodrigues, pela paciência e auxílio ao longo dos mais de 6 anos de orientação, sem seu apoio não teria concebido a possibilidade da pós-graduação.

Aos professores que participaram das bancas de qualificação e defesa, Juciene Cardoso, Aníbal Herib Caballero e José Otávio Aguiar, pelas recomendações e correções ao trabalho.

Aos funcionários da biblioteca da UNESP/Assis, em especial a Auro e Ana Paula, que sempre se dispuseram a me ajudar na pesquisa e a me acalmar nos momentos desesperadores.

Aos amigos hoje distantes fisicamente, Lucas Toschi, Lucas Gallette, João Pedro e Matheus pelo apoio constante e mútuo nas empreitadas acadêmicas e laborais. Mesmo não podendo ajudar uns aos outros de forma direta devido as diferentes áreas pesquisadas por cada um, sempre damos nosso melhor.

À Fals que, presente nos momentos iniciais de pesquisa, ajudou da forma que pode com todo o apoio e incentivo, e a Fabrício que acompanhou de perto os momentos pré-aprovação de meu projeto (em breve comemoraremos suas conquistas!).

À Lucas Nogueira Ramos, pessoa mais importante da minha trajetória acadêmica, sem sua presença não conseguiria alcançar o fim da graduação e a estadia em uma cidade nova, a ele devo provocações e ideias que não surgiriam sozinhas, além das risadas constantes que me permitiram o alívio em momentos de tristeza.

E, finalmente, a Giovanna, que tem me acompanhado ao longo de todo o processo e sua finalização. Sem você nada disso seria possível.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

PAIVA, Elias Augusto P. N. "*Os novos vassalos de Portugal": Os Mbaya-Guaykuru e a política indigenista em Mato Grosso no século XVIII*. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Assis, 2025.

## RESUMO

Este projeto investiga as dinâmicas coloniais e indígenas no século XVIII, com enfoque nas relações estabelecidas entre os Mbaya-Guaykuru e agentes do Império Português na capitania de Mato Grosso. O estudo insere-se no contexto de implementação de políticas indigenistas lusas e as estratégias de resistência e negociação dos povos nativos, tendo como principal condutor o Diretório dos Índios, implementado por Mendonça Furtado em 1757 e sua repercussão nas fronteiras meridionais da América Portuguesa.

O seu desenvolvimento foi embasado na análise de documentos produzidos por oficiais e administradores coloniais e na legislação indigenista, articulando-as às disputas imperiais entre Portugal e Espanha na região. Através destes, busca-se compreender como os Mbaya-Guaykuru reinterpretaram as estruturas de dominação, utilizando-se de alianças, mobilidade territorial e táticas políticas para preservar sua autonomia e modos de vida, destacando as resistências adaptativas frente à expansão colonial.

Ao examinar a documentação proposta, busca-se compreender como as disposições do Diretório – que visavam a assimilação, o controle territorial e a transformação dos indígenas em "vassalos" – foram interpretadas, negociadas ou contestadas pelos Mbaya-Guaykuru e pelos agentes coloniais na fronteira. Ao evidenciar as estratégias indígenas de resistência, acomodação e reapropriação do Diretório, o trabalho busca repensar o alcance efetivo da legislação indigenista em regiões marcadas por conflitos interétnicos e disputas imperiais.

**Palavras-chave**: Mbaya-Guaykuru (Povo indígena); Políticas Indigenistas; Diretório dos índios; Mato Grosso - século XVIII.

PAIVA, Elias Augusto P. N. "*Os novos vassalos de Portugal" : Os Mbaya-Guaykuru e a política indigenista em Mato Grosso no século XVIII*. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Assis, 2025.

## ABSTRACT

This project investigates colonial and Indigenous dynamics in the 18th century, focusing on the relations established between the Mbaya-Guaykuru and agents of the Portuguese Empire in the captaincy of Mato Grosso. The study is situated within the context of the implementation of Portuguese Indigenous policies and the resistance and negotiation strategies of Native peoples, with particular emphasis on the Diretório dos Índios (Directory of the Indians), enacted by Mendonça Furtado in 1757, and its repercussions in the southern frontiers of Portuguese America.

The research is based on the analysis of documents produced by colonial officials and administrators, as well as Indigenous legislation, linking them to imperial disputes between Portugal and Spain in the region. Through these sources, the study seeks to understand how the Mbaya-Guaykuru reinterpreted structures of domination, employing alliances, territorial mobility, and political tactics to preserve their autonomy and ways of life, highlighting adaptive resistance strategies in the face of colonial expansion.

By examining the proposed documentation, the study aims to understand how the provisions of the Diretório—which sought assimilation, territorial control, and the transformation of Indigenous peoples into "useful vassals"—were interpreted, negotiated, or contested by the Mbaya-Guaykuru and colonial agents on the frontier. By highlighting Indigenous strategies of resistance, accommodation, and reappropriation of the Diretório, the work seeks to reassess the actual reach of Indigenous legislation in regions marked by interethnic conflicts and imperial rivalries.

**Keywords**: Mbaya-Guaykuru (Indigenous people); Indigenist Policies; Indigenous Directory; Mato Grosso – 18th Century.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Descrição dos Mbaya-Guaykuru e seus grupos ..... 19

Figura 2 – Mapa das expedições de Cabeza de vaca ..... 26

Figura 3 – Mapa etnográfico do alto Paraguai ..... 42

Figura 4 – Possíveis itinerários para as minas do Cuiabá (1ª parte) ..... 47

Figura 5 – Possíveis itinerários para as minas do Cuiabá (2ª parte) ..... 48

Figura 6 – Missões, povoados e fortificações no Vale do Rio Paraguai ..... 61

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – gêneros solicitados para presentear os Mbaya-Guaykuru ..... 66

Tabela 2 – Mapa das populações indígenas da serra de Albuquerque ..... 77

**SUMÁRIO**

**INTRODUÇÃO** ..... 10

**A NAÇÃO MBAYA-GUAYKURU E A COLONIZAÇÃO DO CHACO PARAGUAIO** ..... 15

Os muitos nomes povos e terrenos ..... 17

O campo de caça sob instituição colonial ..... 25

Os jesuítas e a infrutífera batalha pelas almas Mbaya-Guaykuru ..... 31

O século XVIII e a dispersão dos cavaleiros ..... 37

**TERRITÓRIO EM DISPUTA: REPRESSÃO E ALIANÇAS EM UMA ANÁLISE DA POLÍTICA INDIGENISTA MATOGROSSENSE** ..... 43

Das incursões portuguesas ao estabelecimento dos fortes ..... 45

Incursões e "guerras justas": as primeiras estratégias ..... 53

Comércio e alianças: políticas indigenistas e os Mbaya-Guaykuru ..... 62

**O DIRETÓRIO E SUAS INFLUÊNCIAS NAS POLÍTICAS LOCAIS** ..... 81

O Diretório e as políticas indigenistas no brasil colonial ..... 82

Políticas locais e sua inserção no contexto geral ..... 88

**CONSIDERAÇÕES FINAIS** ..... 99

**FONTES MANUSCRITAS** ..... 102

**FONTES IMPRESSAS** ..... 105

**BIBLIOGRAFIA** ..... 107

# INTRODUÇÃO

Meu primeiro contato com a história os indígenas Mbaya foi ainda ao longo da graduação, no decorrer do desenvolvimento de uma iniciação científica, nomeada "Revoltas e relações de poder no universo latino-americano colonial (1492-1844)", o projeto propunha efetuar um levantamento de dados relacionados as insurgências ocorridas ao longo do continente sul-americano enquanto colônia. Já orientado pelo professor André Figueiredo Rodrigues, pude buscar diversas informações relacionadas as mais variadas revoltas. Um desses episódios em questão tornou-se justamente o objeto de pesquisa dessa nova proposta.

Durante minhas pesquisas, chamou-me atenção os relatos de uma guerra entre indígenas e portugueses que se arrastou dos fins do século XVII até praticamente o início do XIX. Minha curiosidade inicial se relacionava com a influência de tal agrupamento indígena acerca da formação do território colonial na região do Mato Grosso, onde sabidamente se encontravam, além das diversas populações nativas, as duas forças coloniais ibéricas, disputando limite a limite, demarcação a demarcação, a posse de tais territórios. Além disso, ao tomar conhecimento de um tratado de paz entre as partes, assinado em 1791, e sua posterior quebra, por volta de 1826, fui me aproximando cada vez mais da temática, com a qual ainda não tinha familiaridade. Formava-se ali o embrião de minha dissertação. Dessa forma, iniciaram-se as pesquisas relativas aos grupos Mbaya e a região meridional da américa portuguesa.

Tal território fora palco de disputas que pareciam infindáveis desde o início de sua exploração pelas forças coloniais. O contato tardio com a nova região apresentou inúmeras dificuldades para ambas as coroas. Além da vegetação e rios desconhecidos, as populações originárias buscavam também a manutenção de seus territórios de todas as formas possíveis, atrapalhando desde viagens exploratórias até o estabelecimento de povoamentos. Dessa forma, o oeste sul-americano apresenta um cenário de contínuos conflitos ao longo do século XVIII, conflitos estes que seguiam e traziam sem solução para as autoridades coloniais uma série de questionamentos: como seria possível estabelecer-se em território tão hostil? Conseguindo se instalar, como garantir a posse do território? Qual seria a política territorial a se aplicar nas novas fronteiras?

Grande foi o meu choque ao perceber que, na verdade, os grupos nativos que cativaram minha atenção não eram oriundos de tais terras, e na verdade já se

relacionavam com os espanhóis desde o início do século XVII, de repente foram abertas ainda mais possibilidades.

Protagonizando relatos de europeus ainda no século XVI, os indígenas Mbaya mostraram-se, desde o início do processo de colonização das terras na América do Sul, um problema para o estabelecimento do poder colonial na região do Chaco, que, nos tempos atuais englobam espaços espalhados pela Bolívia, Paraguai, Argentina e Brasil. Suas ações de resistência a colonização eram temidas e foram combatidas por ambas as coroas de forma contundente.

> Em sua luta contra os Mbayá-Guaikuru, os colonizadores espanhóis e portugueses usaram de todos os recursos, desde as expedições de extermínio até o comércio de aguardente, a contaminação através do presente de roupas de variolosos, as alianças de paz, o suborno e as traições (Ribeiro, 2020, p. 26).

Mantendo o foco em meu interesse inicial, busquei compreender a inserção dessas populações ao contexto de alianças entre europeus e nativos, processo tão documentado por diversos historiadores como Monteiro (2014) e Perrone-Moises (1998). Ainda antes da procura por documentos que pudessem nortear a pesquisa, tive contato com os relatos do cronista Francisco Rodrigues do Prado em sua produção *História dos índios cavaleiros ou da nação Guaicuru*, onde fora possível, pela primeira vez, visualizar o desenvolvimento das tratativas entre lusitanos e Mbaya até o momento de assinatura do tratado de 1791. Neste momento, a pesquisa transforma-se. Sai de cena uma possível análise do tratado em si e passamos a nos direcionar a análise do histórico de ações de cunho indigenistas empregadas pelos portugueses na região afim de garantir a dominação territorial.

Partindo então da curiosidade por este cenário tão rico em questionamentos e embates, procuramos analisar a conjuntura da américa meridional em meados do século XVIII tendo como recorte territorial a região mato grossense, mais especificamente o espaço banhado pelo rio Paraguai e seus afluentes, destacando o Rio Miranda. As questões norteadoras deste trabalho relacionam-se a apresentar e debater as políticas indigenistas efetuadas pelos lusitanos em busca de dominação sob o território almejado, mas não se reduzem apenas a isso, buscamos também denotar as a ações de política indígena efetuadas pelos grupos Mbaya-Guaykuru como agentes históricos e influentes no cenário político local como figuras autônomas, de modo a construir uma história destes grupos apesar do viés das fontes analisadas.

As questões concernentes as políticas dirigidas aos indígenas nativos da região estudada são analisadas sob a égide do *Diretório que se deve observar nas povoações dos índios do Pará e Maranhão*, elaborado por Mendonça Furtado e aplicado pelo Marques de Pomba em 1757, uma vez que compreendemos tal lei como um ponto de inflexão para com a legislação indigenista vigente até então, seguindo as proposições de Almeida (1997).

Ademais, procuramos compreender também como o recorte geográfico em questão permeava as ações empenhadas pelos administradores na busca pela garantia de posse territorial frente o contexto de embate fronteiriço entre as duas potências coloniais e suas tentativas de tomada de terras.

A pesquisa documental elaborada nesta dissertação foi baseada em documentação relativa a ofícios enviados pelos administradores locais as autoridades metropolitanas, abarcando o período de 1734 a 1803 e referentes a administração de três governadores diferentes, representando 19 documentos. Todos os manuscritos consultados encontram-se digitalizados pelo Projeto Resgate– Mato Grosso e disponíveis online através da biblioteca nacional digital,

Somado a estas fontes manuscritas, inseriram-se também no escopo pesquisado fontes impressas presentes nos primeiros volumes das revistas do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e do Instituto Histórico e Geográfico Paulista, tais excertos dizem respeito a narrativas e relatos de cronistas do período colonial que se debruçaram sob as questões ocorridas na capitania de Mato Grosso durante o século XVIII e início do século XIX, como o próprio relato de Francisco Rodrigues do Prado e as pontuações de Luiz D'Alincourt sobre as condições da capitania de Mato Grosso no período de sua viagem (1825 – 1826).

Para finalizar o escopo documental, foram analisados os relatos etnográficos concernentes ao processo de redução jesuítica empregado aos Mbaya-Guaykuru no Paraguai colonial, presentes no tratado de Sanchez-Labrador, posteriormente manuscrito e compilado em dois tomos pela Universidade de La Plata em 1919, assim como as descrições de viagens dos exploradores espanhóis e os relatos de Félix de Azara, presentes em *Descripción e historia del Paraguay y del Río de la Plata*, de 1847, organizada por Basilio Sebastián Castellanos de Losada.

A discussão bibliográfica presente neste trabalho abarca produções que versam sobre as disputas territoriais entre os impérios ibéricos na região oeste sul-americana, como é o caso de *O poder metropolitano em Cuiabá* (2004) de Otávio Canavarros,

*Relatos Monçoeiros* (1976) e *Relatos Sertanistas* (1976) de Taunay, O *presídio de Miranda e a defesa do império português na fronteira sul da capitania de Mato Grosso (1797-1822)* (2012) de Bruno Tulux, *O extremo Oeste* (1986) e *Monções* (2014) de Sérgio Buarque de Holanda, *Viajantes, mareantes e fronteiriços: Relações interculturais no movimento das monções – Século XVIII* (2006) e *Lealdades Negociadas* (2012) de Francismar Alex Lopes de Carvalho, estes últimos relacionam-se também com as estratégias políticas indigenistas e indígenas perpetradas em Mato Grosso com relação as populações Mbaya.

No âmbito da discussão acerca do indigenismo lusitano, destacamos as produções: *O diretório dos índios: um projeto de "civilização" no Brasil do século XVIII* (1997), de Rita Heloísa de Almeida, *Quando os índios eram vassalos: colonização e relações de poder no Norte do Brasil na segunda metade do século XVIII* (2000) de Ângela Domingues e a dissertação de Alessandra Resende Dias Blau, *O "ouro vermelho" e a política de povoamento da Capitania de Mato Grosso: 1752-1798*, que relacionam-se aos projetos indigenistas no recorte territorial analisado.

Quanto a história e etnografia Mbaya-Guaykuru, além das produções já citadas de Carvalho, foram consultadas as dissertações *Distinções eyiguayegui (2017)*, elaborada por Gabriela de Carvalho Freire e *Os Mbayá-Guaicuru: área, assentamento, subsistência e cultura material* (1998), de Ana Lucia Herberts, de 1998, e as produções de Alfred Metráux (1946) e Branislava Susnik (1978; 1995) que relacionam-se com o campo antropológico e o estudo etnográfico que embasou as pesquisas acerca destes agrupamentos indígenas no século XX.

Como mote e embasamento teórico do projeto, almejou-se a construção de uma história relativa "a ideia de que o impacto do contato, da conquista e da história da expansão europeia não se resume apenas na dizimação de populações e na destruição de sociedades indígenas." (Monteiro, 2001, p.57). Busca-se analisar, portanto, o processo de etnogênese Mbaya-Guaykuru, engendrado a partir de suas constantes mudança territoriais, uso político de alianças para com os europeus e o desenvolvimento de uma cultura de corso, dessa forma, construindo uma análise relativa a uma história propriamente indígena, seguindo o que foi postulado por Manuela Carneiro da Cunha (1998) em *História dos índios do Brasil* e seguindo o processo dessa construção onde devemos a todo momento repensar as construções historiográficas tradicionais já estipuladas.

> repensar as ações políticas dos povos indígenas é reavaliar as relações sociais que os diferentes atores nativos criaram a partir do pós-contato, contemplando não só as imagens de bravura e ferocidade, mas também de opções políticas de "colaboração ou acomodação" e alianças, como estratégias de sobrevivência na sociedade colonial (Cardoso, 2005, p. 21).

Nesse sentido, o texto está dividido em três capítulos. O primeiro estabelece os protagonistas do estudo, rememorando seu histórico pré-colonial, as primeiras interações com os europeus e iniciais tentativas de controle colonial, efetuados pela força espanhola em sua busca pelo domínio do Chaco, assim como as mudanças territoriais decorrentes destes contatos e as consequências destes.

Já estabelecidas as bases acerca da história dos Mbaya-Guaykuru, no segundo capítulo é empreendida uma descrição das ações de política indigenista implementadas pelos portugueses em território mato-grossense com relação a este grupo, seguindo a ordem de fatos presentes nas comunicações entre oficiais do regime colonial, localizando tais ações e as respostas por parte dos indígenas, partindo inicialmente das incursões primárias ao território meridional americano e seguindo até as tentativas de aldeamento implementadas a partir da metade do século XVIII.

Na terceira seção, consequentemente, dar-se-á a localização das políticas locais da capitania de Mato Grosso no cenário amplo da colonização brasileira, analisando tais ações a partir do contexto estabelecido pelo *Diretório dos índios* a partir de 1757, visando analisar, partindo de bibliografia relativa a estes processos, os acordos e desacordos das ações com a conjuntura geral do território colonial.

*Capítulo I*

# A nação Mbaya-Guaykuru e a colonização do chaco paraguaio

O Chaco[1] paraguaio, parte integrante do bioma chaquenho, engloba também extensões presentes no Brasil e na Bolívia. Estendendo-se do surgimento das montanhas ao sul dos Andes até as serras de Córdoba, tem como divisa o pantanal mato-grossense ao norte e os rios Paraná e Paraguai ao leste. Este, foi o lar e componente principal para a existência de uma enorme variedade de animais, plantas e, logicamente, inúmeras populações humanas.

Seguindo sua geografia, que possui características de transição entre os diversos biomas que o circundam, o Chaco também se impõe como uma região transicional para as mais diversas culturas locais, recebendo desde interferências derivadas de grupos andinos até as variadas populações Guarani. Essa convergência de numerosas correntes de influência garantiu a região chaquenha uma pluralidade de trocas interétnicas e culturais, estabelecendo um ambiente propício para o surgimento dos mais diversos grupos populacionais. Discutida anteriormente por Metráux (1946), esta particularidade regional chama atenção de historiadores e antropólogos e, através de Carvalho (2002), passa-se a discutir o fenômeno do "*melting pot* cultural" e a região recebe a alcunha de "encruzilhada dos povos".

No presente capítulo almejamos apresentar os protagonistas e localizá-los dentro da região chaquenha, evidenciando sua área de habitação, comportamentos e conflitos ao longo do período compreendido entre o primeiro contato com os espanhóis até os anos finais do século XVIII. Ademais, discorreremos sobre o que é conhecido acerca das culturas e sociedades prévias aos processos de instituição colonial, empreendidos no decorrer dos séculos XVI, XVII e XVIII, além das alterações trazidas pelas novas dinâmicas socioculturais desenvolvidas pela chegada destes intrusos ao ambiente chaquenho, tais como diminuição da população original e seu deslocamento territorial.

[1] O nome Chaco é proveniente do *Quechua* e significa "campo de caça".

As questões aqui apresentadas e debatidas derivam de produções que abordam diretamente, ou ao menos tangenciam, os primeiros contatos entre os Mbaya-Guaykuru[2] e colonos castelhanos, perpassando o campo histórico, antropológico e inclusive arqueológico. Com relação a bibliografia consultada, destacamos destarte obras já consolidadas como cânones acerca da etnohistória da região, explicito aqui os trabalhos de Alfred Metráux (1946), Branislava Susnik (1978 e 1995) e Ludwig Kersten (1968), dialogando também com produções mais recentes e, não obstante, contemporâneas como as de Freire (2018) e os projetos desenvolvidos a partir do Programa Arqueológico do Mato Grosso do Sul[3]. Além do suporte bibliográfico, foram analisadas primariamente fontes impressas ligadas ao contexto de colonização, primeiro contato e tentativas de evangelização, tais como o tratado de José Sanchez-Labrador, *El Paraguay catholico* (1910), *Naufrágios e comentários* (1987) de Álvar Nuñez Cabeza de Vaca, *Viaje al Rio de la Plata (1534-1554)* (1903) de Ulrich Schmídel, as duas obras de Félix de Azara, *Descripción e historia del Paraguay y del rio de la plata* (1847) e *Viajes por la America meridional* (1934) e *Etnografia del Chaco* (1793) de D. Juan Francisco Aguirre.

Tendo como estopim o recorte exposto, pretende-se construir uma concisa história das populações integrantes da nação analisada, abordando desde seu histórico pré-colonial até as interações resultantes de um processo de colonização tardio, o que levou a desconfiguração total dos territórios e seus habitantes anteriores. Após explicitar os debates relativos aos contatos iniciais, faz-se presente também uma breve leitura e discussão concernente as tentativas de redução dos indígenas Mbaya-Guaykuru, empreendidas por jesuítas e franciscanos no período que tange os séculos XVI e XVII, neste ponto foi empregada de forma direta a análise documental disponível acerca das missões. Através desta investigação, procuramos assimilar as políticas indigenistas que regeram a região do Chaco Paraguaio e suas populações ao longo do período analisado, de forma a, futuramente, efetuar ligações, semelhanças e diferenças entre a atuação hispânica e lusitana acerca do controle das populações indígenas.

Findado este propósito, o fim da análise localizar-se-á na última década do século XVIII, onde pode-se contemplar uma maior presença de interação entre os

[2] Discussões relativas à terminologia serão apresentadas ao decorrer deste capítulo.

[3] Foram utilizadas fundamentalmente dois trabalhos provenientes do projeto em questão:

- Os Mbayá-Guaicuru: área, assentamento, subsistência e cultura material (1998);
- Relações de gênero entre populações indígenas nômades do Chaco: Abipón, Mocovi, Toba, Payaguá e Mbayá no século XVIII (2003).

Mbaya e os colonizadores portugueses que se aproximam da região do Chaco através de suas incursões em direção a região do extremo oeste da América portuguesa.

**Os muitos nomes, povos e terrenos**

> Dizem que, depois de serem creados os homens, e com eles repartidas as riquezas, uma ave de rapina que no Brazil chamam Caracará se lastimara de não haver no mundo Guaycurú; que os creára e lhes dera o porrete, a lança, o arco e as flechas, e dissera que com aquellas armas fariam a guerra as outras nações das quaes tomariam os filhos para captivos, e roubariam o que pudessem: mas a este seu creador não tributam culto algum, antes o matam as vezes que podem (Prado, 1839, p. 28).

Dentre as etnias presentes neste território por volta do século XVI alguns grupos fazem-se atuantes como protagonistas nos tratados e relatos de descrição etnográfica[4], cada qual por sua singularidade. Dentre estas parcelas, os conhecidos como Mbaya-guaykuru são o foco deste trabalho.

Nomeados por uma variedade quase que infinita de etnônimos, os integrantes desta nação postulam o espaço de protagonistas dos embates entre indígenas e colonizadores. Não só por terem guerreado com ambas as forças coloniais atuantes pela região da bacia do rio Paraguai ao longo do século XVIII, mas também por uma série de peculiaridades atribuídas a eles a partir da visão dos intrusos europeus.

Antes de iniciar propriamente a apresentação de nossos protagonistas, é importante delimitar quem eram considerados integrantes das parcialidades Guaycuru e quais nomenclaturas podem ser observadas nos relatos e documentações disponíveis sobre a época.

Além dos grupos comumente chamados apenas por *guaicuru*[5], que povoavam a região inferior do rio Paraguai e mais próxima ao centro do Chaco, são relatadas também as populações genericamente conhecidas como *Mbaya*[6], presentes na região

[4] Entre as diversas análises etnográficas consideradas, destacam-se os Abipón, Mocoví, Toba, Lengua, Payagua, Chamacoco, Guaná, entre outros também citados por Susnik (1978) e Metráux (1946).

[5] Kersten (1968) compreende que durante os primeiros contatos os espanhóis denominaram como *Guaycuru* a toda sorte de indígenas nômades. Na linguística moderna aceitou-se o uso deste etnônimos para definição do vasto grupo linguístico.

[6] Herberts (1998) resume os possíveis significados deste termo através de vários relatos: *Mbaya* poderia descrever desde as esteiras utilizadas em suas habitações até “hercúleo” ou “gigante”

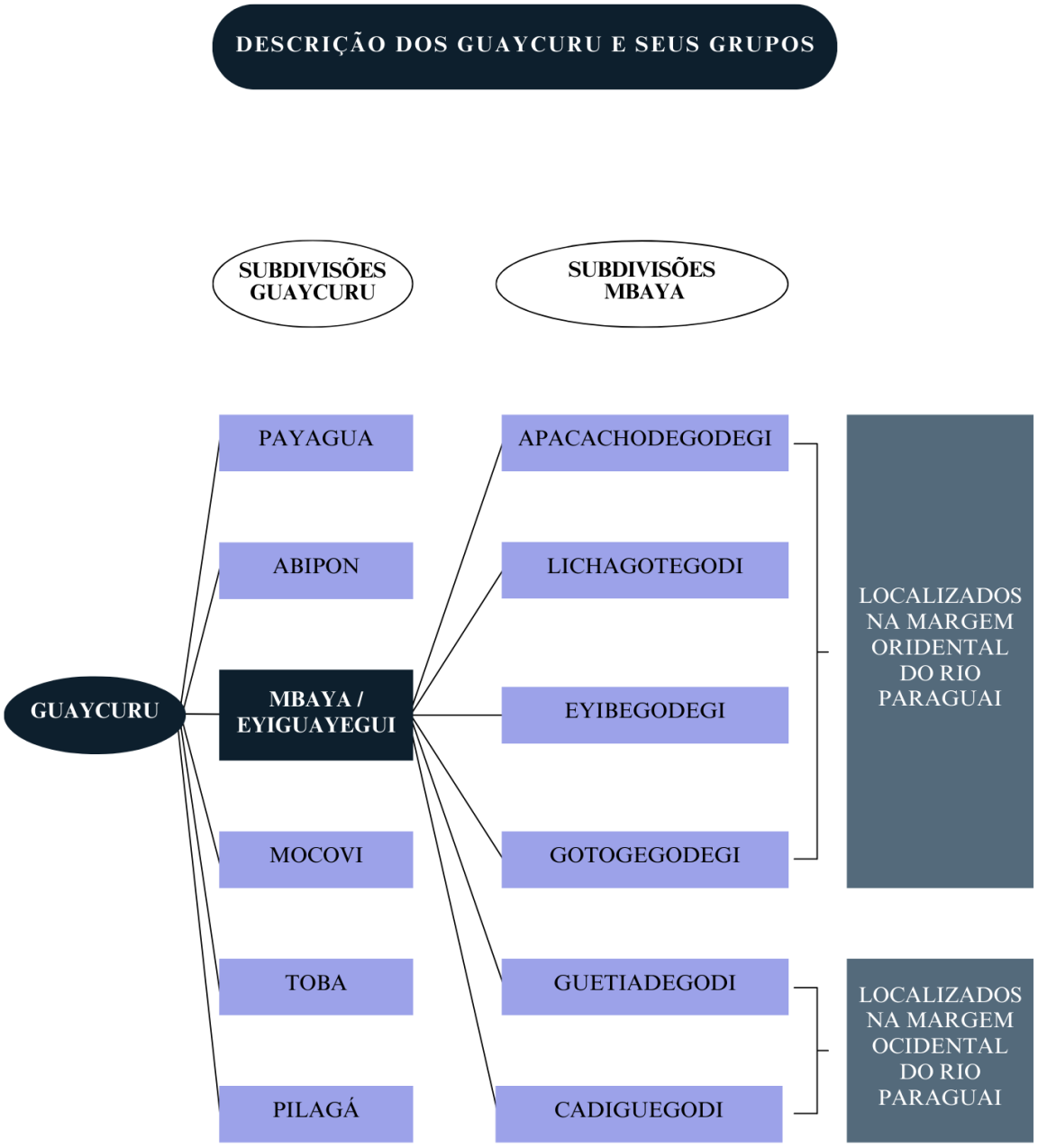
nortenha do alto rio Paraguai. Estes grupos autodenominavam-se como *Eyiguayegui*¸ que significa “gente del palmar eyiguá”, conforme presente na obra de Labrador (1910).

Percebe-se, portanto, que apesar de as descrições de cunho etnográfico relatadas no período colonial apontarem muitas vezes tais grupos como populações divergentes, há concordância de que os Mbaya-Guaykuru representavam, no entanto, um grande grupo unificado culturalmente, mesmo que com suas particularidades. Por conseguinte, como ao longo da pesquisa pretendeu-se analisar as relações entre este grande conjunto populacional e os recém-chegados colonizadores, utilizaremos aqui de forma principal a terminologia *Mbaya-guaykuru* ou apenas *Mbaya*, compreendendo que estes abarcam as diferentes parcialidades integrantes desta nação e ambas as nomenclaturas se fazem presentes continuamente nos documentos analisados[7], mesmo que não de forma conjunta.

Genericamente, entende-se por Guaycuru uma gama de populações falantes da língua de mesmo nome e variações aproximadas: Abipón, Mocovi, Toba, Pilagá, Payaguá, Mbayá, sendo que os últimos possuem subdivisão própria entre: Apacachodegodegi, Lichagotegodi, Eyibegodegi e Gotogegodegi, na margem oriental do Paraguai e Guotiadegodi e Cadiguegodi mantidas na margem ocidental do Grande Chaco (Carvalho, 1992). As considerações sobre a nomenclatura e grupos abarcados fazem-se presentes majoritariamente no tratado de Sanchez-Labrador (1910), onde este diferencia os conjuntos e discorre também sobre sua localização aproximada durante o período de estadia e convivência do padre entre essas populações, por volta de 1760 a 1770.

[7] Apesar da existência de uma quantidade variada de etnônimos presentes nos relatos, os termos em questão (*Mbaya* e *Guaycuru* ou *Guaicuru)* são encontrados nos relatos de Prado (1839), Azara (1934) e labrador (1910), É constante nos documentos portugueses a grafia *Uaycuru* ou *Uaicuru*, estes argumentam que esta seria a fonética correta utilizada pelos indígenas.

**Figura 1 – Descrição dos Guaycuru e seus grupos**




SÁNCHEZ LABRADOR, José. El Paraguay católico. Buenos Aires: Universidad Nacional de La Plata, 1910. Tomo I: pg. 255 a 274

Fonte: Autoria própria, elaborado através das informações contidas em Sanchez-Labrador (1910).

Confirma-se que há consenso entre os pesquisadores quanto ao surgimento do nome "guaycuru": pode-se observar, através da análise documental, que este nome aparece como uma descrição negativa atribuída a estes povos, proveniente dos indígenas Guarani que por muitas vezes os antagonizaram[8]. *Guái* denotaria um indivíduo mal, *Curú* traria consigo a pecha de sarnento ou sujo, logo, os indivíduos denominados como *Guáaicurú* seriam a "gente malvada e sarnenta" (Boggiani, 1897).

> Essa variabilidade dos etnônimos se explica por seu caráter contextual: como os nomes têm origem em relações (como a Guarani-Eyiguayegui), tendem a mudar de descrição para descrição, transformando-se conforme muda o ponto de vista de quem os vê. Os "Guaicurú", nesse sentido, só eram um grupo homogêneo na visão "dos Guarani", que uniam os "sarnentos" em uma só categoria (Freire, 2018, p. 22).

É importante denotar que, seguindo as pontuações de Freire (2018), as escolhas terminológicas presentes neste trabalho não versam sobre a nomenclatura "correta" ou "ideal" para os grupos analisados, mas sim sobre uma análise destas terminologias como resultantes das relações presentes entre os grupos envolvidos, e daquelas entre os grupos e os autores dos relatos em que são nomeados. Esta visão pode ser observada também em trabalhos como o de Susnik (1995) que, ao apresentar a expansão dos grupos Mbaya pela metade do século XVII descreve também a mudança de nome dos rios de acordo a variação linguística predominante, atestando que as mais variadas nomenclaturas neste período não apenas nomeiam determinados conjuntos ou locais, mas também versam sobre o espaço em disputa durante o período colonial.

> Los nombres guaraní tradicionales de los ríos de la orilla oriental se cambiaron por los apelativos guaycurú. El río Jejuí se convirtió en río Matilipi, río divisorio entre el dominio mbayá y el dominio criollo-provincial; según el padre Sánchez Labrador, el río Matilipi «divide las tierras de los guaycurú de los españoles, término que en la merced real señaló José Martínez Fontes, gobernador del Paraguay, y antes había determinado el mismo lindero su antecesor don Jaime de San Just» (I, 133-134). El río Ypané-Miri se convirtió en Niguigi Eliodi, nombre dado a una clase de juncos; el juncal de las orillas de este río servía ventajosamente a los mbayá, cuando tenían que retirarse perseguidos por alguna expedición punitiva; el río Ypané-Guasú se volvió «Bidioni Taloco», «nadadero de los hormigueros»; dos ríos conservaron siempre su nuevo apelativo guaycurú: río Apa y río

[8] Esclarecimento relatado primariamente por Sanchez-Labrador (1910) em seu tratado e posteriormente melhor esclarecido pelo etnólogo Guido Boggiani (1897).

> Aquidabán, la zona tenazmente defendida por los apa- cachadegodegi-mbayá hasta la época del doctor Francia (Susnik, 1995, p. 123).

Há pouco o que apresentar sobre este grupo previamente à colonização hispânica, a maior parte das análises pré-colonização integram os trabalhos de Susnik, porém, mesmo com sua contribuição de grande valor acerca da etnografia das tribos chaquenhas, suas teorias acerca da migração dos Mbaya-Guaykuru não são sustentadas por análises documentais. De tal maneira, podemos visualizar que, em meados do século XVI os povos em questão localizavam-se em bom número ao redor do forte de Assunção e suas imediações, habitando toda a região ao longo da bacia ocidental do rio Paraguai e seus afluentes Pilcomayo e Yabebiri, até a região superior do mesmo rio (Herberts, 1998).

No período de contato inicial este agrupamento foi descrito pelos exploradores pioneiros como uma população de caçadores nômades pedestres de alto deslocamento pelo Chaco, já demonstrando *ethos* belicoso[9] e condutas hostis para com as demais etnias presentes na região (Susnik, 1978). A caça, parte primordial de sua cultura, era uma ação coletiva, normalmente efetuada por cerca de 20 a 30 indivíduos. O grupo utilizava-se principalmente da queima de terreno para a caça de roedores, tática esta que posteriormente seria também aproveitada em seus estratagemas de combate para com o colonizador (Metráux, 1946).

Não se pode definir de forma precisa os números totais da população em meados do século XVI: Ulrich Schmídel, explorador alemão que integrou as expedições de Cabeza de Vaca pelo Chaco, chega a exclamar que a armada de Guaycuru enfrentada por uma das incursões espanholas seria de 20.000 homens, um número completamente exagerado segundo análise documental. Metráux (1946) atesta que documentos jesuítas da primeira metade do século XVII apresentam dados de que haveria por volta de 1.200 indígenas Guaycuru vivendo nas proximidades de Assunção, enquanto Kersten (1968), cita relatos que comprovam que em um dos confrontos iniciais foram expulsos 4.000 guerreiros Mbaya-Guaykuru pelos castelhanos, o que pode ser comprovado é o relato de Labrador (1910), que afirma que, por volta do século XVIII este grupo apresentaria uma população estimada entre 6.000 a 7.000 indivíduos. Tendo isto em vista, apesar da população estimada não apresentar um número tão grande quanto narra o explorador alemão, atesta-se que haveria uma ampla parcela de Mbaya rondando os campos.

[9] O *Ethos* belicoso dos Mbaya-Guaykuru é pontuado por vários autores, mais profundamente por Susnik, que o relaciona diretamente com a nova formação social e caráter expansionista que estes adquirem a partir do século XVII.

Acerca de suas características culturais e sociais, é possível afirmar que muito do que está presente nos relatos tardios do século XVIII já era passível de observação nos primeiros contatos. Azara (1847) e Schmídel (1903) apresentam em suas narrativas a ânsia destes grupos pela peleja e sua relação pouco amistosa para com outras etnias, características observadas ao longo de todo o contato e até mesmo amplificadas com o advento da colonização. É desta necessidade de guerrear que derivam as análises acerca do *ethos* belicoso. As principais referências com relação a cultura destes grupos defendem que toda a organização social Mbaya-Guaykuru valia-se do fazer ou estar em guerra[10], a guerra contínua era um forte marcador étnico, traço compartilhado com outras populações da região meridional sul-americana[11]. Sua sociedade organizava-se através de estamentos, partindo das categorias de *nobres*, *guerreiros* e *servos*, sendo os guerreiros receptores de grande prestígio social[12]. Suas incursões de ataque a outros povos renderiam rivalidades prévias a colonização, as disputas entre estes e os grupos Guarani (estes normalmente aliados a espanhóis) foram responsáveis por grande parte dos conflitos ocorridos no século XVI e início do século XVII.

Uma das características mais notáveis entre os grupos Mbaya-Guaykuru era o sistema de relações societárias empregado para com as outras populações indígenas. Esta relação, comparada por Schmídel (1903) a relação servil germânica[13], instituía a assimilação de uma parcialidade nativa, notadamente os Guaná (conhecidos também como Chané) foram os maiores associados a tal condição, para com uma banda Mbaya. Isto posto, o grupo associado deveria dividir para com os capitães uma parte da colheita e o feitio dos demais trabalhos manuais necessários para a subsistência local, em troca seriam defendidos dos possíveis ataques provenientes de outros agrupamentos. Através desse processo, os Guaná e seus "senhores" teriam passado por um certo processo de simbiose, onde assimilaram partes de ambas as culturas, fazendo com que aos fins do processo de colonização suas pautas socioculturais fossem perceptivelmente similares (Metráux, 1946).

Esta instituição de simbiose não era exclusividade das partes Mbaya – Guaná, mas via-se presente em diversas sociedades chaquenhas pré-colonização. Combés e

[10] O próprio mito fundador contado por estas populações busca justificar a necessidade beligerante dos Mbaya-Guaykuru.
[11] Cardoso (2005) demonstra tal traço marcante presente entre os Akroá.
[12] Kersten (1968) relembra que esta característica era percebida pelas demais populações e colonizadores, ambos os ibéricos denominavam os líderes e guerreiros deste povo como *Capitães.*
[13] Ao encontrar indígenas do povo Guaná (também chamados Chané), Schmídel relata sua percepção do processo de simbiose encontrado na região, descrevendo-a de modo similar a servidão a que o mesmo conheceria previamente (Schmídel, 1903, p. 199).

Richards, ao analisar os relatos acerca dessas formas de relação ao longo do Chaco, elaboram um conceito cunhado como "complexo alto-paraguaiense", e destacam, além das populações especificadas neste trabalho, o conjunto chirigano-guarani, frisando sempre que estas relações não devem ser analisadas tendo como base uma percepção de subjugação a partir da imposição bélica, mas sim uma miríade de fenômenos culturais e dinâmicas locais próprias e antecessoras ao período colonial.

Explicitando as dinâmicas únicas das instituições socioculturais analisadas, os autores procuram diferenciar tais relações da análise voltada a submissão via imposição bélica, destacando que:

> Estudos mais recentes inclinam-se a desenvolver uma hipótese inversa e, talvez, mais interessante. A dominação guaikurú – assim como a dos migrantes guarani – assenta-se não tanto por sua suposta superioridade militar, mas pelas formas hierárquicas que seriam anteriores e próprias das sociedades chané-arawak dominadas (Richard; Combés, 2015, p. 232).

Ana Lúcia Herberts, ao efetuar um balanço bibliográfico acerca das relações sociais Guaná frente aos Mbaya-Guaykuru, destaca as análises de Schuch (1995) e Baldus (1975) e conclui também que estas não estariam fundamentadas na agressão ou julgamento perante a violência dos cavaleiros nativos, expondo que "as relações intertribais dos Chané-Mbaya estavam fundamentadas na dependência econômica, seja qual for a forma assumida" (1998, pg. 37).[14]

Parte da tradição desenvolvida ao longo destas relações era a necessidade de visitas esporádicas dos *Capitães* nos territórios de suas populações tributárias. Nas descrições disponíveis acerca desta espécie de rito social[15] é possível vislumbrar um evento respeitoso que deveria ocorrer ao menos anualmente, durante o período de colheita. Os *Capitães* adentravam as aldeias Guaná/Chané cortejados por seus animais e indivíduos tributários, e caminhariam diretamente para a casa dos servidores anfitriões. Durante o período de estadia, que não ultrapassa os três dias, a mantenimento dos

[14] Para maiores esclarecimentos quanto a relação Mbaya-Guaná é importante a leitura da tese "Legislação indigenista e políticas indígenas no século xix: a ocupação dos territórios dos Kadiwéu (Mbayá-Guaykuru) e dos Terena (Chané-Guaná)" (2021) de Valéria Rodrigues, que dialoga de forma direta com a produção de Roberto Cardoso de Oliveira acerca dos indígenas Guaná, notadamente o livro "Do índio ao bugre" (1976).

[15] Os relatos e descrições diretas devem-se ao jesuíta Sanchez-Labrador, quanto as análises acerca deste processo, destaca-se o trabalho de Richard e Combés (2015) ao desdobrar-se o chamado *complexo alto-paraiaguense.*

senhores Mbaya-Guaykuru é responsabilidade de seus associados, que fornecem a estes tudo o que a lavoura produz (Richard; Combés, 2015).

Além das características já analisadas, pode-se afirmar que *ethos* belicoso e incursões efetuadas pelos grupos em questão só puderam ser efetivados, portanto, mediante as trocas interculturais e associação dos demais grupos étnicos habitantes das regiões próximas.

> mbayá podían ejercer «el oficio de guerra» — como hablan los documentos de a época—, porque disponían de una economía subsistencial asegurada por su alianza tribal con los cultivadores chané-arawak, sus vasallos tributarios precolombinos. Los chañé conservaban la organización socioeconómica propia de sus aldeas, pero muchos servían en los 'dimigi-asientos' de sus 'señores', voluntariamente o por la misma obligación de 'parentesco social' (Susnik, 1995, p. 122).

Assim sendo, mesmo que alguns trabalhos, particularmente os provenientes de pesquisadores estadunidenses e europeus como Hemming (1978) e o próprio Metráux (1946), utilizem termos que ligam esta associação a uma noção colonial e ocidental de escravidão, é imprescindível que se faça uma diferenciação conceitual entre os moldes de subjugamento. Mesmo que a relação envolva certa subserviência de um indivíduo para com o outro, as relações observadas entre populações indígenas partem de diferentes conceituações de posse, muito mais relativas à integração a uma nova sociedade e sistema do que a obediência a um indivíduo[16], adequando-se melhor, dessa forma, a um conceito similar a simbiose ou associação apresentada anteriormente.

Este então é o cenário que se desenha momentos antes da chegada dos espanhóis aos campos Chaquenhos: Os Mbaya-Guaykuru apresentavam uma população espalhada ao longo de vasto território, tocando tanto as margens superiores quanto inferiores do Rio Paraguai, possuindo vida nômade baseada na caça e pesca para alimentação própria e aproveitando-se das relações de subserviência de grupos indígenas vizinhos, para garantir tributos de agricultura e trabalhos manuais. Sinteticamente, pode-se afirmar que este grupo exercia certa dominação nas regiões em que habitavam e, fora os confrontos intertribais, não enfrentavam grandes dificuldades em estabelecer sua dinâmica comportamental por grande extensão dos campos de caça. A chegada dos hispânicos,

[16] Para uma discussão mais aprofundada, recomenda-se a leitura do capítulo "Masters, Slaves and real people: Native Understandings of Ownership and Humanness in Tropical American Capturing Societies" escrito por Fernando Santos-Granero e disponível no livro "Ownership and Nurture: Studies in native amazonian property relations" (2016).

porém, alteraria de forma definitiva a vivência destas parcialidades, acentuando certas características, como a expansão territorial e mobilidade desses, mas, ao mesmo tempo, inviabilizando com o passar do tempo a liberdade característica anterior.

## O campo de caça sob instituição colonial

> Em suas aldeias, ao anoitecer, com a pequena família reunida ao redor da fogueira, sugando a pipa de chimarrão, o Kadiwéu recorda a vida antiga e suas histórias começam frequentemente com essas palavras: "ediu-ádig (Kadiwéu) antigo era a nação mais poderosa, este mundo todo foi nosso: terena, chamacoco, brasileiro, paraguaio, todos, foram nossos cativeiros, hoje estamos assim (Ribeiro, 1979, p. 24).

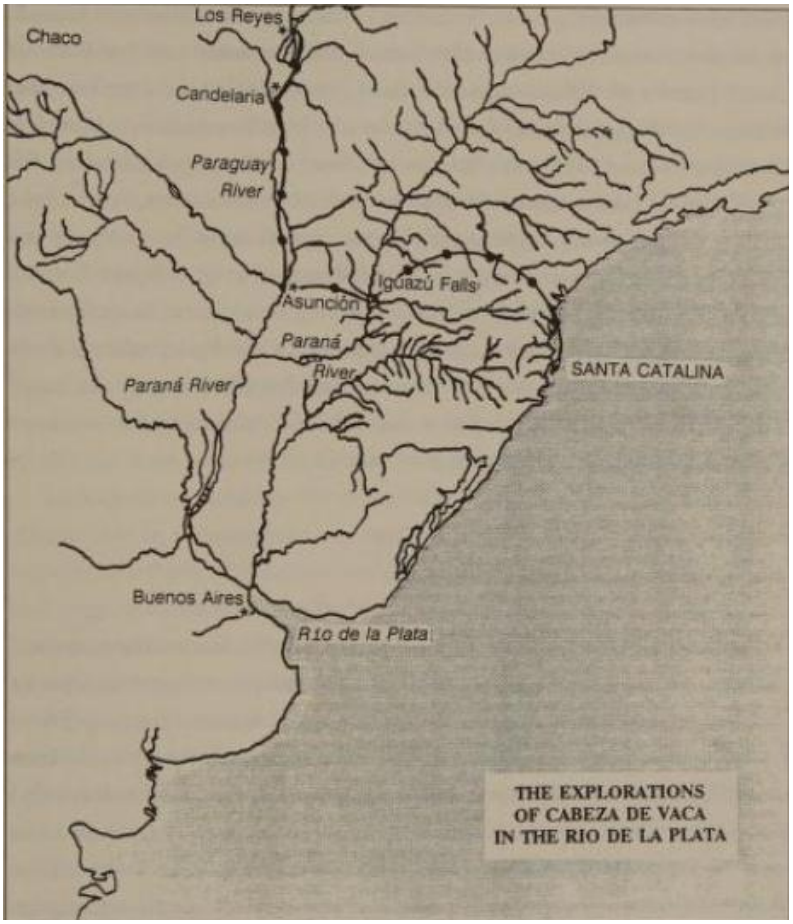
A presença dos europeus na região não foi imediata, mas sim condicionada pela busca dos colonizadores por riquezas provenientes da porção andina do continente. A posição meridional do Chaco fez com que os espanhóis ansiassem pela utilização do território como uma passagem mais curta para as ricas terras peruanas e é a partir disso que se inicia uma corrida operacional pelo controle do território, assim como a implementação de forças institucionais para a pacificação do território habitado por diversas tribos tidas como agressivas, como os próprios Mbaya-Guaykuru.

> Os exultantes diários de García, em conjunto com as barras de ouro e prata por ele enviadas, chegaram à Europa expondo a riqueza da região andina e descrevendo os caminhos chaquenhos que levavam à terra do já lendário império Inca (ver Bueno 1987). Ocasionou-se então uma corrida pelo ouro: a Coroa Espanhola não poupou esforços para a construção de fortes no Chaco e sua consequente colonização. Em 1536, os espanhóis fundaram o Forte Assunção, que passou a servir de base para a exploração da região, considerada no momento uma "porta de entrada para as fabulosas terras do oeste". Até então, o Chaco em si carecia de importância aos olhos dos exploradores (Freire, 2018, p. 20).

É neste contexto em que começam as expedições em torno de Assunção: após sua fundação, inicialmente como forte, iniciam-se diversas tentativas de abrir caminho pelos campos e pacificar a rota até os andes. Juan de Ayolas comandou uma empreitada entre 1537 e 1539 que chegou a cruzar o território Guaná/Chané, o que acabou culminando em sua morte pelas mãos dos nativos.

No período de 1542 a 1544 são empreendidas duas incursões, estas chefiadas por Nuñez Cabeza de Vaca, já com a intenção de abrir caminho pelo Chaco, a primeira delas já tendo o objetivo de pacificação dos Mbaya-Guaykuru.

**Figura 2 – Mapa das expedições de Cabeza de Vaca**




Fonte: Howard, 1997.

Entre 1537 e 1550 são relatados uma série de encontros entre espanhóis e indígenas habitantes das margens do rio Paraguai e seus afluentes. Em uma de suas expedições pelo Chaco, por volta dos anos de 1548-1549, Domingo de Irala deparou-se com grupos denominados Mbaya[17] que, inicialmente mostraram-se receptivos ao contato, mas logo voltaram-se contra os viajantes, que teriam se vingado posteriormente

[17] Este encontro teria ocorrido pela região do monte São Fernando (rebatizado posteriormente com o nome português de Pão de Açucar) que se localiza na margem oriental do rio Paraguai (Metráux, 1946), esta informação confirma a presença de povoações Mbaya-Guaykuru em uma longa extensão chaquenha, compreendendo as regiões ocidental e oriental do principal rio.

atacando outra parcialidade do mesmo povo. Também é neste momento em que o explorador alemão Ulrich Schmídel tem seu encontro com os ditos indígenas, por volta da década de 1540, descrevendo sua localização ao longo da margem ocidental do rio Paraguai e relatando diversos embates entre os nativos e as forças lideradas por Cabeza de Vaca.

Estas expedições, normalmente saídas de Assunção e requisitadas até mesmo por populações indígenas[18], mesmo quando aparentavam sucesso com vitórias em encontros pontuais, não exerciam efeito a longo prazo: Os Mbaya-Guaykuru são descritos como extremamente velozes e esguios, consequentemente, não seria possível acompanhá-los após as batalhas e, a longo prazo, estes saíam impunes e voltavam a cometer delitos ao redor de Assunção (Cabeza de Vaca, 1987).

As incursões iniciais de exploração e apaziguamento da região, iniciadas por volta da metade do século XVI, mantém-se estáveis por pelo menos mais de uma década. A busca pelo apaziguamento e abertura de caminhos através do campo de caça evidenciam conforme o seu transcorrer não só a visível necessidade de superação das dificuldades em instituir-se um caminho através da região, mas também uma busca por maiores possibilidade de habilitar o Chaco como um terreno passível de administração e controle por parte do poder colonial. De tal maneira que, com o passar do tempo, passam a ocorrer também disputas de poder e influência entre os responsáveis por estas operações.

> Em 1542 chega ao forte de Assunção, também a partir do litoral catarinense, Nuríez Cabeza de Vaca, com o propósito de pacificar os índios Agaces, e de organizar uma expedição contra os Guaykuru. Enviou Martinez de Irala para a região dos Xaraies, enquanto ele próprio se dirigiu para oeste, retornando no entanto, devido às dificuldades encontradas. Mais tarde, Nuflo de Chavez efetuou duas outras expedições, uma na região habitada pelos Mbayá e a outra subindo o Pilcomayo. Em 1548 Martinez de Irala chefiou uma expedição que chegou ao lugar onde mais tarde Chavez fundaria Santa Cruz de la Sierra. Em 1553, Irala e Chavez tentaram voltar ao oeste pelo Chaco, mas tiveram que desistir, morrendo Irala três anos mais tarde na cidade de Asunción. Já então um lento processo de colonização do Chaco estava em curso, tendo como pioneiros Nuflo de Chavez e Andres Manso, que disputariam entre si o poder (Carvalho, 1992, p. 461).

[18] Cabeza de Vaca, em seus relatos, mostra-nos que muitas vezes os indígenas Guarani solicitavam que fossem efetuados ataques aos Mbaya-Guaykuru em represália aos roubos de colheita e violências que estes praticavam para com os demais grupos locais.

A continuidade quase que anual de missões expedicionárias contra os indígenas é mantida até a fundação da primeira cidade, Santa Cruz de la Sierra, em 1561. A partir deste momento a comunicação entre o grande rio Paraguai e a região andina foi aberta e a luta incessante pela pacificação do Chaco foi deixada de lado, uma vez que a atenção dos colonizadores se voltou para a busca pela suposta cidade mítica de *Paititi*[19] (Metráux, 1946).

Apesar da chegada da violência colonial, as novas relações trouxeram também novas possibilidades. Aos fins do século XVI, através do contato com os europeus, os benefícios do cavalo foram percebidos pelos indígenas, que logo apossaram-se deste animal e passaram a domesticá-lo. O equino traria a estas parcialidades uma reorganização baseada no aumento de velocidade de suas infrações e maior mobilidade garantida pela montaria, encaixando-se perfeitamente nas táticas utilizadas previamente[20].

Em pouco tempo de integração deste novo componente ao viver destes indígenas, propiciou-se a transformação dos costumes anteriores em uma cultura estritamente equestre. A economia passou a ser atrelada com mais força à caça rápida, com o desenvolvimento de novas táticas, as atividades bélicas foram também modificadas e as incursões ganharam mais velocidade e tornaram-se mais difíceis de conter[21] (Herberts, 1998). É o momento em que estes grupos passam a receber a alcunha de "índios cavaleiros", termo que é de constante uso ao longo do século XVIII, principalmente nos relatos de oficiais portugueses.

Nesta altura, a relação entre espanhóis e estas parcialidades nativas era baseada em violência, os assaltos a Assunção e povoamentos *criollos* ao redor da cidade eram constantes, e, mesmo que houvesse momentos de paz[22], eram corriqueiros os embates, aproveitando-se dos constantes ataques, as operações de guerra planejadas pelos colonos eram quase sempre justificadas como represálias a ofensas praticadas inicialmente pelos nativos.

---

[19] A lendária cidade de *Paititi* seria um local perdido pelas florestas presentes entre o leste andino e a região amazônica repleto de riquezas provenientes do império Inca.

[20] Os Mbaya-Guaykuru foram conhecidos por suas incursões rápidas e periódicas em territórios habitados por grupos vizinhos sedentários e agricultores (Herberts, 1998).

[21] Alguns relatos, como o do português Fernando Rodrigues do Prado (1839) descrevem principalmente a velocidade como característica principal das incursões destes grupos, relatando que os Mbaya-Guaykuru seriam "Atraiçoados, devastadores e rápidos no ataque".

[22] São relatados diversos períodos de trégua que grupos Mbaya-Guaykuru visitavam a cidade para efetuar compras e trocas para com os colonos nos relatos de Azara (1847) e Cabeza de Vaca (1987), assim como nas análises de Metráux (1946) e Susnik (1978 e 1995).

Partindo das modificações socioculturais, a economia Mbaya-Guaykuru torna-se essencialmente baseada em saques, justifica-se assim o aumento no número de ataques ocorridos após a virada do século XVII. Percebendo as novas possibilidades de aquisição de cativos através de suas velozes incursões, os saqueadores passaram a expandir sua zona de influência: em 1661 atacaram a população guarani de *Santa María de La Fe*, localizada na margem leste do rio Paraguai, mantiveram o ritmo de avanço e destruíram também a cidade espanhola de Xerez. Faz-se necessário denotar que os embates entre os Mbaya e a coligação guarani/espanhóis não postulavam um lugar de resistência Guaycuru frente a uma nova sociedade hispano-guarani, mas representavam na verdade uma ambição cultural que buscava aproveitar-se das recém-fundadas províncias como um novo campo de caça com novos bens a serem adquiridos (Susnik, 1995).

Estes ataques suscitaram uma resposta de pronto, sob governo de Don Alonso Sarmiento y Figueroa instaurou-se campanha contra os indígenas que logrou certo êxito, porém os avanços Mbaya eram irredutíveis e foram necessárias mais expedições, desta vez encabeçadas pelo sargento maior D. Lázaro Ortega, que após quatro meses de lida pode diminuir a incidência de ataques aos povoados. Quase que imparáveis, os assaltos retornaram ao longo da segunda metade desta década e, em 1671, já sob governo provincial de Don Felipe Regé Corbalan, com ares de provocação, os nativos equestres e seus aliados *Albayas*, consumaram uma onda de ataques às portas de Assunção, assaltando a Tacumbú e retornando deste ataque cheios de espólios. Continuaram a atacar constantemente durante mais quatro anos saindo praticamente impune, uma vez que as expedições hispânicas seguintes nada obtiveram, se não a busca por um inimigo que não se podia alcançar (Audibert, 1892).

Além destes casos, relata-se que a cidade de Corrientes também sofria com constantes ataques, estando a instantes de ser destruída pelos cavaleiros por volta de 1673, mantendo-se de pé apenas através da junção dos esforços da população local com forças Guarani que se apressaram em socorrer a cidade das ofensivas gentílicas (D'Orgbny, 2002). Neste mesmo ano, no espaço compreendido entre 28 de agosto a 3 de outubro, as forças Mbaya-Guaykuru avançaram também sobre o povoado de Atirá, matando e cativando por volta de cento e vinte pessoas (Labrador, 1910).

Esta expansão territorial rumo a parte superior do Chaco significava, além de novas oportunidades de saques, a possibilidade de domínio sobre uma região com recursos naturais mais fartos do que na margem chaquenha do mesmo rio, tendo como

foco principal o maior contingente de palmares, importantes na economia Mbaya, e a vizinhança com novos povoamentos coloniais, que garantiriam não apenas novas localidades de motim mas também oportunidades de troca e aquisição de itens como cavalos, ferro e facas (Susnik, 1978).

Os constantes atos de resistência efetivados por esta população instigavam a ânsia de ataque aos europeus, e, como não se via as expedições como uma possibilidade efetiva de punição, foram utilizados diversos estratagemas, como a incursão surpresa arquitetado pelos castelhanos no ano de 1678, onde, valendo-se de um falso casamento entre um oficial com a filha de uma liderança Mbaya-Guaykuru, foi armada uma artimanha para atacar os indígenas de surpresa, pegando-os desprevenidos e dizimando uma grande quantidade de guerreiros deste grupo:

> En 1678, bajo el gobierno de don Felipe Rege, los guaycurus llegaron como amigos cerca de Asunción. Acamparon del otro lado del río Paraguay, esperando el momento propicio para caer de improviso sobre los habitantes, con el propósito de vengar antiguas afrentas. Una india descubrió los proyectos hostiles de los indios a los jefes españoles, que nada concibieron mejor para desbaratar el complot de sus enemigos que simular un matrimonio. Don José de Abalos, teniente-gobernador, fingió estar enamorado de la hija del gran cacique y solicitó su mano, prometiendo a este precio una alianza sincera y durable. Incluso abandonó su vestimenta española y adoptó la de los guaycurus. Firmóse el tratado y fijóse el lugar de la boda. Durante ese tiempo, los españoles concibieron una acción de lo más baja y de lo más indigna de su carácter. Ocultaron soldados entre las personas que debían arreglar el casamiento, dándoles la orden de atacar a los indios, apenas éstos estuvieran ebrios. El día señalado, los indios acudieron en masa, no pensando más que en la solemnidad de la alianza que iban a sellar; y mientras recibían los primeros regalos, los españoles enviaron del otro lado del río un cuerpo de infantería y caballería, que debía caer sobre los indios que quedaron, pero el golpe no logró sorprender a éstos. Los que poco confiaban en las promesas españolas, estaban armados y se defendieron. En Asunción, el momento de la ceremonia nupcial fue señalado por una carnicería horrible. Los españoles masacraron a todos los jefes indios, lo suficiente crédulos como para confiar en sus promesas, aun en las solemnes. Fueron degollados trescientos indios; y los españoles festejaron, el 20 de enero de cada año, el aniversario de esa victoria fácil, de esa San Bartolomé de un nuevo género (D'Orbigny, 2002, p. 300-301).

Mesmo após tal ataque por parte dos hispânicos, os Mbaya-Guaykuru não acreditavam na possibilidade de redução territorial e cerceamento de suas atividades costumeiras, sendo relatado que pelo ano de 1685 o novo governador, Francisco Monforte, voltou a organizar mais duas expedições, pois os nativos empreendiam

novamente guerra contra os castelhanos. Inicialmente a resposta foi positiva. Porém, em 1696, Don Juan Rodriguez Cota é incumbido de efetivar novos ataques contra os grupos étnicos em questão (Audibert, 1892).

O período de transição entre os séculos XVI e XVII significou, portanto, um crescimento exponencial da zona de influência e poderio territorial dos novos cavaleiros. Com o aumento da eficácia de seus ataques é iniciado um movimento expansionista através de incursões, chegando a ocupar em seu auge terras relativas a territórios coincidentes hoje as regiões do Mato Grosso e Mato Grosso do sul, o que levaria a população Mbaya-Guaykuru a alcançar o auge de seu domínio, estendendo-se em ambas as margens do Rio Paraguai. A relação colonizadores-nativos era tensionada ao máximo neste período, pendendo de amizade e comércio até embates massivos de acordo com as ações efetuadas pelos indígenas. Como postulado por Susnik (1978), o novo modo de vida proveniente da metamorfose destes grupos em populações equestres inserira os cavaleiros num lugar de superioridade entre os demais indígenas pedestres e de igualdade perante as populações *criollas* que estes muitas vezes viam com desdém[23].

## Os jesuítas e a infrutífera batalha pelas almas Mbaya-Guaykuru

> Añade la Historia del Chaco que hoy viven sin conocimiento de Dios ni observancia de ley alguna, sino finos ateístas. Es cierto; y ni en la luna ni em las cabrillas adoran deidad benéfica, como en otra parte dice la misma Historia. Ateístas son por embrutecimento en sus vícios (Labrador, 1910, p. 75).

Enquanto os espanhóis buscavam a dominação territorial através de suas incursões e instituições populacionais, uma outra disputa instituía-se em território chaquenho a partir do século XVII: As tentativas de redução e evangelização empreendidas pelos jesuítas.

Para compreensão do processo inicial de redução foram analisados os relatos do padre José Sanchez-Labrador, contidos em seu tratado “El Paraguay Catholico” (1910), as considerações do jesuíta acerca deste primeiro momento missioneira estão contidas

[23] Susnik (1978), ao analisar a organização social Mbaya-Guaykuru demonstra a predominância de uma visão estamental onde o conceito de *Elegi-distinguido* era tão latente que estes grupos separavam até mesmo os castelhanos entre *elegi-capitães* e *gente comum*, admirando os primeiros como guerreiros e desprezando os segundos.

entre os capítulos XXVIII e XXIX, compreendidos entre as páginas 66 e 75 da edição analisada.

Mesmo ao começo do século a ameaça dos cavaleiros era temida e não se via possibilidade palpável para o fim da beligerância. Uma das resoluções almejadas neste momento seria a efetivação da conversão das populações Mbaya-Guaykuru para que, pós-cristianização, estes deixassem de lado suas características belicosas e pudessem integrar pacificamente a região ao redor da cidade de Assunção. Antes mesmo de findar-se a primeira década do século XVII as tratativas para esta missão foram iniciadas, em dezembro de 1609 os padres Vicente Grifi e Roque González de Santa Cruz foram incumbidos da difícil tarefa de converter estes grupos presentes na região em questão.

O relato referente ao início da missão presente no tratado de Sanchez Labrador demonstra o tamanho da dificuldade que seria enfrentada por estes e quaisquer futuros missionários que recebessem tão árdua tarefa.

> Mostraron los infieles gran desagrado, y no les hicieron el menor agasajo. No acobardó á los ministros de Dios tan rústico recibimiento. Antes bien por médio de intérprete hicieron saber al cacique que el fin de su venida era establecer una paz permanente entre su nación y los Españoles, y también darles á conocer al Dios verdadero, y hacerles cristianos. El intérprete añadió de suyo que los Padres por todas partes eran los declarados protectores de la libertad de los Indios. Nada de esto al parecer hizo impresión en el cacique. Al ver como esta insensibilidad le dijeron los Misioneros que esta banresueltos á quedarse en sus esteras para que viese la sinceridad con que le hablaban, y que se ponían en sus manos, con cuyo auxilio empezarían á aprender su lengua (Labrador, 1910, p. 63).

Segundo Labrador (1910), apesar das dificuldades os jesuítas conseguiram superar a desconfiança do cacique Mbaya-Guaykuru através da honestidade presente em suas interações, de tal maneira que, mesmo correndo risco de vida incialmente[24], o objetivo prévio de conseguir ao menos alocar jesuítas entre os indígenas foi alcançada.

Anteriormente localizada num posto conhecido como *Guazutinguá*, nas proximidades do rio Pilcomayo, a parcialidade em questão apresentou aos missionários o desejo de mudar-se para uma região adjacente à Assunção, escolhendo um posto conhecido como *Yasocá*. A nova localidade não aparentava ser a mais desejável para os

[24] Labrador relata que era constante a desconfiança dos nativos para com as anotações que os padres faziam e logo surgiram boatos de que estes estariam buscando informações acerca do assentamento local para propiciar um futuro ataque espanhol.

dois padres, mas mostrara-se ideal para a população nativa pois era circundada por rios cheios de pescado e palmares, além de sua proximidade com sua Assunção.

Mesmo enfrentando adversidades, que vão do adoecimento de grande parte da população local por varíola em meados de 1611, mudança dos dois padres iniciais em 1612 e dificuldade dos Mbaya em compreenderem a doutrina cristã, em 1615 é fundada em Yasocá a redução jesuítica esperada, sendo dedicada aos três reis magos. Porém, para a infelicidade dos acólitos, em 1616 a varíola aflige novamente os moradores do posto e, com o passar dos anos os Mbaya-Guaykuru foram evacuando a redução e espalhando-se pelo Chaco. Mesmo que a situação fosse favorável a conversão, fazendo com que muitos indígenas aceitassem o batismo em seu leito de morte, a evacuação e queda populacional proveniente da chaga acabaram por minar os esforços dos jesuítas que, após passarem por mais uma mudança de missionários, abandonaram a redução em 1626. Apesar de batizar um número relativamente alto de indígenas ao longo de seus quinze anos de atuação, cerca de mil adultos morreram como cristãos conforme os dados presentes no documento, pode-se atestar que o saldo final foi um fracasso: ao findar-se a experiência é descrito que os Mbaya-Guaykuru retornaram aos velhos hábitos e observou-se que a maioria deles continuou cética em relação a influência do Deus europeu ou mesmo de qualquer divindade, questões descritas com amargor pelo relator jesuíta.

Apesar de omitida pelo narrador, há também uma questão relativa ao impacto dos batismos efetuados: entre as operações de batismo empregadas pelos padres na redução, é evidente que a maior parte das conversões ocorrera em momentos prévios a morte dos infiéis, o que, mesmo que estas sejam consideradas válidas pela análise doutrinal dos padres, demonstra uma profunda resistência na adoção dos costumes cristãos. Afinal, como comprovar a veracidade de uma conversão cujo batismo foi requisitado apenas ao pressentir-se o fim da vida?

Ademais, os batismos em leito de morte não demonstram potencial para influenciar uma mudança social consistente, já que não há esforço dos indígenas remanescentes em direção à adoção da doutrina e conversão. O próprio caso do batismo do cacique *Don Martín*, tão comemorado pelos missionários, não surtiu o efeito esperado e, embora seu filho e sucessor fosse católico, isso não se transfigurou em um aumento das conversões.

> Trabajaron los dos Misioneros con mucho fervor entre los infieles. Consiguieron que recibiese el santo Bautismo el cacique don Martín, que tanto había fomentado la misión y conversión de los Codalodis sus vasallos. Murió poco después, previniéndole Dios con tan dichosa suerte. Quedó con el gobierno de su parcialidad un hijo suyo llamado don Diego Francisco que era ya cristiano. Aventajóse á su padre en el afecto á la religión cristiana, y á los ministros evangélicos, que se prometían reducir á toda la nación de los Guaycurús, y otras que poblaban aquellas tierras. Frustró tan bellas esperanzas la innata volubilidade de los Eyiguayeguis (Labrador, 1910, p. 74).

A situação geral da redução de Guazuntá, posteriormente conhecida como Yasoca ou Nuestra Señora de los Reys, foi problematizada também por Herberts (1998), partindo não só do relato de Sanchez-Labrador mas também de cartas annuas relativas ao período de 1610 a 1615, para a autora a falta de êxito deste empreendimento deve-se a alguns tópicos centrais:

> a) os Guaicurú, mesmo vivendo determinado período no sítio da redução, continuam nômades a praticar suas atividades de caça, pesca e coleta, passando longas temporadas fora (Torres, Carta Anua 1612, p. 503 e Oñate, Carta Anua 1615, p. 17); b) os jesuítas não conseguiram introduzir o cultivo, porque para eles esta era atividade dos cativos. O cultivo, no entanto, era fundamental para a permanência do grupo mais sedentário e para a auto-suficiência da redução, o que implicava na falta de alimentos e na manutenção de seus padrões de subsistência. Soma-se também a carência de alimentos cultivados, segundo Torres (Carta Anua , 1612, p. 503): 'que por la grande falta dea gua que a bido generalmente em esta tierra, los fructos nose saçonaron como se pensaba, y assi la reduccion no a ssido tan entera por la falta de comidas, (...) porque no teniendo la son obligados, a andar todo el año trasla caza, yansi no pueden ser todos catequiçados'; c) os indígenas, na sua maioria, seguem mantendo suas práticas religiosas, poucos são os indivíduos batizados, geralmente somente na hora da morte (Torres, Carta Anua 1615, p. 449-50); d) a dificuldade de comunicação, em decorrência da complexidade do idioma Guaicurú (Torres, Carta Anua 1614, p. 287); e) as várias epidemias de varíola que dizimaram muitos silvícolas (Torres, Carta Anua 1612) (*Apud*. Herberts, 1998, p. 27-28).

Após o fracasso desta primeira tentativa, Labrador nos apresenta suas queixas acerca do retorno dos reduzidos aos seus antigos costumes e crendices, relatando a volta dos ataques a Assunção e sua vizinhança. Os grupos Mbaya não apenas não voltaram a abrir suas portas para os padres, como também se tornaram o maior problema em relação a quantidade de territórios dominados e número de incursões efetuadas ao longo da segunda metade do século XVII e primeira metade do século XVIII. Sendo descritos

pelo padre uma série de ofensas perpetuadas pelos nativos cavaleiros até que, por volta de 1759 há uma mudança de perspectiva.

Do início do capítulo XXX até o capítulo XL, páginas 82 a 161, nos é apresentado o contexto prévio e todo o processo até a instituição da missão de Nuestra Señora de Belén, localizada junto as margens do rio Ypané. Desta vez o relato de Labrador adquire caráter autobiográfico, uma vez que de 1760 [início da redução] até 1767 [expulsão dos jesuítas de terras paraguaias] era ele o responsável designado para o andamento da missão de evangelização dos nativos.

A instituição da redução em questão parte de uma conjuntura diferente da anterior, tendo em vista o relato de que, em "El año de 1759 rayó más poderosamente la luz de la divina gracia en los corazones de los Eyiguayeguis. Resolviéronse dos caciques de esta gente á vivir en más quietud de la que gozaban.". Estes dois caciques, cada um pertencente a um diferente agrupamento, foram de encontro aos espanhóis solicitar uma redução em suas terras. Os espanhóis prontamente atenderam e, logo ao virar do ano de 1760 foi estabelecida uma nova missão em terras Mbaya.

Os jesuítas instalaram-se entre os indígenas do grupo Apacachodeguo[25], compreendendo cerca de 260 indivíduos Mbaya-Guaykuru, o início do assentamento jesuítico foi possível através da presença de 24 famílias Guarani provenientes das missões de Maria de Fe, Santa Rosa, Santiago e Santo Ignacio Guasú, necessários para organização do processo reducional. É importante frisar que os capitães não permitiam que fossem estabelecidas missões em conjunto com os Guaná/Chané, pois temiam que, através disso, estes pudessem alcançar liberdade de sua condição de assimilação.

Mesmo que estes capítulos possuam muito mais detalhes devido à presença e atuação do próprio autor, não nos é apresentado em nenhum momento indícios de que suas ações tenham surtido resultados melhores que a anterior. Constantemente ao longo de seu relato o jesuíta reitera que a maior participação nas ações doutrinárias era efetuada pelas crianças. Motivado pela atuação e ânimo dos pequenos indígenas ele afirma que "notamos en algunos chicos una gran viveza para aprender la doctrina, y el empeño de repetirla en sus toldos, para que la oyesen sus padres." (Labrador, 1910, p. 128). Porém, pode-se também compreender que estes atos perpetuados pelos infantos eram motivados justamente pela falta de participação e consideração dos adultos para com as esferas dominicais.

[25] A partir de 1760 algumas análises e relatos, como a de Aguirre (1793), passam a utilizar o termo "Mbaya Belenistas" para referir-se aos Apacachodeguo.

O empenho de Sanchez Labrador em justificar a atuação jesuíta frente os Mbaya-Guaykuru é louvável, mas em seu empreendimento não é possível visualizar diferenças substanciais entre seus esforços e as experiências missionárias anteriores, há uma série de capítulos relatando o retorno dos nativos a seus comportamentos prévios, também são apresentadas crises populacionais na redução devido à grande incidência de varíola e ao alto nível de mortalidade indígena frente a doença, levando a fuga motivada pela enfermidade e tentativas de escapar da sina trazida pelo inimigo invisível. Apesar de que ocasionalmente fosse denotado novamente um aumento nos batismos, há de localizar-se estas conversões frente as problemáticas apresentadas neste capítulo.

O fim da missão de Belén foi, porém, mais melancólico o que o esperado para a governança e particularmente para autor do relato, uma vez que este foi retirado da região devido a expulsão dos jesuítas em 1676, e, mesmo com a designação de outros padres para continuação do processo de evangelização, assim que os jesuítas foram retirados do Paraguai, o estabelecimento dispersou-se e deu-se assim a última tentativa de redução jesuíta[26] em terras Mbaya. Tendo essas duas experiências em vista, podemos postular que, ao menos no campo espiritual, o embate entre guerreiros Mbaya e os padres jesuítas fora vencido pelos indígenas. Atestando, entre outras coisas, a defesa que estres grupos efetuavam de sua cultura, prévia a colonização.

Para maior compreensão da dificuldade de se incutir a nova religião e os costumes cristão dentro dos grupos Mbaya, é importante resgatar também um relato português, Ricardo Franco de Almeida Serra, ao enviar um parecer sobre a possibilidade de aldeamento dos Guaycuru, faz também uma análise de seus usos e costumes, e, ao discutir a visão que tem acerca de religião, demonstra como a percepção religiosa cristã não encontra fundamentos dentre a lógica cotidiana e cosmológica de tais indígenas.

> Quando se lhe diz que aquelle Ente Supremo, a quem o caracará vira fazer aos mais homens, que esse é o Deus único que devemos amar e adorar; e cuja lei seguem os portuguezes e hespanhoes, e grande numero de índios, a quem eles a ensinaram, e se lhe explicam os mais claros pontos da nossa crença, respondem por fim: E quem viu isso? Quando se falla nos mysterios da Redempção, e que tudo foi visto por homens santos, e revelado a outros, os quaes o escreveram e ensinaram aos outros homens, com mil milagres e no meio de muitos mysterios, a tudo respondem com a mesma duvida: E porque não foram chamados os Uaicúrus para verem estas maravilhas? Olhando

[26] O agrupamento Mbaya dos Ichagoteguos passou também por uma tentativa de redução franciscana entre os anos de 1769 e 1744, porém o Frei Miguel Mendez acabou abandonando o posto devido à falta de auxílio (Aguirre, 1793).

> para tudo como um conto devertido a que não dão crédito algum (Serra, 1850, p. 360).

Ao analisar a narrativa de Labrador em conjunto com os demais documentos e análises posteriores pode-se implicar que os esforços de colonização da região boreal do Chaco eram resumidos a três ações: ocupação *estancieira-criolla*, incursões de punição aos indígenas arredios e tentativas de colonização.

Até meados doo século XVIII, nenhuma dessas táticas logrou êxito com relação a pacificação dos nativos Mbaya-Guaykuru.

## O século XVIII e a dispersão dos cavaleiros

> O modo de ser dos Kadiwéu é, hoje, essencialmente, uma variante do modo de ser dos brasileiros. (...) Constitui, porém, uma variante singular, porque recheada de valores culturais próprios e, sobretudo, porque os Kadiwéu não se identificam como "brasileiros" e sim como uma entidade étnica em si, distinta de todas as demais: como um povo oprimido pelo grande mundo dos brancos que os cerca e os hostiliza por todos os lados e de todas as formas (Ribeiro, 1979, p. 7).

Retomando o cenário de embates seculares pelo território do Chaco Paraguaio, o século XVIII surge como um ponto de inflexão notável na história dos grupos Mbaya-Guaykuru. Enquanto o século XVII corresponde a um período de imposição da força deste povo a partir de sua política de incursões expansionistas, tomada de cativos provenientes das mais diversas etnias, hegemonia bélica e mobilidade quase que irrestrita pelos vastos campos, o caminhar dos anos 1700 apontam para um princípio de derrocada, perda de influência e assimilação que segue até o século XIX, momento onde só são claramente definidas como integrantes do grupo dos Mbaya uma pequena porção de nativos Caduveo[27] residindo nas regiões limítrofes do Mato Grosso, próximos a fortificações lusitanas como os fortes Miranda e Coimbra.

O "perigo Guaycuru" não se mostrava proveniente apenas das matanças e cativeiros efetuados, mas também se fazia presente na defesa ineficaz de uma província cada vez mais empobrecida. Nos momentos finais do século XVI mesmo grandes

[27] Também descritos a partir das nomenclaturas Cadueo, Cadiveo, Kadiweu, entre outras; Estes termos são derivativos proveniente do termo pré-colonial *Cadiguegodi*.

expedições como a organizada pelo governador Montforte em 1686, sob ordem de Francisco Avalos de Mendonza, não logravam sucesso.

Após o marco de 5 meses de perseguição a única coisa alcançada fora a captura de cerca de 60 prisioneiros, entre mulheres e crianças. Com as respostas castelhanas baseadas em pequenas perseguições, sempre com armas e provisões precárias, a possibilidade de manutenção da luta dos Mbaya por seus territórios originários era mantida. Fracassados todos os planos de punição ou avanço territorial, os indígenas estabeleceram a região nortenha do Paraguai como ponto seguro, assim como as margens orientais do rio Paraguai, por cerca de oitenta anos, logrando a manutenção dos recursos tradicionais e sua cultura de caça livre pelos campos (Susnik, 1978).

O maior momento de expansão territorial dos cavaleiros coincide também com o início das entradas paulistas rumo ao extremo oestes lusitano, inicialmente este fato desdobra-se a partir de uma perspectiva positiva para os indígenas, que, ao adentrarem cada vez mais ao norte obtiveram contato com as regiões Mato Grossenses, possibilitando não só o saque a novas populações como também trocas com os outros europeus, a fim de obter artigos necessários. Neste primeiro momento de contato, o que determinaria as primeiras reações hostis entre Mbaya-Guaykuru e lusitanos seria o interesse por "ludayo" – metais preciosos e as novas possibilidades de obtenção de servos[28].

Por volta de 1719 é relatado tanto por Prado (1839) quanto por Campos (1862) que os indígenas cavaleiros e os Payagua firmaram uma aliança com o intuito de instaurar sua dominação pelas extensões fluviais do Mato Grosso, aproveitando para atacar qualquer desavisado que ousasse navegar ou explorar as margens dos rios Paraguay, Tacuary e Cuiabá. mesmo que o oficial português Rodrigues de Carvalho efetivasse uma expedição punitiva a estes grupos em 1734, nenhuma de suas medidas foi incisiva o suficiente para garantir a segurança em volta destes rios. O poder incursionista dos indígenas decaiu após o fim de sua aliança em 1768, mas os Mbaya-Guaykuru não deixaram de atacar os lusitanos, estendendo suas ações até o rio Iguatemi (Metráux, 1946).

É neste momento em que os nossos protagonistas passam a enfrentar ostensivamente o processo colonial em duas frentes: enquanto a expansão rumo a terras

[28] Herberts (1998) pontua que os "metais preciosos" são em sua maioria prata, metal que os Mbaya-Guaykuru utilizavam para adornar-se. Quanto aos novos servos, Prado (1839) registra a presença de cativos Guaxi, Guanaze, Cayvaba, Guató, Coroado, Kayapó, Bororó e Chamacoco.

do Mato Grosso mostrava-se como um caminho possível para estender sua zona de influência para outras áreas, conquistando novos vassalos e riquezas, a região sob domínio hispânico organizava novas medidas para a contenção do poder dos cavaleiros.

Rafael de la Moneda, empossado como governador em 1740, instaurava uma série de planos para contingência aos ataques efetuados pelos indígenas, ordenando as construções dos presídios de Manduvirá, Mainumbí y Urundey-yurú. Além disso, fundou, junto a população parda livre, constituintes de uma comunidade de defesa militar, o povoamento de Emboscada, com o intuito impedir definitivamente a movimentação sem barreiras dos Mbaya. O novo governador também buscou reanimar o ânimo das tropas e restituir o poderio das milícias, precavendo-se assim contra futuras corridas dos Mbaya (Susnik, 1995).

Apesar de mostrarem-se basicamente defensivas, as novas medidas foram de pronto efetivas, e houve grande diminuição de ataques incursionistas ao longo da década de 1740 – 1750: O horizonte que se estendia para os cavaleiros deste ponto em diante não seria nada favorável.

> Los factores externos exigían de los eyiguayegi-mbayá una nueva adaptación periférica; la política enérgica, si bien sólo defensiva, del gobernador La Moneda restringió sus incursiones al sur; el dominio portugués en Mato Grosso no siempre permitía incursiones ventajosas mbayá en busca de «ludayo-metal». En el Chaco, los lengua-eni-magá cruzaron el río Verde en busca del caballar cimarrón robando el caballar de los mbayá-guaycurú, de donde surgen las escaramuzas periódicas intertribales, los lengua con su antigua pauta de provocación competitiva. La ambición de los mbayá de convertir las estancias de las misiones de Chiquitos en su nueva «provincia-cazadero» fracasó por la reacción de la milicia de neófitos. Los vasallos chané- arawak se volvían más exigentes con sus «oquilidi-señores» mbayá, siempre con su expectativa de «reciprocidad de obsequios». La economía agresiva con el botín acumulado acondicionaba la tendencia a abrir relaciones periféricas con los criollos (Susnik, 1995, p. 166).

A situação das populações Mbaya-Guaykuru passava a demonstrar turbulência, fazendo com que duas parcialidades solicitassem um acordo entre indígenas e espanhóis no ano de 1759[29]. Porém, entre 1759 e 1773, data da fundação de Villa real de Concepción, iniciou-se também o processo de retomada *crioulla* da região oriental do

[29] Acordo este que resultaria na fundação da missão de Nuestra Señora de los Reyes, em 1760, conforme já exposto em tópico anterior.

chaco paraguaio e, após isso, os espaços disponíveis para a garantia do estilo de vida tradicional destes grupos foi tornando-se escasso.

Enquanto os hispânicos investiam na retomada de suas terras chaquenhas e extensão de seu povoamento, os portugueses implementavam fortes militares, cada vez mais próximos do limite estabelecido pela divisão de terras prévia à ocupação do território a extremo oeste do continente. Inicialmente foi construído o presídio de Nova Coimbra, em 1775, seguido já pelos presídios de Mondego e Albuquerque em 1778 (Metráux, 1946).

Para deixar a situação mais desafiadora, outros grupos indígenas, como os *Lengua* e *Enimagá*[30] efetivavam incursões em suas terras, trazendo um terceiro foco de disputa e impossibilitando uma possível organização de resistência. O conflito, outrora reduzido entre espanhóis, agora possuía três frentes.

Dessa forma, cada vez mais os Mbaya viam-se alocados entre os fortes portugueses e Villa Real, procurando exercer seu direito de livre movimentação e comunicação entre as duas frentes, ocasionalmente efetivando ataques pontuais. Em 1791 os Mbaya nortenhos assinam um tratado de paz para com os lusitanos. Para Susnik (1995), além de melhores vantagens disponíveis no mercado de Coimbra, uma das motivações principais seria a segurança, uma vez que estes temiam uma possível ação de represália espanhola como vingança por ataques anteriores agora que os *criollos* ocupavam postos avançados.

Em 1792 os espanhóis retribuíram a ofensiva territorial portuguesa através da construção do forte Bourbon, este já alocado em terras antes pertencentes aos caduveo, parcialidade Mbaya-Guaykuru. Após a fundação da fortificação espanhola, como se os novos limites territoriais já não fossem suficientes, institui-se um planejamento de controle aos Mbaya visando a "des-equestração" desta população através de novas excursões punitivas[31], a ideia era justamente impedir sua alta mobilidade e relegar os Guaycuru cada vez mais a pequena região entre os fortes, aos poucos não era mais possível observar nem rastro da outrora hegemonia dos indígenas cavaleiros. Aprovado o plano pelo governador Lázaro de Ribera, iniciaram-se as novas incursões já com este objetivo, reduzir a subsistência dos Mbaya apenas ao consumo dos palmares.

[30] Ambos já tidos como inimigos dos Mbaya-Guaykuru previamente, devido ao roubo de cavalos e gado que empreendiam ao longo do Chaco. (Susnik, 1995; Herberts, 1998; Metráux, 1946)

[31] Uma das excursões foi a matança de 1796, onde foram assassinados cerca de 75 homens Mbaya (Susnik, 1995).

Não bastando isto, instituiu-se José de Casals como comandante da fronteira do rio Apa com propósito de desalojar aos indígenas e forçá-los a atravessar a fronteira em direção a terras agora portuguesas. Este ato acirrou os ânimos entre colonos e Mbaya, de forma que os grupos recém provenientes do rio Apa uniram-se aos grupos já presentes na região do forte Coimbra, para descerem as terras castelhanas e atacarem as estancias criollas (Susnik, 1995).

Acima de todas essas questões políticas e territoriais, os Mbaya passavam também a enfrentar uma grande questão sociocultural ao fim do século XVIII. Enquanto foi possível, houve tentativas de manutenção da sociedade e cultura tradicionais. Mesmo nos períodos finais do século XVIII seria possível visualizar um acampamento Mbaya-Guaykuru onde "crianças portuguesas roubadas em Corumbá eram criadas juntas com Chamacocos recém comprados nas selvas do Chaco; mulheres guaranis ou paraguaias mesclavam-se com cativos bororo, e negros cimarrones fugidos conversavam sobre religião com índios neófitos tirados das missões de Chiquitos" (Richard; Combés, 2015, p. 232). Porém, mesmo com essa manutenção, era perceptível a crise no abastecimento de vassalos tradicionais.

Porém, conforme as forças coloniais embrenhavam-se através do Chaco e do Pantanal, tornava-se cada vez mais difícil a manutenção dos Guaná como Niyoyolas[32]. As análises que se debruçam sobre este tópico nos apresentam uma separação latente entre os dois grupos, uma vez que passou a ser muito mais interessante comercial e socialmente que os Guaná fossem submetidos a alguma parcela dos colonizadores.

> Como é possível explicar a crise da relação mbayá-chané? Sem dúvida, vários fatores interferiram. Nessa época, as reformas bourbônicas transformam globalmente as relações entre as populações indígenas e os núcleos de colonização. A caça a escravos e as guerras de tempos passados mudam progressivamente para uma "integração comercial" das populações indígenas periféricas. Essa "abertura" do mundo colonial muda a situação das aldeias chané. Estas já não necessitam da proteção armada dos Mbayá para se defenderem das caçadas a escravos, já podem deslocar-se em direção aos povoados paraguaios ou brasileiros sem recorrer à mediação dos "índios cavaleiros". Como diz Susnik (1971, p. 80), os Chané trocaram, de alguma forma, o serviço para os Mbayá pelo serviço para os crioulos (Richard; Combés, 2015, p. 247).

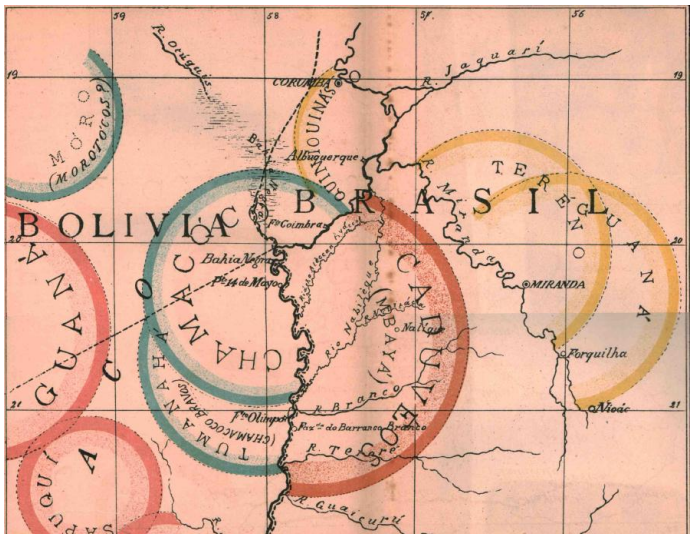
[32] Termo Guaycuru que se refere a condição social dos Guaná.

Nas tentativas de manutenção do sistema tradicional os antigos capitães lançam mão de violência, prejudicando ainda mais a já frágil e inconsistente relação entre as duas parcialidades enquanto o século XIX. Portanto, pode-se pensar também que a visualização de um campo servil com tanta variedade de povos poderia indicar justamente o fim da influência entre os Mbaya, recorrendo unicamente a violência para obtenção de cativos.

Aparenta-se que, apesar da resistência à colonização ter se mantido constante pela maior parte do processo de avanço espanhol por terras chaquenhas, confrontar hispânicos, portugueses e demais grupos indígenas também resistindo pela manutenção de território ao mesmo tempo fez com que os indígenas cavaleiros perdessem a influência e o poder bélico que os havia tornado tão temidos e conhecidos ao longo da extensão colonial espanhola.

A derrocada dos outrora dominantes Mbaya-Guaycuru era tangível, e pode ser confirmada ao analisar materiais que retratam a região já no século XIX, como o mapa etnográfico do alto Paraguai, de Boggiani. Em seu registro, o etnógrafo italiano pontua a presença de apenas uma parcialidade Mbaya, os caduveo, e os identifica de forma centralizada entre as construções militares portuguesas, localidade que passariam a ocupar de forma definitiva até o fim do período colonial.

**Figura 3 – Mapa etnográfico do Alto Paraguai**




Fonte: BOGGIANI, Guído. Etnografia del Alto Paraguay. Revista do Instituto Geográfico Argentino, Buenos Aires, 1897.

*Capítulo II*

# Território em disputa: repressão e alianças em uma análise da política indigenista mato-grossense

O século XVIII inicia-se com um cenário aberto para a porção oeste do continente: enquanto os impérios coloniais ibéricos amargam certa incerteza com relação aos seus domínios territoriais, as mais diversas populações indígenas reiteram cotidianamente seu controle pela região. Notadamente, os Payagua dificultam a exploração europeia por vias fluviais, seja no curso principal do rio Paraguai ou em seus afluentes, enquanto as parcialidades Mbaya demonstram deter conhecimento de seu auge expansionista, fazendo valer seus estratagemas de corso ao longo de toda vacaria[33].

A mudança nesse cenário é vislumbrada ao fim da segunda década com a descoberta de ouro em Cuiabá, o que lança inúmeros lusitanos para a porção oeste da colônia em busca de enriquecimento fácil. Tal esperança leva os desbravadores ao desenvolvimento de novos caminhos até a nova região aurífera em suas expedições, as buscas visavam não apenas a chegada até o ponto almejado, mas também o encontro de novas possibilidades de caminho mais rápido e menos trabalhoso, visto que a região, ainda não dominada pelo poder institucional, mostrava-se hostil para quem quer que ousasse explorá-la.

As expedições portuguesas para o extremo oeste, denominadas monções, trouxeram novos desafios para o contexto colonial, além de novos contatos belicosos para com os grupos étnicos encontrados ao longos dos percursos, a maior constância da presença lusitana nesta região e seu âmago pelo domínio destas terras evidenciava os problemas do tratado de Tordesilhas: as fronteiras territoriais previamente definidas já não faziam jus a realidade cotidiana, uma vez que esta região limítrofe, outrora não explorada pelas potências, passava a abrigar forças institucionais lusitanas e hispânicas em constante conflito.

33 Segundo Carvalho (2006): "fontes seiscentistas e setecentistas referem pelo nome de Vacaria ao território que abrangia desde a confluência dos rios Paraná e Paraguai, ao sul, até o vale do rio Pardo a nordeste e o Pantanal do Taquari ao norte."

Na corrida por estes domínios, ambos os impérios empregaram variados estratagemas militares e comerciais, instituindo assentamentos, fundando vilas e estabelecimentos militares. Antes mesmo da metade do século Portugal instituía a capitania de Mato Grosso, possibilitando ações de urbanização e facilitando a alocação de recursos para efetivar posse das áreas disputadas.

Em meio a isso, estavam as parcialidades Mbaya-Guaykuru, buscando a seu modo garantir, em meio a essa disputa entre potências outrora desconhecidas, a manutenção de seus vastos territórios e seu modo de vida frente as mudanças advindas da chegada de uma nova força.

Nesta seção buscamos evidenciar tais mudanças, ocorridas de forma contundente a partir do meio do século XVIII, onde a instituição colonial lusitana, munida de nova seguridade territorial instituída pelos diversos tratados pós 1750[34], faz-se atuante de forma estratégica para garantir a manutenção territorial e domínio das terras meridionais através do princípio de *uti possidetis*[35]. Almejamos, portanto, compreender as transformações efetuadas na região a partir das novas construções e demarcações, as políticas implementadas para a garantia das mesmas e o papel das relações entre portugueses e indígenas no planejamento colonial, tendo como foco os estratagemas empregados na lida para com a população Mbaya, compreendendo as diferentes ações, sejam elas de conflito ou amizade.

Ademais, além da compreensão das ações portuguesas, procuramos explicitar as ações e reações dos Guaycuru inseridos na conjuntura apresentada, presentes na busca por alianças, tratados e amizade comercial que garantissem de alguma maneira a continuação do modo de vida prévio, assim como sua livre movimentação pelo território, agora cerceada. Por meio de tal análise, é possível compreender de que forma a outrora dominante nação Guaycuru passa a estabelecer-se ao longo da região superior do rio Paraguai, próximo ao rio Miranda e aos fortes estabelecidos pelos portugueses, para assegurar domínio na região e expandir seus territórios coloniais prévios[36].

Para o empreendimento em questão, foram consultados de forma central arquivos avulsos do Arquivo Histórico Ultramarino, digitalizados através do Projeto Resgate, que citam diretamente ou indiretamente os indígenas Mbaya-Guaykuru e suas relações com tais colonizadores. Foi analisada também documentação impressa

[34] Holanda discute os privilégios alcançados pelos lusos e seus méritos em. *O extremo oeste* (1986)
[35] Percepção explicitada por Canavarros (2004) e Carvalho (2012).
[36] Essa delimitação territorial é percebida a partir dos documentos que tratam sobre os aldeamentos após 1770, e, ao fim do século XIX, foi descrita por Boggiani em *Etnografia del Alto Paraguay* (1897).

constante na *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro* relativa a este mesmo período e contexto, como o já citado na seção anterior "História dos índios cavaleiros ou da nação Guaicuru, escrito no Real Presídio de Coimbra" (1795).

Neste recorte, se fazem presentes dezenove documentos que cumprem as delimitações estipuladas, estes englobam o período de 1734 a 1826 e relatam diversas formas de relação entre os dois grupos, contendo informações sobre possibilidades de aldeamento, tentativas de amizade, trocas comerciais, incursões militares e até mesmo atualizações quanto ao tamanho da população e características dela.

## Das incursões portuguesas ao estabelecimento dos fortes

> Quem vai a Tacoarí acha Pantanais, mas quem vai no Rio Pardo ao Itibira, Pirajuí, Pikirí vai por caminho enxuto e livre dos Castelhanos, e do gentio cavaleiro Guaicurú, que é hoje o maior perigo que receiam os Paulistas, que inclinam nessa jornada mais para a mão esquerda, e Pantanais de Paraguai (*In*: Taunay, 1976, p. 203).

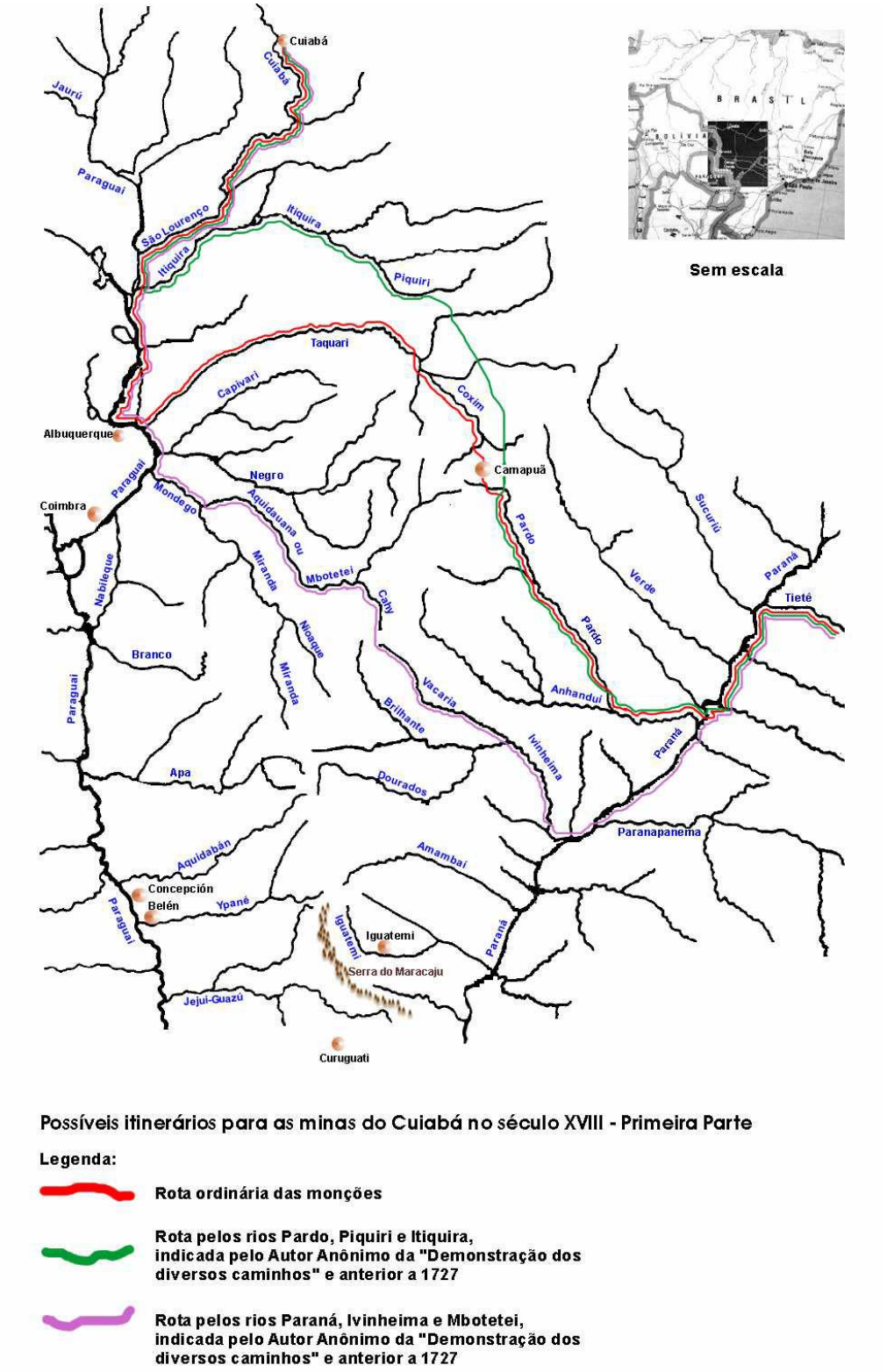
A região meridional da américa portuguesa mantinha-se, até início do século XVIII, distante dos âmagos de colonização, as incursões perpetradas ao centro do território colonial tinham como motivação inicial e única a captura de indígenas, logo, o desbravamento dos sertões tinha como mote unicamente a necessidade de mão-de-obra na capitania paulista. Entretanto, a partir de 1718 uma nova febre acomete os paulistas de forma avassaladora: as notícias de que bandeirantes haviam encontrado ouro no rio Caxipó trazem renovação e motivação para as entradas em direção a região oeste da colônia, segundo Holanda: "Corriam coisas prodigiosas acerca da riqueza sem par daqueles sertões. Dizia-se, por exemplo, que, à falta de chumbo, eram empregados granitos de ouro nas espingardas de caça; que eram de ouro as pedras onde se punham as panelas nos fogões" (Holanda, 2014, p. 65).

Dessa forma, inicia-se o movimento de monções, expedições de exploração em busca do ouro descrito na região oeste da colônia. Conforme o aumento do interesse por tais viagens, impunham-se então questões sobre como proceder na jornada ao território mal explorado: quais seriam as rotas viáveis e quais os perigos poder-se-iam encontrar?

Taunay (1976), em sua organização de relatos sertanistas, disponibiliza uma descrição de nome "Demonstração dos diversos caminhos de que os moradores de São Paulo se servem para os rios Cuyabá e Província de Cochiponé", no texto estão

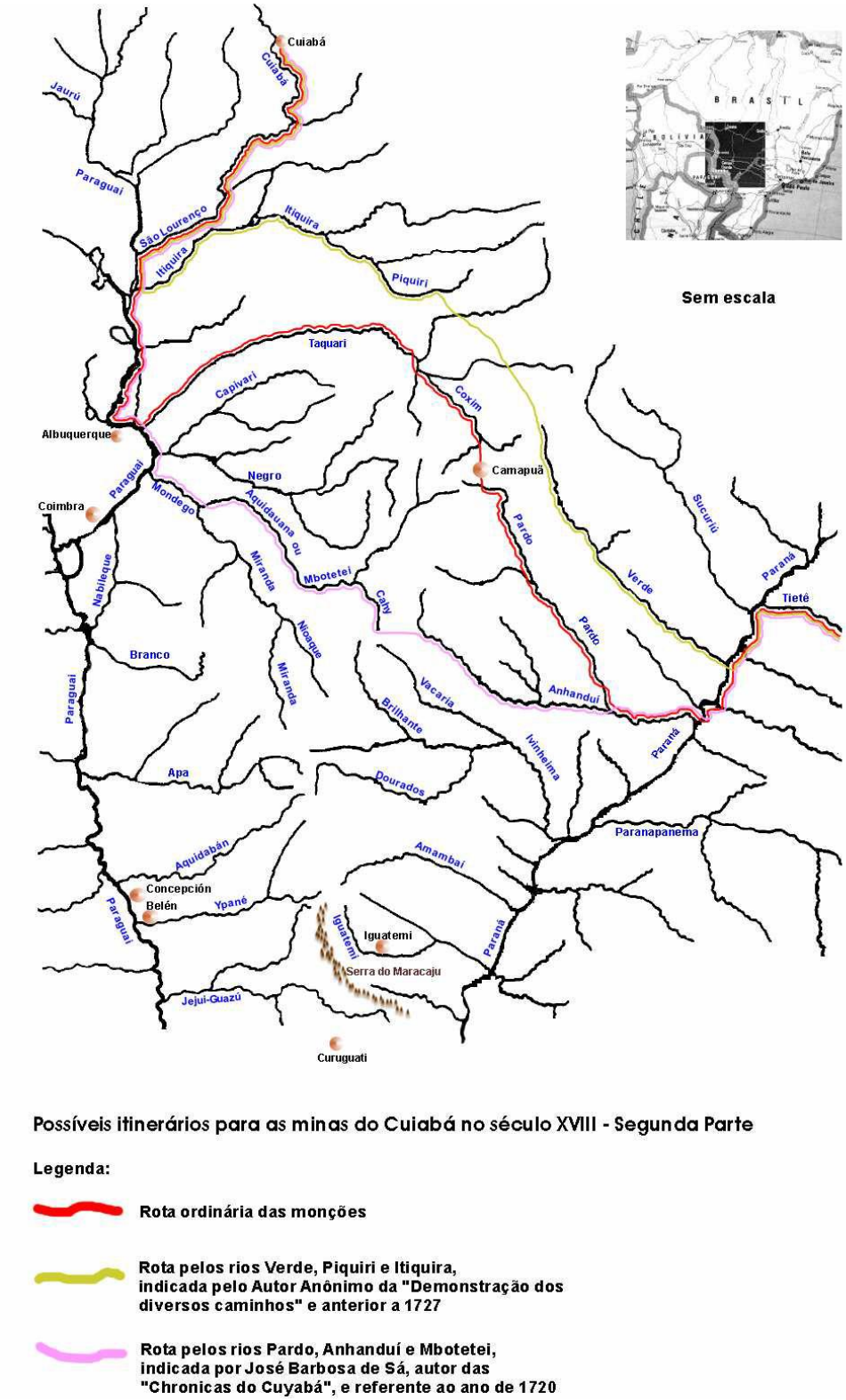
apresentadas as rotas utilizadas pelas monções, desde seu trajeto costumeiro tendo como base o rio pardo, até os caminhos paralelos desenvolvidos devido aos desafios encontrados, totalizando cerca de cinco cursos principais, organizados posteriormente em dois mapas por Carvalho (2006).

**Figura 4 - Possíveis itinerários para as minas do Cuiabá no século XVIII – Primeira Parte**




Fonte: CARVALHO, Francismar Alex Lopes de. Viajantes, mareantes e fronteiriços: relações interculturais no movimento das Monções-Século XVIII. 2006.

**Figura 5 - Possíveis itinerários para as minas do Cuiabá no século XVIII – Segunda Parte**




Fonte: CARVALHO, Francismar Alex Lopes de. Viajantes, mareantes e fronteiriços: relações interculturais no movimento das Monções-Século XVIII. 2006.

Através da motivação aurífera, foram rapidamente fundados postos coloniais, como o Arraial do Senhor Bom Jesus do Cuiabá em 1722, elevado a Vila Real do Senhor Bom Jesus do Cuiabá em 1727. Também foi instituída a capitania de Mato Grosso em 1748, juntamente da criação uma nova vila em 1750, Vila Bela da Santíssima Trindade, já com o intento de tornar-se capital da região, a elevação do território para capitania é, de suma importância, visando a articulação das bacias hidrográficas amazônica e platina, de forma a integrar num quadro geral o território lusitano na américa (Tulux, 2012). Estas fundações permitiram a instalação e busca pela manutenção do poder político e territorial da região, o que não necessariamente tornou a chegada de colonos à região menos custosa.

Independentemente das rotas escolhidas, o próprio fato de a exploração vislumbrar alcançar regiões ainda não dominadas, já denotava os perigos de tais empreitadas. Uma vez deixado o território paulista, os viajantes teriam pouco ou nenhum apoio ao longo do curso de sua rota, obrigando-os a adquirir novas estratégias de viagem[37], tais como plantar roças ao longo do percurso para suprimento e alimento, de forma a alcançar os destinos finais. Esta conjuntura seria minimamente alterada somente por volta da década seguinte, com o estabelecimento da fazenda Camapuã, em 1728, e as contínuas tentativas de povoamento das regiões ribeirinhas ao longo do percurso monçoeiro.

Em adição aos entraves intrínsecos a natureza da jornada, cada rota apresentava suas dificuldades próprias, aqui nos interessa particularmente a influência indígena na escolha destes caminhos, uma vez que, durante a primeira metade do século XVIII certos grupos como os Kayapó e os próprio Mbaya-Guaykuru experimentaram a expansão territorial e domínio das regiões por onde haviam de atravessar as monções. Dessa forma, é postulado que o crescimento do poder colonial português em terras que viriam a tornar-se a capitania de Matto Grosso se inseria em frontal antagonismo a diversas populações nativas na busca pela defesa de seus territórios, impondo aos europeus a tomada de certas ações e estratagemas para driblar a dificuldade latente, como defende Francismar Alex Lopes de Carvalho:

[37] Holanda (1986 e 2014) debate a necessidade de os monçoeiros adaptarem seus modos de andar e explorar à maneira indígena, assim como Carvalho (2006) apresenta as estratégias de plantio entre viagens, mudança esta que se mantem até o estabelecimento de pontos de parada e fazendas ao longo das rotas das monções.

> Em primeiro lugar, tais ações impuseram o fechamento das rotas alternativas pela Vacaria, graças à expansão dos Mbayá na região desde a segunda metade do século XVII, e das rotas por terra a partir dos rios Pardo, Verde ou Sucuriú, graças a um movimento expansionista e incursionista dos Kayapó. Já no final da década de 1720, estavam obstruídos os caminhos alternativos, e o impedimento de percorrê-los provocaria um efeito profundo nas décadas seguintes: a perda da memória prática dos roteiros (Carvalho, 2006, p. 113).

O próprio estabelecimento da rota pelo rio pardo, com parada na fazenda Camapuã, como caminho principal explicita a dificuldade encontrada em se furar as zonas controladas por grupos étnicos, uma vez que a fazenda foi estabelecida justamente num ponto central entre as duas áreas que ofereciam risco aos viajantes, justamente por isso o próprio estabelecimento não escapou de sentir os ataques e represálias efetuados tanto pelos Kayapó, quantos pelos Mbaya-Guaykuru[38]. Os constantes atos indígenas em busca de manutenção territorial transformaram também as paragens em áreas de proteção e abastecimento bélico, acelerando o processo de militarização das expedições, após inúmeros assaltos passaram a ser cada vez mais comuns o encontro entre os viajantes e esquadras armadas provenientes de Cuiabá, juntando-se em paragens e partindo em formação de guerra devido ao temor de novos encontros, houveram também momentos onde foram efetuados treinamentos militares antes do prosseguimento dos trajetos, como foi o caso perpetrado por D. Antonio Rolim, em 1751 (Carvalho, 2006).

Este desejo de manutenção das rotas de monções, junto com a necessidade de prover auxílio aos viajantes e, mais tardiamente, garantir o controle total do território, é transmitido através das mais diversas estratégias de povoação das regiões que seguem os fluxos fluviais. Eram feitos diversos planejamentos acerca da povoação e domínio das ditas áreas, D. Luiz Antonio de Souza, o Morgado de Mateus, previa ousada missão de erguer-se fortificação para assegurar o controle do rio Paraná, tal empreendimento almejava também garantir uma nova rota pelos rios da Vacaria e vislumbrava certa proximidade para com os grupos Mbaya ali presentes, escolhendo minuciosamente os integrantes da missão.

> Uma companhia de soldados curitibanos, de acordo com o mesmo plano, sob ordens do tenente Francisco Lopes, se estabeleceria no

[38] Os ataques Guaycuru a Camapoã estendem-se até ao final do século XVIII, como relatado em OFÍCIO do [governador e capitão-general da capitania de Mato Grosso] para o [secretário de estado da Marinha e Ultramar]. Vila Real, 2 de julho de 1792. CT: AHU_CU_010, Cx. 29, D. 1644

> meio da Vacaria, em alguma paragem entre os rios Ivinheima e Apa, "fazendo hua fortificação p.ª se defender do Gentio e ao mesmo tempo procurando os não escandalizar em nada, mas antes lisongeal-os, e attraillos por todos os meyos pociveis". Em 3 de novembro de 1770, D. Luiz Antonio chegou a planejar a partida dos curitibanos para estabelecer o dito forte, sob o comando do sertanista Afonso Botelho de Sampaio e Souza. De fato, a escolha dos curitibanos decorrera da semelhança, na visão do capitão-general, entre eles e os Mbayá: "os nacionaes mais próprios para este effeito, por serem creados nos campos, andando a cavallo e mui semelhantes ao gentio q. habita para estas partes, e tem o mesmo costume, e hé mais natural que se unão com elles e os possão meter em paz (Carvalho, 2006, p. 96).

Mesmo que os planos de D. Luiz não tenham se concretizado, as tentativas de se fundar povoações e estabelecimentos coloniais não cessaram, o mesmo governador almejou ainda efetuar nova incursão de povoamento por volta de 1776 e, mesmo após sua sucessão no comando da capitania de São Paulo, cogitava-se ainda a povoação de toda a extensão do rio Tiete e das margens orientais do rio Paraná (Holanda, 2014).

Para além dos desafios encontrados localmente, faz-se de suma importância lembrar que, enquanto os povoamentos estabelecidos a oeste lutavam pela sua manutenção e crescimento, a própria metrópole envolvia-se de forma direta com a região, buscando garantir que tais territórios se mantivessem sob poder lusitano, conforme demonstra Otávio Canavarros em *O poder metropolitano em Cuiabá (1727–1752).* Mesmo com os constantes conflitos entre portugueses e indígenas, a ameaça castelhana se colocava no horizonte e, por vezes, ambas as potências coloniais se viam em conflito pelo domínio da região meridional da américa.

Ainda que a extração aurífera não rendesse tanto quanto o esperado pelos portugueses (sofrendo forte declínio ainda em 1720, devido as condições climáticas adversas e dificuldades de manutenção dos povoamentos) passada cerca de uma década os estabelecimentos voltam a florescer e, segundo Holanda (2014), tornam-se trampolins para a atividade de aventureiros paulistas. Portanto, tornando-se a região uma possibilidade fértil de lucro e crescimento de negócios, a defesa e garantia destes espaços passa a ocupar de forma central as estratégias coloniais. Nesta toada, iniciam-se os planejamentos para a construção de fortes e estabelecimentos militares que possam não só efetuar a proteção das novas zonas de interesse dos perigos constantes presentes na região, mas também assegurar em posse lusitana tais territórios.

A relação entre espanhóis e portugueses, no que tangia os limites coloniais de ambas as potências, era turbulenta. O tratado de Tordesilhas, datado de dois séculos

antes do período em questão, possuía linhas cada vez mais turvas e já não correspondia a complexidade do território encontrado nas américas nem a ambição de ambas as coroas. Dessa maneira, mantiveram-se as animosidades com relação a definição de novos limites até meados do século XVIII.

Como já estipulado, enquanto os exploradores lusos brigavam pelos novos assentamentos e disputavam a posse das terras meridionais com povoações locais e forças militares espanholas, a metrópole antevia a instituição de um novo tratado de limites, um que pudesse transparecer verdadeiramente as ocupações de terra naquele momento. De tal modo, em 1750, é assinado o tratado de Madrid, cujas normas de estabelecimento dos limites territoriais são baseadas em dois princípios norteadores: *Utis Possedetis* e que fossem tomadas como base para as demarcações as paragens mais conhecidas (Tulux, 2012).

O primeiro tópico, e principal forma de benefício dos lusitanos para com o novo tratado, garantia que a posse de terras fosse perpetuada para quem as possuía no momento das determinações de limites. O favorecimento português dava-se, pois, além do recrudescimento dos esforços de colonização espanhola da região[39], o conselho ultramarino de Portugal fazia incentivo para as invasões lusas pela nova região (Holanda, 1986).

Apesar de primariamente, beneficiar os portugueses, o tratado de 1750 possuía em si uma indefinição, daí a necessidade de comprovação de posse dos territórios alegados, o que levaria ainda a assinatura de outros tratados, como os de El Pardo (1761) e Santo Ildefonso (1777), o que demonstrava a instabilidade política na região, que se traduzia em conflitos quase que inevitáveis durante o processo de demarcação. Mesmo após o tratado de El Pardo, tal indefinição estava presente na visão espanhola de que a usurpação territorial portuguesa se manifestava ao longo de vários estabelecimentos as margens dos afluentes do rio Paraguai (Carvalho, 2012).

Por consequência do sucesso português com as novas resoluções territoriais, a segunda metade do século XVIII trazia como mote as construções lusas ao longo das regiões limítrofes, de tal modo que, só na década de 1770 podem ser apontadas a construção de três novos estabelecimentos, sendo dois deles fortes. Partindo deste momento são apontados como baluartes da urbanização do Mato Grosso o Presídio de

[39] Carvalho (2006) aponta como motivações a expansão Mbaya pelo alto Paraguai no início do século XVIII, ocasionando no abandono de haciendas e povoados e criando na região um vácuo, justamente nas proximidades dos momentos em que se expandiam as monções lusitanas.

Coimbra (1775), a Povoação de Albuquerque (1778) e a Vila Maria do Paraguay (1778) pelo curso do rio Paraguai e em 1797, já no rio Miranda[40], o Presídio de Miranda (Tulux, 2012).

Retomando as reflexões relativas às populações indígenas locais durante este período, a construção dos fortes lusitanos, por si só, já significaria uma mudança substancial para a manutenção do modo de vida dos variados grupos étnicos presentes na região do rio Paraguai, cerceando a habitação e livre uso do rio. Porém, a chegada dos fortes portugueses traria consigo a busca dos espanhóis pela manutenção e segurança de seu território frente as ofensivas lusitanas, e, como medida, na década de 1790 foram erguidos também o Forte Bourbon e o Forte San Carlos, ambos nas proximidades das instalações portuguesas.

Os Mbaya-Guaykuru, que outrora viam-se como senhores das terras do alto Paraguai e toda Vacaria, encontravam-se então entre novos limites territoriais impostos, os campos de caça foram cerceados e, consequentemente, a manutenção de seu modo de vida tradicional era condicionado a nova estratégias.

## Incursões e "Guerras justas": As primeiras estratégias

> Não se queixem os Cuiabanos dos Guaycurús, queixem-se de sua infidelidade, se virem que unido este gentio com o Payaguá lhe toma o passo do Taquari, que lhe é fácil, e nele ou os destrói a todos, ou os obriga a não entrar, nem sair do Cuiabá (Taunay, 1976, p. 120).

Quando os lusitanos iniciam contato frequente com os grupos Mbaya, estes experienciavam seu ápice territorial, o domínio por toda a região da Vacaria e das margens do rio Paraguai fazia com que as tentativas de entrada portuguesa na região meridional fossem dificultadas. Já com o domínio dos cavalos e uma aliança longeva com os Payaguá[41], os Guaycuru demonstravam pouco interesse em ceder qualquer território que fosse, sempre que possível lançando ataques aos monçoeiros, seja por terra ou rio, de forma que, como apresentado, as rotas alternativas para Cuiabá tornaram-se por vezes inutilizadas.

[40] Comumente referido na documentação histórica portuguesa como *Rio Mondego.*

[41] Francisco Rodrigues do Prado (1795) defende que a aliança entre os dois grupos teria durado de 1710 a 1768, mesmo com falta de evidência das respectivas datas, Carvalho (2006) argumenta que essa é uma estimativa aproximada, ainda que relatos espanhóis do século XVII já descrevam ataques conjuntos dos dois grupos.

Em sua *Breve história dos índios guaicuru ou cavaleiros* (1795), Prado nos apresenta um cenário conflituoso durante a primeira metade do século XVIII, relatando ataques devastadores nos anos de 1725, 1726, 1728, 1730 e 1733, descrevendo inúmeras mortes pelo lado português e a incapacidade dos mesmos em lidar com as dinâmicas ofensivas de tal nação. Os diversos relatos são presentes também em cartas, como a enviada para D. João V, em 1734, pelos oficiais da câmara de Cuiabá, relatando mais um ataque sofrido e os danos ocasionados pelo conflito[42]. Dessa forma, ao decorrer da década de 1730, foram instituídos os primeiros estratagemas relativos ao controle da região e a relação colonos x indígenas, inicialmente de forma unicamente belicosa, ainda que houvesse tentativas de formação de alianças, que, neste primeiro momento, foram rechaçadas pelos europeus.

Em decorrência da conjuntura, as primeiras ações documentadas foram incursões ofensivas em represália aos ataques sofridos, assim como as ditas "guerras justas", que, na região, chegaram a abarcar os Kayapó, Payaguá[43] e os grupos Mbaya-Guaykuru. As interações que dizem respeito ao último grupo, protagonista deste estudo, estão contidas de forma principal em dois momentos, relativos aos anos de 1731 e 1734.

Tendo a hostilidade como primária justificativa, a declaração de "guerra justa" era lançada contra indígenas como suposto último recurso de pacificação, ainda que muitas vezes tal visão acerca da agressividade e impassividade dos nativos perante tentativas de contato fossem imputadas pelos colonizadores, o que se torna ainda mais curioso, uma vez que o principal caso de escravização lícita dessas populações era justamente por meio de tais confrontos declarados, para Blau (2007) "qualquer forma de resistência indígena passava a ser vista como desvio de fé e ameaça à expansão territorial lusitana.", justificando a continuidade das incursões bélicas e a manutenção das bandeiras.

Neste contexto foram discriminadas, por meio de lei em 1655, dois tipos de guerras possíveis, sendo uma a "guerra defensiva" e "guerra ofensiva", segundo Perrone-Moises (1998), apesar de haver a diferenciação em lei, o resultado para os prisioneiros seria o mesmo, os sobreviventes seriam escravizados, sendo que no caso de "guerra defensiva" havia a possibilidade de liberdade após certo tempo e maior

[42] CARTA, dos Oficiais da Câmara da Vila de Cuiabá ao rei [D. João V]. Vila de Cuiabá, 11 de abril de 1734. CT: AHU_ACL_CU_010_CX. 1_D. 69

[43] De forma geral, os lusitanos lançaram mão da estratégia de "guerra justa" por toda região meridional americana, os grupos citados foram os principais afetados no período analisado e na região relativa à parte central e sul da capitania, abordada no recorte da pesquisa.

julgamento acerca do confronto. De qualquer forma, tais práticas eram justificativas para a manutenção das incursões e apresamentos de indígenas.

> Quando a gestão colonial estava ameaçada pelos indígenas considerados recalcitrantes, permitiam-se as chamadas guerras justas e aos indígenas apresados era possível que se executasse o repartimento entre os colonizadores. Ao Estado Português cabia cumprir a "missão" do seu "projeto colonial" e, para isso, era preciso eliminar todos os riscos que, por ventura, impedissem a continuação de tal projeto. No decorrer da primeira metade do século XVIII, a justificativa para a pacificação dos indígenas era o discurso amparado na representação religiosa de salvação da "gentilidade". Portanto, o Estado era o instrumento de conversão e "civilização" através das práticas jurídico-administrativas aplicadas por seus representantes na colônia (Cardoso, 2005, p. 161).

No ano de 1731, após violentos confrontos contínuos, lançou-se uma expedição cuiabana contra os Payaguá, cujos portugueses justificaram como a vingança pela tomada de espólios e a morte de um ouvidor no ano anterior. Sendo esta ação bem-sucedida, após a retirada dos Payaguá do ponto em que se encontravam, teria ido ao encontro dos lusos um renomado chefe Guaycuru que ofereceu a ajuda em sua guerra contra os Payaguá, pois os indígenas desejavam a amizade lusitana, além disso, foi oferecido grande número de cavalos. Porém, a proposta não apenas foi descartada por Antônio de Almeida Lara, cabo da armada e nobre paulista, como também o capitão e seus acompanhantes foram maltratados pelos portugueses e fugiram de forma abrupta, temendo seu aprisionamento (Taunay, 1976).

Os relatos acerca da incursão contra os senhores dos rios e a tentativa de encontro amistoso, principiada pelos Mbaya-Guaykuru, estão contidos em diferentes documentos relativos à história das monções e do estado de São Paulo, como o volume 13 dos *Documentos interessantes para a história e costumes de São Paulo* (1895), *Notícias Práticas das minas do Cuiabá e Goyazes (1727)*[44] e *Chronicas do Cuyabá* (1765)[45]. Todos estes documentos abordam os conflitos ocorridos naquele ano e, apesar das diferenças nas descrições, também se observa o contato e tentativa de aliança proposta pelos cavaleiros.

Três anos após o ocorrido, há uma diferença substancial entre a conjuntura dos conflitos: Fora declarada "guerra justa" e total contra os grupos étnicos habitantes da

[44] Excerto contido na compilação de Taunay, *Relatos monçoeiros* (1976).
[45] Documento transcrito e impresso no quarto tomo da Revista da Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo.

região das rotas de monções, citando nominalmente os Kayapós e Payaguá, mas também abarcando outras diversas etnias que ajudassem nos ataques, referindo-se também então os grupos Mbaya.

Nas expedições inseridas neste contexto, é notável uma mudança na percepção acerca da possível utilização estratégica das alianças com tais indígenas, onde, estando em posse portuguesa alguns cativos Mbaya, provavelmente provenientes das incursões ocorridas em 1731, foi dada ordem de uso destes para negociação entre lusitanos e indígenas, de forma que se persuadissem os cavaleiros a ajudarem na campanha e entregarem seus aliados Payaguá, tal ordenamento é presente nas instruções do Conde de Sarzedas no "Regimento que se fez p.a Tropa que vai dar guerra ao Gentio Payaguazes"[46]. Mesmo com suas nuances, não é possível dissociar tal estratagema da política de guerra instituída sob os indígenas naquele momento, pois de forma irredutível é postulado que, caso tal negociação não surtisse o efeito desejado, deveria ser empregada a guerra contra os Guaycuru e a manutenção dos cativos já presentes entre os portugueses, assim como a liberação para a tomada de novos.

> Por me constar que nas minas do Cuyabá se achão alguus Índios Cavaleiros e entre elles o filho de hu Caçique em caza do Brigadeiro Regente, e podendo ser conveniente p.a o bom suceço desta guerra, e destruhição dos Payaguazes, e conservação das minas, e dos seus abitantes fazerçe negocio com os indios Cavaleiros dandolhe os indios da sua Nação, e ainda o mesmo filho do Caçique no cazo em que queirão resgatallo sendo o intereçe principal, o de emtregarem os Barbaros Payaguazes pois as Mortes, Roubos e Consternação em que tem posto esta Cap.uia deu motiuo a S. Mag.e lhe mandar dar guerra a custa da sua Real fazenda, e senão deue desprezar o bom suçeço desta guerra podendoçe conseguir por todos os meyos sendo muyto façil contentar aos Caualeiros com lhe emtregar seus Parentes depois de lhe ajudarem a destruhir os Payaguazes porque acabados estes ficará a navegação das munsois do Cuyabá dezempedida que hé a principal cauza porque se manda fazer esta expedição ; e se declara que tendo efeito o ajuste dos índios Caualeiros para a emtrega dos Payaguazes, e emtregandoçe aos ditos Caualeiros os seus Parentes que se aclião nas minas do Cuyabá se pagarão a quem os pesuhir pello seu justo valor por conta da faz." Real; ou se lhe darão outros em seu lugar das prezas que se fizerem nas mais nações, e quando senão conclua este ajuste se dará guerra aos d.ns Caualeiros, assim como aos mais Gentios, e ficarão os que se aclião captiuos em poder das pessoas que os tiverem, e o Comand.te da Tropa escuzará de fazer esta despeza da faz.ª Real (Documentos Interessantes, v. 13, p. 257-258).

[46] Regimento presente no v. 13 dos *Documentos Interessantes*.

Ainda inserido neste contexto, são descritos por Prado (1795) novas missões contra os indígenas, onde, segundo descrição, insultos chegaram aos ouvidos do governo português que, "movido de compaixão dos seus vassalos mandou ordem ao general do S. Paulo para mandar fazer guerra aos gentios à custa da real fazenda". Portanto, já em agosto de 1734, sob comando do Tenente General Manoel Rodrigues do Carvalho, uma expedição com cerca de 400 homens foi enviada para dar cabo das ofensas cometidas pelos nativos. Inicialmente, as incursões lograram sucesso, mas sua efetividade durou pouco tempo, cerca de dois anos depois foram relatados novos conflitos nas rotas monçoeiras envolvendo Payaguá e Guaykuru.

Neste momento, a percepção do cronista dá uma volta curiosa: Prado argumenta que, enquanto os ataques iniciais supostamente não teriam buscado nada além de expulsar as expedições portuguesas da região, sem levar nada em espólio, o ataque de 1736 foi o primeiro onde os Mbaya fizeram motim, e, segundo ele, "Este foi o primeiro raio de esperança que houve do gentio cedo procurar aliança, por começarem a gostar das mesmas cousas que antes desprezavam; porém ainda assim continuaram os seus insultos." (Prado, 1795). Após tal encontro, ainda são descritos ataques em 1743, 1744, 1752 e 1753, todos estes com tomada de motim, sejam canoas ou escravizados.

Nota-se, portanto, que com o fim da década de 1730 surge uma nova visão, ainda que distorcida e adequada somente aos europeus, acerca dos estratagemas a serem empregados na garantia de territórios e proteção das viagens. Neste novo momento, a inciativa de se buscar amizade passa a partir dos lusitanos, afastando-se do teor bélico de outrora. De tal forma que, em 1740, foi organizada uma expedição até terras Mbaya, visando alcançar seu auxílio nas empreitadas contra os Payaguá[47]. Tendo sido recepcionados inicialmente de bom grado, e recebido proposta de auxílio Guaycuru não apenas nos conflitos contra os Payaguá, mas também contra eventuais guerras contra os hispânicos, no dia posterior os indígenas teriam rechaçado um possível acordo e atacado de forma surpresa aos lusitanos presentes.

A despeito da descrição lusitana, a recusa Mbaya em aceitar um tratado naquele momento, apesar do ataque surpreendente, não teria surgido sem razão, uma vez que o tratamento dado a estes pelos próprios lusitanos anteriormente configurava afronte grave, principalmente tratando-se dos acontecimentos de 1731. Dessa maneira,

[47] SÁ, Chronicas do Cuyabá [1765], p. 93.

Carvalho, rememorando Susnik e Metráux, propõe debate sobre as motivações de tal ato.

> Uma das maneiras de compreender o episódio consiste em abordá-lo em termos de condicionamentos culturais, atentando especialmente para os significados atribuídos ao prestígio e à vingança. De acordo com Susnik, tanto quanto a posse violenta de bens e a troca vantajosa, a vingança étnica também fazia parte das instituições mais honoráveis da pauta cultural Mbayá. Na maioria das ações bélicas desses índios, o objetivo não era apenas a vantagem econômica da pilhagem, senão que havia um motor cultural importante na vingança étnica. A ofensa infligida contra um cacique exigia a vingança – mesmo que tardia – acompanhada de manifestações simbólicas indubitáveis de poder. Assim, por exemplo, em 1671, os Mbayá do sul promoveram uma onda de matanças, incêndios e destruição nas estâncias castelhanas da zona de Tacumbú, Lambaré e Guarnipitan. A causa estaria numa violenta ofensa praticada pelo governador da província, Felipe Reja Corvalán, contra um cacique (Carvalho, 2006, p. 244).

O cenário conflituoso, portanto, não se alterou, a aliança entre os senhores dos rios e os cavaleiros foi mantida ainda por alguns anos e os ataques as monções e estabelecimentos coloniais mantiveram-se quase que anuais. A política indigenista lusitana, por outro lado, passa a modificar-se e adquirir caráter menos belicoso, entendendo talvez a ineficácia das guerras anteriores e buscando a resolução através da possibilidade de alianças, o que seria alcançado apenas com a proximidade do século XIX. Tal percepção não derivou, porém, de uma visão humanista da conjuntura: o empreendimento de incursões militares e as ações em decorrências das chamadas "guerras justas", pois estas não surtiam o efeito desejado, e ainda incutiam inúmeras dificuldades para os moradores da região.

Além da já prevista captura de indígenas como escravizados, a Fazenda Real, como incentivo, instituiu a isenção excepcional do quinto sobre os cativos e a possibilidade de empréstimo a ser pago apenas ao retorno das viagens, com o lucro obtido, ademais, a distribuição de patentes para os envolvidos também ensejava maior motivação. Porém, tais atos, assim como a dificuldade de manutenção das povoações devido a participação de suas populações nos conflitos, prestaram apenas desserviço para a manutenção e expansão do poder lusitano ao oeste (Carvalho, 2006). Nota-se também que a percepção dos administradores locais vinha de encontro, ainda que por motivos diferentes, as mudanças na política indigenista geral que se implementava em território português na américa, onde, a partir do *Diretório dos índios*, tende-se a buscar

a inserção dos grupos indígenas ao projeto colonial, acompanhando também a tendência de se acabar com o trabalho escravo dos nativos.

Antes de adentrar propriamente nas ações de busca por aliança que tomaram os lusitanos, principalmente após 1750, é importante registrar já os demais relatos de conflitos presentes nos documentos analisados, buscando não soar repetitivo ao longo do desenvolvimento dessa seção. Além disto, ao já apresentar o histórico de conflitos, mesmo após tratados e supostas amizades que se tiveram entre colonizadores e Mbaya, demonstra-se que o entendimento destes termos era algo complexo, e que notadamente os indígenas agiam de forma a proteger seus interesses próprios, sejam estes culturais ou de proteção territorial. Os grupos Guaycuru não passaram a ser obedientes e integrados ao virar da metade do século, demonstravam, entretanto, ter conhecimento do papel dessas alianças e amizades em suas lutas por manutenção, seus planejamentos denotam estratégias pensadas em seu benefício. Ademais, creio que o aparente pouco interesse lusitano em se registrar de forma fidedigna as nuances étnicas de tal grupo fazem com que muitas vezes haja relatos de amizade e ataque num mesmo período, mas em regiões diferentes, o que pode ser explicado pelo grande número de parcialidades não descritas pelos lusos até fins do século XVIII[48]. Dessa forma, ressalto os conflitos de 1775[49] e 1779[50], ambos presentes em ofícios enviados pelo governador da capitania de Matto Grosso, Luís de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres, ao secretário de Estado da Marinha e Ultramar, cujos relatos demonstram a dificuldade da instalação portuguesa na região do alto Paraguai, devido em parte aos ataques descritos, e também a desconfiança de que os indígenas estivessem já aliados as forças espanholas, o que aumentaria o entrave de se estabelecer nos pontos desejados. Foi verificado também excerto que apresenta ataques Mbaya-Guaykuru entre 1790 e 1791[51] à fazenda Camapoã. No ofício em questão, escrito pelo novo governador, João de Albuquerque de Melo Pereira e Caceres e adereçado ao mesmo secretário, é relatada a ofensa efetivada

[48] Salvo alguns apontamentos acerca dos *caduveos* presentes ao longo de esparsos relatos, há somente uma descrição sobre as três parcialidades que habitavam na região em torno do povoamento de Albuquerque e dos fortes de Coimbra e Mondengo no relato de Ricardo Franco de Almeida Serra em *Parecer sobre o aldeamento dos índios uaicurús e guanás, com a descrição dos seus usos, religião, estabilidade e costumes* que data de 1803 (sendo posteriormente publicada em edição da Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro).

[49] OFÍCIO do [governador e capitão-general da capitania de Mato Grosso] ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar]. Vila Bela, 8 de junho de 1775. CT: AHU_CU_010, Cx. 17, D. 1102.

[50] OFÍCIO do [governador e capitão-general da capitania de Mato Grosso] ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar]. Vila Bela, 26 de dezembro de 1779. CT: AHU_CU_010, Cx. 21, D. 1255

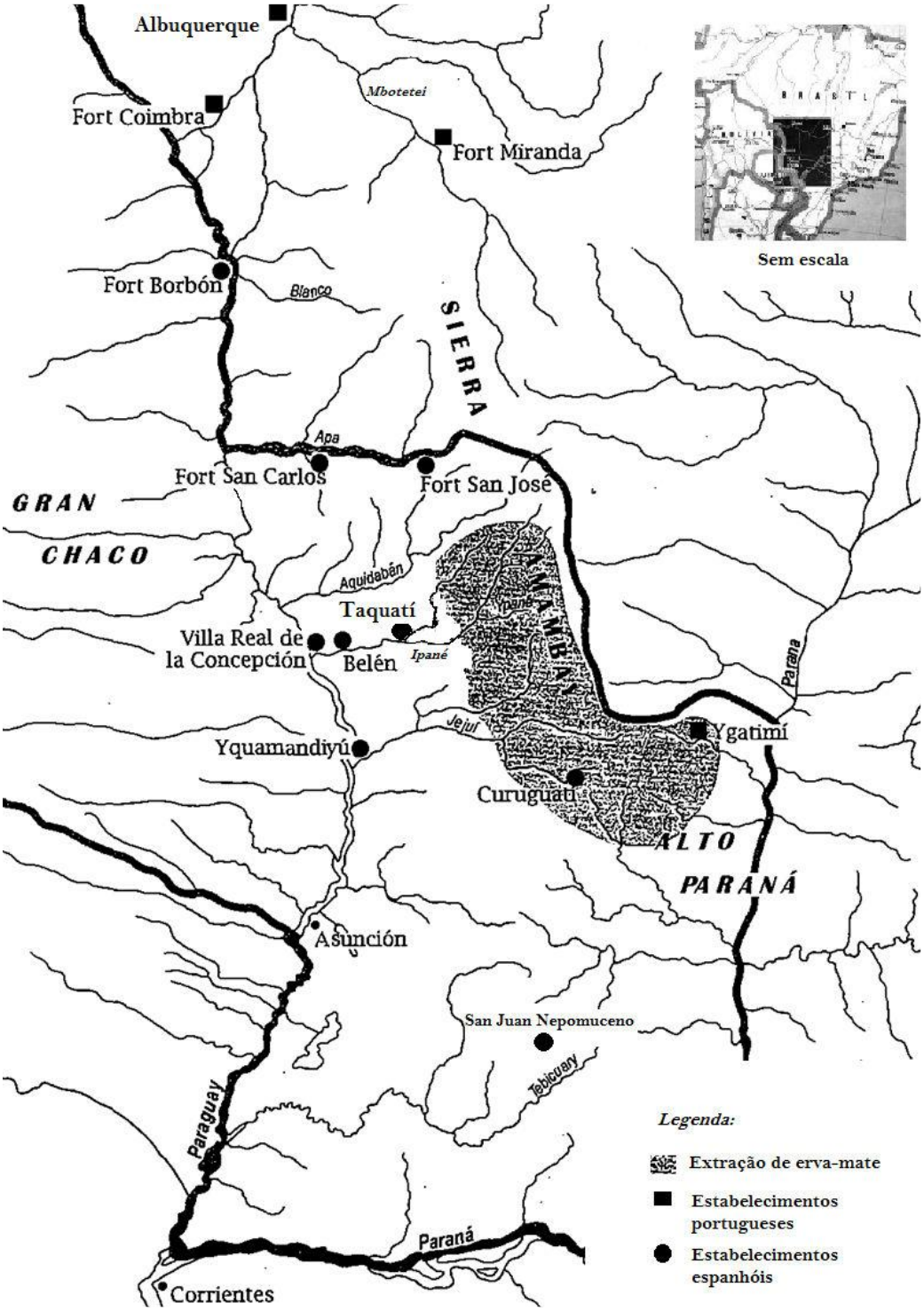
[51] OFÍCIO do [governador e capitão-general da capitania de Mato Grosso] para o [secretário de estado da Marinha e Ultramar]. Vila Bela, 2 de julho de 1792. CT: AHU_CU_010, Cx. 29, D. 1644

por um ajuntamento Guaycuru a localidade e a surpresa com relação ao ataque, uma vez que, durante este período, os lusitanos já se encontravam em boa comunicação com os indígenas, engendrando o futuro tratado. Tal surpresa vêm com uma suspeita, confirmada pelos Guaycuru aliados e espanhóis, de que o grupo que arquitetou a ofensiva provia de uma população habitante das regiões paraguaias, próxima a Villa Real, porém tal parcialidade não é nomeada, demonstrando novamente a dificuldade, ou desinteresse, em se nomear os diversos agrupamentos presentes na região.

É possível afirmar que as situações descritas nas diversas fontes consultadas demonstram as características da política de aliança implementada pelos nativos Mbaya-Guaykuru, onde, muito mais do que conseguir bens ou efetuar comércio, estas tentativas de ajuntamento, tanto com outras etnias quanto com europeus, correspondiam ao desejo de manutenção do status presente e domínio territorial. Uma vez que culturalmente a nação Mbaya dependia de vasta extensão territorial para sua manutenção devido aos motins e assimilação de outros grupos indígenas, assim como a posse de grande número de gado vacum e cavalar, as propostas e alianças efetuadas e rompidas provinham da necessidade de garantia deste tópico, o que rendeu a tais grupos, por muitas vezes, a fama de individualistas ou traiçoeiros[52] de forma intransigente.

[52] Tanto nas descrições de Prado (1795), quanto no parecer de Serra (1845), os grupos foram descritos como não confiáveis, individualistas e traiçoeiros.

**Figura 6 – Missões, povoados e fortificações no vale do rio Paraguai (metade do século XVIII)**




Fonte: Carvalho (2012), sob base de GUY, Donna J.; SHERIDAN, Thomas E. (eds.) Contested Ground: Comparative Frontiers on the Northern and Southern Edges of the Spanish Empire. Tucson: Univ. of Arizona Press, 1998, map 4.

## Comércio e alianças: políticas indigenistas e os Mbaya-Guaykuru

> Quando algum portuguez lhe cahe em graça (que é sempre o que dá mais), o maior elogio que lhe fazem é dizer-lhe que é como *Uaicurú.* E quando alguns dos seus não é do seu paladar, dizem que é como portuguezes (Serra, 1850, p. 350).

Com a derrocada constante das expedições punitivas e seguindo a tendência das novas políticas indigenistas e de conquista de território, que passam a priorizar o maior alcance de influência na região através das alianças e comércio com os nativos, os portugueses chegam a meados do século XVIII determinados a expandir sua autoridade entre os grupos étnicos oriundos da região mato grossense, muitas vezes buscando se aproveitar de conflitos entre os nativos e os espanhóis. Percebia-se que a conquista das fronteiras e o acesso as regiões que já continham estabelecimentos lusitanos era cada vez mais dependente de alianças, principalmente com os grupos Mbaya-Guaykuru.

Em caráter geral, a política indigenista portuguesa já dava indícios de almejar a assimilação e conversão das populações locais através das povoações e aldeamentos, descartando, em primeiro momento, as tão dispendiosas guerras e incursões. Mesmo antes da instituição do *Diretório*, o governador da capitania, um ano após sua fundação, já recebe ordenamentos para que fosse cessado o regime de administração em que se encontravam muitos nativos, procurando assim que fossem retirados de seus trabalhos forçados e alocados em aldeamentos, assim como procura também instigar o governador a resolver os conflitos com alguns povos de outras formas que não guerreando (Carvalho, 2012).

Para os agrupamentos focos deste estudo, as mudanças práticas dão-se principalmente após a construção dos fortes, já na década de 1770, onde as interações entre os Mbaya e os Guaná, seus aliados, tornam-se foco da política territorial e da estratégia de domínio dos fortes. A ideia consistia em aproveitar-se justamente do posicionamento dessas populações em regiões fronteiriças para adquirir vantagens no domínio do território, o que se enquadrava no contexto geral das políticas implementadas com os indígenas na capitania do Mato Grosso.

Neste sentido, pode-se apontar que nas terras em questão as regras relacionadas aos indígenas seguiam a mesma dicotomia apontada por Perrone-Moises (1998), onde observa-se políticas para os *aldeados-aliados* e para os *bárbaros-inimigos*. Nestes territórios, porém, essa separação seguia também as estratégias da política de fronteira,

o que fez com que as nações indígenas fossem afetadas não apenas pelo julgamento acerca de seu comportamento (amistoso ou agressivo), mas também pela sua localização, como aponta Carvalho em sua tese:

> Aqui cumpre sublinhar pelo menos duas permanências cruciais na política indigenista portuguesa nessa fronteira: de um lado, a da instituição da "administração" de índios capturados em bandeiras, a qual, desde a época de Antonio Rolim de Moura, devia ter sido extirpada quando da aplicação das leis de liberdade dos índios, mas que, por não entrarem em contradição com o sentido geral da política pombalina, que não interditou a prática de bandeiras, seguia em atividade normalmente em Mato Grosso; de outro, a retórica contrária à política de pacificação expressa em termos como "castigar, destruir e aprezionar", que denotam a permanência de uma visão compartilhada por governos reformistas e elite local sobre uma fronteira interna. Ora, se a fronteira externa com os domínios espanhóis parecia às autoridades coloniais o lugar mais adequado para aplicar a política diplomática, a atração, pacífica e a "conquista por contrato" a fronteira interna continuava sendo vista como o sertão a pacificar, o espaço de inimigos indômitos contra quem não havia outra alternativa senão a guerra. Da fronteira externa à interna, a passagem era também da força do simbólico ao simbolismo da força (Carvalho, 2012, p. 172).

Por conta disso, é possível visualizar essa diferença de tratamentos entre os grupos mais fronteiriços e os grupos engendrados ao interior, de forma que, num mesmo recorte temporal, pode-se observar a manutenção de bandeiras e incursões contra os povos Bororo ao passo que se iniciam tratativas de amizade com os Mbaya, ainda que as estratégias de resistência e manutenção de território fossem similares entre eles. O curioso é justamente perceber a mudança especifica pelo qual passou essa visão colonial acerca dos grupos Guaykuru, descrita como inimiga do fim do século XVII até a metade do século XVIII, onde sua amizade passa a ser um objetivo principal da colonização em Mato Grosso. Visualiza-se então que a facilidade com que as parcialidades Mbaya aderiram ao comércio e aos tratados junto aos portugueses fora também condicionada a essa mudança de visão estratégica quanto ao grupo por parte dos europeus. Deve-se apontar, no entanto, que os adjetivos ligados a selvageria e barbarismo são mantidos nas descrições de usos e costumes destes grupos, principalmente nos relatos relacionados a "dificuldade" dos indígenas em abandonar os costumes pagãos de outrora em detrimento da almejada vida cristã a eles imposta.

Apresentado o contexto, seguimos com as demonstrações de políticas indígenas efetuadas pelas autoridades coloniais com relação aos Mbaya-Guaykuru, tendo como

base os relatos presentes em comunicação oficial, dessa forma, é possível visualizar a mudança nas percepções acerca das relações possíveis e as estratégias empregadas ao passar dos anos, até culminar nas práticas de aldeamento ao fim do século XVIII.

Em janeiro de 1777, Luís de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres, relata em carta para o Marquês de Pombal[53] os princípios de amizade que os moradores do forte de Coimbra haviam tido com os cavaleiros durante o ano anterior, denotando que estes "sabidos aliados dos espanhóis" haviam se tornado abertos para o diálogo, ainda que comumente tenham sido enxergados como inimigos intrínsecos e que também assim viam os portugueses, devido as ofensivas entre os dois grupos ao longo da primeira metade do século.

Tais acontecimentos estão descritos em carta de Marcellino Rodrigues Campones, onde consta o diário do cabo da expedição enviada pelo governador, Miguel José Rodrigues, ocorrida em outubro do ano anterior, e que ocasionou nestas primeiras relações amistosas. Nesta descrição, consta que foram efetuadas trocas de mercadorias, assim como registrou-se a promessa dos capitães Guaykuru ali presentes em visitarem o forte Coimbra ao passar de duas luas. Nos interessa particularmente no diário em questão o constante contato descrito, durante quase todo o período da expedição, assim como a ocorrência de trocas não apenas entre os comandantes da expedição e as chefaturas indígenas, mas também entre os integrantes comuns de ambas as comitivas.

> Enquanto tive estas conversas com os que faziam figuras principaes, os camaradas da prôa da canôa também faziam com os índios seus negócios a troco de pedaços de fumo, que eles pagavam com cordas, algumas cobertas de algodão de listras de cores, davam por facões e por pratos algumas camisetas, etc. (Rodrigues, 1777, p. 80).

A carta em si, foi enviada em outra correspondência do governador, desta vez endereçada ao secretário de Estado de Marinha e Ultramar[54], o que demonstra a preocupação em se informar acerca dos avanços para com a amizade entre portugueses e a população nativa para o poder metropolitano. De forma que, o fato ocorrido foi de suma importância para a administração local, em razão de, ainda que primariamente, demonstrar a maior possibilidade do enquadramento das relações com os Mbaya-

[53] OFÍCIO do [governador e capitão-general da capitania de Mato Grosso] ao marquês de Pombal. Vila Bela, 8 de janeiro de 1777. CT: AHU_CU_010, Cx. 18, D. 1146.
[54] OFÍCIO do [governador e capitão-general da capitania de Mato Grosso] ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar. Vila Bela, 10 de janeiro de 1777. CT: AHU_CU_010, Cx. 18, D. 1148.

Guaykuru dentro das novas políticas indigenistas estabelecidas, principalmente pós-diretório.

Na sequência dos acontecimentos, aos fins de 1778, teriam aparecido os indígenas no forte Coimbra e recebido como mimo dos portugueses barretes, facas e tabaco. Ademais, o comandante do forte teria declarado que gostaria de conservar com os Guaykuru amizade fixa, e, procurando estabelecer também comércio, requisitou cavalos, gados e carneiros, pedido este aceito pelo grupo (Carvalho, 2012)[55].

Tendo-se iniciado as trocas comerciais entre as duas partes neste momento, é interessante apontar que tal ato, constituído entre indígenas e colonizadores, não pode ser analisado de forma puramente comercial. Ao analisar o início das trocas entre os grupos, primariamente em forma de escambo, John Manuel Monteiro aponta a importância de tal feito dentro deste contexto, principalmente para os grupos nativos.

> Assim, cabe ressaltar que o escambo ganha sentido apenas na medida em que se remete à dinâmica interna das sociedades indígenas. Longe de se enquadrarem no contexto de uma economia de mercado em formação, as relações de troca estavam vinculadas intrinsecamente ao estabelecimento de alianças com os europeus. Portanto, os índios aceitaram e até promoveram semelhantes relações desde que elas contribuíssem para a realização de finalidades tradicionais. Paradoxalmente, foi nesta postura ostensivamente conservadora que os grupos tupi contribuíram para a transformação acelerada das relações intertribais e luso-indígenas (Monteiro, 1994, p. 32).

Em 11 de maio de 1791, João de Albuquerque, sucessor de seu irmão, envia ofício denotando os "benefícios que se tirariam de um tratado de paz e amizade" para com os indígenas citados[56]. Nesta carta, o governador descreve as boas relações que têm mantido com os Mbaya, apesar de ainda apresentar preocupação por ataques recentes. Segundo relato estava estabelecida certa possibilidade de comércio, e mais de uma vez os portugueses se beneficiaram da compra de cavalar, pois os cavaleiros proviam as guarnições de tal gênero a bom mercado, tendo já alguns soldados do forte Coimbra adquirido cerca de cinquenta animais. No ofício também está presente o pedido para o envio de gêneros relativos a estes negócios (o preço de um cavalo ou égua era de um machado ou uma foice ou facão), assim como também mercadorias que servissem como

[55] Tal relato está disponível em carta de Marcelino Rodrigues Campones a Luiz de Albuquerque que se encontra no Arquivo Público Mato-Grossense, porém não disponível de forma digitalizada e, portanto, não consultada por mim durante a pesquisa.

[56] OFÍCIO do [governador e capitão-general da capitania de Mato Grosso], para o [secretário de estado da Marinha e Ultramar]. Vila Bela, 11 de maio de 1791. CT: AHU_CU_010, Cx. 28, D. 1607.

presentes de bom grado para essa população “na justa suposição de que Sua Magestade assim o havera por bem”.

**Tabela 1 – Gêneros solicitados para presentear aos Mbaya-Guaykuru**

| Relação dos generos que mandão pedir a Villa do Cuyabá, mais proprios, e dos que os Indios Aycuruz fazem mais estimação | |
|---|---|
| 40 | Covados de Baeta Sangue de Boy |
| 6 | Papeis de Agulhas grossas |
| 12 | Facoens compridos |
| 2 | Rolos de tabaco de fumo |
| 24 | Pratos d’Estanho Covos |
| 6 | Massos de Granadas |
| 12 | Machados |

Fonte: OFÍCIO do [governador e capitão-general da capitania de Mato Grosso] para o [secretário de estado da Marinha e Ultramar], 1791. CT: AHU_CU_010, Cx. 28, D. 1607.

Na comunicação também estão presentes cartas do contato entre o governador e o comandante do Coimbra, Joaquim José Ferreira, nas quais estão presentes não apenas as relações de gêneros destinados aos indígenas, como também os relatos do andamento do contato entre europeus e Mbaya-Guaykuru. De forma que é notável a crescente preocupação em buscar a amizade destes grupos, o que levaria posteriormente ao tratado de paz assinado no mesmo ano.

Conta-nos o comandante que, com uma crescente preocupação acerca da falta de visitação Guaykuru em Coimbra, no período de inundações fora enviada uma expedição

de contato afim de descobrir a motivação para a ausência[57], temia-se, inclusive, ser uma estratégia entre os indígenas e os espanhóis para em breve lançar ataques ao posto militar lusitano.

Durante tal missão, foram encontrados os Mbaya, porém, inicialmente não houve aceno positivo para o retorno das visitações, sendo necessária uma segunda visita, dessa vez levando regalos para o agrupamento, o que possibilitou com que fossem enviados para o forte três familiares de um cacique. Estes, sendo bem tratados e vestidos, ao voltar, convenceram a dita chefatura a visitar Coimbra, ainda que com ressalvas, pois foi registrado que estava "taõ cheyo de medo e pavor que toda á viagem (que naõ he menos de trez dias e meyo) veyo a perguntar ao soldado Dragaõ Antonio Baptista da Silva se eu o havia de amarrar, e degolar".

Sendo recebido no estabelecimento, foi tratado com agrados e, esvaindo-se a tensão acerca do encontro, se apresenta como Queima, capitão muito estimado entre seu grupo, promete reestabelecer o comércio prometido em tratos anteriores, de forma que, após visita inicial, retornara com um cavalo de presente. Na ocasião de seu retorno, Ferreira o faz saber sobre a existência de um governante maior das terras da Capitania, que residia em local próximo, e que receberia os indígenas de bom grado para tratar da amizade estabelecida. Dessa forma, iniciava-se a costura do tratado posterior, pois a própria carta se finda com o pedido de Ferreira para que fosse autorizado a enviar os indígenas para Vila Bela para que pudessem "receber a honra de beijar a mão de V. Ex.a em melhor estação de tempo".

A necessidade deste tratado é constantemente demarcada tanto nas descrições do governador da capitania, quanto nas do comandante de Coimbra, de tal modo que se identifica facilmente os novos rumos da política indigenista fronteiriça. Porém, a visão colonizadora acerca dos indígenas permanecia inalterada. Não é percebido nesses textos humanismo ou felicidade em cessar-se as contendas, mas sim uma noção de que as alianças eram uma ação política necessária frente as dificuldades de se conseguir domínio nas terras em questão, de forma que, mesmo em um contexto já não belicoso, as exposições continuam a se basear numa noção de barbarismo e selvageria incutida nos nativos. Portanto, não é possível desvincular tal modo de se fazer alianças do que a proposta anteriormente apresentada acerca de possibilidade por volta de 1734, onde

[57] Relato presente na cópia Nº 4, anexada ao Ofício em questão.

buscava-se o auxílio Guaykuru, porém, caso não fosse alcançado, os esforços de guerra também seriam lançados contra estes.

> Rogando a V. Ex.a o naõ lhe dar cuidado que possa haver alguma facilidade de que estes barbaros, se aproveitem para nos fazerem algum insulto, pois me lembro bem dos que eles nos tem cometido; e por isso tenho dado todas as providencias para que tal naõ suceda apezar da amizade que eles nos mostraõ, cada vez saõ mayores as cautellas, e instruçoens que dou as pessoas empregadas nesta deligencia: assim como me lembra os factos que com este Gentio tem socedido tambem tenho prezente os insultos que nos fizeraõ o Mura, Cayapo, Xavantes, e outros barbaros, e hoje os vemos aldeados, e reduzi dos ao gremio da Igreja, a cujo fim me proponho a respeito deste Gentio, e procurar o socego desta guarniçaõ, e junta mente destruir alguns projectos que os Espanhoes contra nos com eles queiraõ por em praxo (Ferreira, 1790).

Com alianças e comércio já estabelecidos, abre-se então o espaço para a institucionalização de uma aliança através do tratado de paz, documentado em ofício por João de Albuquerque, constando também o termo do tratado e suas assinaturas, assim como uma carta patente que resume os acontecimentos até a assinatura.

Na sequência dos acontecimentos relatados, compareceram a Coimbra dois caciques Mbaya-Guaykuru: Queima, conhecido pelos portugueses como João Queima de Albuquerque, e Emavidi Xané, chamado de Paulo Joaquim José Ferreira, assim foi providenciado seu deslocamento para a capital, a fim de que fosse selado algum tratado. Na comitiva geral estavam presentes os dois capitães, dezessete de seus subordinados e Victória, uma ex-escravizada de Cuiabá que, estando junto dos indígenas, lhes servia de intérprete[58].

O acordo foi assinado de acordo com os seguintes termos[59]:

> No 1º dia do mez do agosto de 1791, no palácio da residencia do Exm. governador e capitão general, estando presentes, por uma parte o mesmo Exm. Sr. com os oficiaes militares e mais príncipaes pessoas desta Villa-Bella, e pela outra os sobreditos capitães e chefes da sua nação, João Queima de Albuquerque e Paulo Joaquim José Ferreira, com os mencionados seus soldados e a crioula Victoria, sua captiva e interprete, disseram que, *em seus nomes e no de todos os outros chefes da sua nação, seus compatriotas, e mais descendentes*, protestavam e prometiam de hoje para todo sempre, nas mãos do Exm. Sr.

[58] Os acontecimentos descritos, assim como o termo do tratado e a carta patente estão presentes no OFÍCIO do [governador e capitão-general da capitania de Mato Grosso ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar], Vila Bela, 9 de setembro de 1791. CT: AHU_CU_010, Cx. 28, D. 1617.
[59] Itálicos meus.

> governador e capitão general João de Albuquerque de Mello Pereira e Caceres, *manter com os Portuguezes a mais íntima paz e amizade, e inviolavelmente guardarem e tributarem a S. M. Fidelissima a mais respeitosa fidelidade e obedência; assim e da mesma forma que lhe tributam todos os seus vassalos.*

Para garantia de procedência do tratado, foram questionados se "era nascida de sua livre vontade e moto próprio a obediência que prestavam a S. M. Fidelissima, como também se queriam ficar sujeitos da mesma augusta soberana e senhora", ficando registrado que os capitães afirmaram a autonomia deste desejo. Da parte dos lusitanos, João de Albuquerque prometeu, em nome de sua majestade, "sempre proteger a dita nação, a fim de perpetuar entre elles e os Portuguezes a mais íntima paz e reciproca amizade, concorrendo sempre para tudo se dirigir à felicidade espiritual e temporal dos mesmos gentios".

Dessa forma, perante assinatura dos presentes, após anos de conflitos e ofensivas de ambos os grupos, os Mbaya-Guaykuru eram considerados vassalos pela coroa portuguesa.

As descrições quanto a todo o processo de assinatura de tal acordo entre partes demonstram o fazer político não apenas para conseguir sua feitura, mas também para legitimar perante registro todos os fatos decorrentes, há uma notável preocupação em demonstrar-se que os indígenas de alguma forma solicitavam tal tratado, assim como esclarecer que a iniciativa de alguma forma teria partido dos indígenas e que os lusitanos fariam bom uso de tal situação. Ao analisar os dispositivos que regimentavam tais tratados, comuns por parte de ambas as administrações coloniais da região, aponta a importância do "consentimento" em evidência nos registros:

> Outra idéia central era a de que o império dependia do consentimento. A passagem da intimação a que os índios cedessem as terras à espera de que o fizessem voluntariamente era uma permanência das idéias da Escola de Salamanca. Terras, ouro e outros recursos só poderiam ser utilizados mediante anuência dos principais indígenas: "Los bárbaros indios", afirmava Francisco de Vitória, "han podido caer bajo el dominio de los españoles por uma verdadera elección voluntaria". Daí porque os tratados de paz sempre mencionassem que os índios procuravam espontaneamente tornarem-se vassalos (Carvalho, 2012, p. 238-239).

Além disso, todo o contexto até que se chegue numa assinatura é perpassado pela violência com que se planejava lidar com o indígena. Se não violência física, que

estava em declínio, violência institucional. Visando a assimilação e o almejado aculturamento dessa população, uma das primeiras coisas notáveis era a necessidade de um nome europeu para reconhecimento dos chefes das nações.

Denotamos também que é perceptível a desigualdade de forças presente no relato, não apenas pela diferença de responsabilidade incutida para com os indígenas em detrimento das promessas do governador, mas também pela demonstração de forças em níveis diferentes. Retomando Carvalho (2012), os documentos relativos aos tratados assinados na região estudada não "dissimulam a desigualdade de forças", demonstrando consciência da construção de uma obediência e esforços para a adequação do indígena ao papel de vassalagem esperado pelos europeus.

É importante ressaltar, porém que, por mais que é imprescindível o conhecimento de que as ações e estratégias perpetuadas pelos lusitanos para alcançar a assinatura do acordo entre partes, não podemos tomar os Guaykuru como passivos a esta situação. Deve-se ter em mente que, mesmo que o registro dos possíveis desejos dos indígenas pelo tratado fosse possivelmente inflado pelos europeus, ao analisar o histórico de relações dos Mbaya com os demais grupos, sejam eles também indígenas ou europeus, é perceptível a movimentação de tais parcialidades entre alianças e comércio na região, de forma a assegurar sua sobrevivência. De tal modo que, ao longo da segunda metade do século XVIII, foram figura presente em diversos tratados, tanto com espanhóis como portugueses, e participaram de reduções jesuítas. A experiência da redução de Belém, retomando ao que foi apresentado no primeiro capítulo, demonstra que os indígenas tinham plena noção estratégica, aceitando reduzir-se apenas para fixação em ponto de interesse e maior facilidade de acesso ao comércio e estabelecimentos castelhanos. Perante as trocas efetuadas e benesses recebidas dos lusitanos, não se pode desacreditar de que o tratado fora uma opção política tomada pelos nativos, que, analisando a situação, reconhecem o poder de aliar-se a uma nova força de dominância da região, além de garantir assim a continuidade dos "mimos" recebidos.

Em consequência da assinatura do tratado, já em outubro do mesmo ano, é enviado mais um ofício para o Secretário de Ultramar[60] onde o governador afirma que o comandante de Coimbra já tem cumprido as novas ordens para que se passasse a população de indígenas Guaykuru, que já se assentavam próximo do dito

[60] OFÍCIO do [governador e capitão-general da capitania de Mato Grosso] para o [secretário de estado da Marinha e Ultramar]. Vila Bela, 20 de outubro, 1791. CT: AHU_CU_010, Cx. 28, D. 1627

estabelecimento, para a povoação de Albuquerque. Junto ao ofício, está presente carta do dito comandante, onde este explicita o cumprimento das ordens, assim como descreve sua percepção de que os indígenas teriam grande estima da paz que fora assinada. Já em 1793 pode-se atestar a manutenção da relação, apesar da falta de atualização acerca dos planos de mudança territorial, pois em nova comunicação[61] João de Albuquerque informa tal secretário da necessidade de se enviar novos machados, facas e foices para os grupos Guaykuru e Guaná[62] para acariciá-los e manter com eles a amizade já conquistada.

Passados dois anos, há uma nova configuração nas regiões limítrofes e na configuração das relações entre lusitanos e os Mbaya. Sabendo que os castelhanos têm avançado pela fronteira, tendo já erguido cerca de cinquenta fazendas de gado ao longo dos terrenos da margem oriental do Paraguai, os oficiais de Coimbra passam a adquirir os frutos de motins que os indígenas faziam continuamente aos espanhóis, utilizando-se inclusive de recursos da Real Fazenda para custeio dos gêneros que apetecem aos indígenas, tendo sido adquiridos cavalos, éguas e vacas nestes negócios, por ordem do próprio governador da capitania[63]. Ora, além do abastecimento do forte, tal conduta vêm de encontro também com as políticas de proteção territorial e controle da região limítrofe, demonstrando novamente a importância dos grupos nativos no controle da região. O próprio governador atesta que a compra dos animais furtados é de interesse real pois:

> Com ella pode ser que desanimados os espanhoes em desaparecerem os seus gados, ou abandonem aqueles estabelecimentos, ou os guardem ofendendo aos Guaycurus hostilmente, que huma vez agravados, terão neles por muitos annos huns inimigos irreconciliaveis, e a ruina total destas suas fazendas.

E seguindo, ao descrever a boa fortuna trazida a capitania por esta amizade conseguida, atesta:

---

[61] OFÍCIO do [governador e capitão-general da capitania de Mato Grosso] para [secretário de estado da Marinha e Ultramar]. Vila Bela, 19 de setembro de 1793. CT: AHU_CU_010, Cx. 30, D. 1677

[62] No comunicado em questão, o governador descreve os "Uaycurus e Guanás do Paraguay", o que pode indicar que, neste momento, as povoações Mbaya estava ainda alocadas nas regiões fronteiriças mais próximas dos espanhóis.

[63] OFÍCIO do [governador e capitão-general da capitania de Mato Grosso] para o [secretário de estado da Marinha e Ultramar]. Vila Bela, 20 de julho de 1795. CT: AHU_CU_010, Cx. 31, D. 1696.

> Mas são que não habitando no Paraguay entre as actuaes poseçoens espanholas e portuguesas, são huma barreira entre nos e eles, de cuja amizade enfim não só depende a segurança e conservação daquele terreno limítrofe, mas o meyo de dificultar aos mesmos espanhoes, além dos seus novos estabelecimentos a comunicação que pretendem abrir pelo dito Rio Paraguay.

Há neste momento uma preocupação constante entre os administradores portugueses que fica bem evidente no documento em questão, a possibilidade de que os espanhóis conseguissem também efetuar um tratado de paz e que assim convencessem os cavaleiros a tornar-se contra os estabelecimentos lusitanos, em sua justificativa pelos pedidos dispendiosos para manutenção dessa estratégia, o governador evidencia que: 1) os gastos têm de ser oriundos da Fazenda Real por ser, naquele momento, a única maneira viável de conseguir-se os gêneros estipulados, já que ainda não havia possibilidade de ser efetuado comércio entre a capitania de Mato Grosso e o Pará e 2) Os lusitanos haviam de fazer todos os esforços possíveis para que se mantivessem os Guaykuru como aliados.

Aos fins de 1795, dando continuidade as relações estabelecidas, foram visitar a capital de Mato Grosso mais dois capitães e suas comitivas. Estes, que receberam os nomes de Luiz Pinto e José de Seabra, almejavam contrair amizade com o governador nos mesmos moldes do tratado assinado em 1791, tendo sido também recebidos com pompa e vestidos com trajes militares, foram convidados ao jantar em celebração ao nascimento do príncipe D. Antônio[64]. No relato descritivo de tais acontecimentos, o governador comemora o feito, que de forma prática teria um sentido de "renovação de votos" do tratado de paz entre indígenas e lusitanos.

O processo de aldeamento dos ditos grupos seguia conforme o planejado, o novo governador da capitania compartilha em 1797 as atualizações que se têm tido por parte do presídio de Coimbra, denotando também os progressos que haviam ocorrido com os indígenas que, além de conservar a paz, haviam manifestado desejo de se aldearem em região próxima à povoação de Albuquerque, onde alguns já habitavam[65].

Segundo relato, o capitão Mbaya Paulo Joaquim José Ferreira solicitara ao comandante de Coimbra que sua gente e agrupamento Guaná, fugidos de afronta espanholas, fossem aldeados na localidade em que já se encontravam assentados, entre o

[64] OFÍCIO do [governador e capitão-general da capitania de Mato Grosso para o [secretário de estado da Marinha e Ultramar], 10 de fevereiro de 1796. CT: AHU_CU_010, Cx. 31, D. 1722.
[65] OFÍCIO do [governador e capitão-general da capitania de Mato Grosso para o [secretário de estado da Marinha e Ultramar], Vila Bela, 17 de abril de 1797. CT: AHU_CU_010, Cx. 33, D. 1751.

Presídio e Albuquerque. Como a situação de Coimbra no momento encontrava-se precária, o comandante do presídio teria aconselhado ao governador a construção de novo estabelecimento, agora as margens do rio Miranda, considerada por este como uma melhor localidade estratégica, e que fossem transferidos para a nova construção os ditos indígenas. É novamente reiterado pelo oficial em questão a boa oportunidade da alocação do grupo étnico junto ao novo empreendimento por motivos estratégicos, evidenciando mais uma vez a percepção da utilização da população nativa como fronteira contra os empreendimentos hispânicos.

Mais tarde no mesmo ano, o comandante do presídio fez saber ao governador notícias provenientes do Paraguai, onde haviam sido empenhadas três expedições contra os indígenas Mbaya[66], de agressividade tamanha que os indígenas outrora assentados na região hispânica demonstraram desejo em abandonar a região e migrarem definitivo junto as parcialidades já presentes na região próxima a Albuquerque, tratava-se das expedições e "des-equestração" apresentadas por Susnik (1995). Tal notícia preocupou o militar, uma vez que, afastando-se aqueles agrupamentos da dita região deixaria "os espanhoes a passo livre para adiantarem os seus Estabelecimentos, até as margens do Mondego", o que seria esperado pelos oficiais pois estes imaginavam o descontentamento dos hispânicos para com os territórios ali usurpados pelos lusos. Devido a tais afrontas, é comunicado também que já se encontravam assentados as margens do rio Miranda oficiais portugueses, visando impedir o transpassar dos hispânicos para a região.

O novo empreendimento, porém, surge em momento mais tenso do que o esperado inicialmente, de forma que, temendo represálias, são estipulados novos ordenamentos concernentes ao propósito almejado com a construção[67]. De forma que, o comandante alocado momentaneamente no novo estabelecimento, nomeado como presídio de Miranda, deve buscar não acirrar ainda mais os ânimos já tensos entre as coroas, cuidando para que os Mbaya que se assentassem junto a fortificação não utilizassem de sua posição para incursionar contra os castelhanos. De tal modo, é instruído ao dito comandante que

[66] OFÍCIO do [governador e capitão-general da capitania de Mato Grosso] ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar] Vila Bela, 6 de dezembro de 1797. CT: AHU_CU_010, Cx. 34, D. 1759.
[67] OFÍCIO do [governador e capitão-general da capitania de Mato Grosso] ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar] Vila Bela, 6 de dezembro de 1797. CT: AHU_CU_010, Cx. 34, D. 1764.

> deverá ter nisto o maior cuidado, persuadindo aos mesmos indios quanto lhes hé útil viver ali com nosco, quietos e pacíficos, cuidando nas suas roças e creações, e que até por este meio virão a ter dentro em bom poucos annos bastante cavallos, que será a falta mais sensível para aquelles que os perderão na expedição do Coronel Espínola.

Nestes primeiros momentos pré-aldeamento percebe-se uma preocupação acerca do uso político dos possíveis aldeamentos e das populações Mbaya como fronteira móvel e recurso defensivo perante os possíveis avanços espanhóis provenientes da não determinação final acerca do território e seus limites. A partir do momento em que a região fronteiriça se torna mais arredia devido aos atos espanhóis, também pode-se visualizar com certas nuances a percepção de Almeida (1997) acerca da menoridade indígena. Quando os indígenas do grupo em questão se transmutam em aliados e passam a ser vistos como vassalos, a comunicação lusitana passa a denotar desdém pela capacidade indígena de auto regimento, iniciando então a busca pelo controle das regiões onde os grupos podem habitar, a movimentação dos aldeamentos e até mesmo o controle acerca de uma possível reação aos ataques sofridos pelos espanhóis.

Em contrapartida à percepção colonial, os Mbaya demonstram forte atuação política pela sua manutenção e de suas terras. Enquanto se desenrolam as tentativas de aldeamento e amizade para com os lusitanos, os indígenas aproximavam-se de forças espanholas, tendo efetuado pacificação com os oficiais do Paraguai em 1759 e deixando-se reduzir em 1760, para fins políticos e comerciais apenas, como descrito na primeira seção deste trabalho, mantinham os acordos enquanto fossem lidos como necessários. Em 1789 há também nova tentativa de se fazer a paz com os castelhanos, porém, em seu retorno de Assunção teriam eles efetuado novos roubos e ataques a fazendas e a um presídio (Carvalho, 2012). O mantenimento das atitudes de corso durante momentos de paz instaurada poderia significar inclusive a subversão da mentalidade colonial relativa ao papel do indígena em tais acordos, de forma que, em sua visão, este nunca se torna subserviente ao europeu.

> Sem dinheiro para sustentar as promessas feitas aos grupos fronteiriços para que se mantivessem em reduções, os governadores não estavam em condições de interditar completamente que os índios se apropriassem de bens das fazendas da campanha, como uma espécie de tributo por permitir missionários e colonos em suas terras (Carvalho, 2012, p. 151).

Ademais, os nativos demonstram excepcional localização estratégica e política ao aproveitar-se dos conflitos europeus para alcançar seus desejos. No caso dos lusitanos, os supostos[68] pedidos de aldeamento Mbaya surgem em momento de tensão entre os impérios limítrofes. Tendo noção política da situação, os capitães almejam aproximação para com os comandantes portugueses, garantindo assim os bons mimos e agasalhos provenientes da busca pela amizade com esses grupos. Neste contexto, é importante frisar que os espanhóis também possuíam dificuldade no gerenciamento de sua política indigenista, principalmente no tocante aos Mbaya, de forma que, como não havia sustento suficiente para manter-se as promessas de benesses feitas aos indígenas e houvera manutenção de expedições agressivas, de forma principal a campanha de efetuada em 1796 e 1797, não havia outra resposta possível a ser dada pelas populações nativas além das incursões em fazendas e a mudança de território para os domínios portugueses.

É interessante analisar, portanto, na comunicação portuguesa, uma profunda dificuldade em se compreender algumas ações indígenas no tocante as suas alianças. Ao escrever a *Continuação do Parecer sobre os índios Uaicuru's e Guaná*, Ricardo de Almeida Serra evidencia com certa frequência uma suposta ingratidão inerente aos indígenas pelos atos e benfeitorias dos lusitanos para com estes, em específico ao relatar a debandada de parcelas Mbaya do presídio de Miranda por volta de 1801, onde, estes teriam se deixado seduzir pelas benesses oferecidas pelos castelhanos naquele momento e, por isso, teriam abandonado a redução.

A estratégia espanhola para se restituir alianças com a dita nação era a seguinte:

> Os espanhóis divulgavam entre os índios a notícia de que o forte Borbón, que já contava com mil cabeças de gado, contaria em breve com 4 mil, o que de fato estava em curso, com a transferência da Estância d'El Rey para aquelas paragens. Em dezembro de 1802, dois caciques 'Cadiueo', que já tinham passado para Coimbra, foram procurados por um cacique, sogro do chefe Luiz Zavala, e desertaram de volta para Espanha com 40 índios. Dois caciques Guaná, que aliás sempre se tinham mostrado muito amigos do comandante, desertaram com os seus em 1803, levando alguns itens do armazém real (Carvalho, 2012, p. 243).

[68] Utilizo a suposição pois, não podendo atestar os fatos, entendo que tal descrição poderia enquadrar-se na mesma situação do exagero discricional acerca dos pedidos que se fossem feito um tratado de paz, já evidenciados neste capítulo.

Ora, a saber do histórico étnico das populações Mbaya, denotado pelo próprio Serra neste documento, a mudança constante e falta de fixação em território único era característica intrínseca a etnicidade destes povos, de modo que tal questão fora um problema durante todas as tentativas de aldeamento ou redução, seja em terras lusitanas ou espanholas. Rememorando o padre Sanchez-Labrador (1910), constantemente os nativos ausentavam-se da redução de Belém e retornavam apenas em momentos específicos, já próximos a colheita. Ainda que tais mudanças não fossem derivadas do fluxo de migração presente na cultura local, por conta das estratégias de aproximação e benesses oferecidas pelos hispânicos, é sabido ao transcorrer dos relatos, e na própria narrativa de Serra, que ao ano seguinte aproximaram-se dos fortes portugueses outras parcialidades, buscando assentamento em tais territórios.

Tais episódios denotam a fragilidade com que os limites impostos pelas coroas ibéricas em território americano eram enxergados pelos nativos frente sua mobilidade ancestral, e que estes, fazendo valer sua cultura, transitavam aonde lhes fosse mais conveniente estrategicamente. Em contrapartida, após consolidação dos aldeamentos e das populações indígenas alocadas em estabelecimentos coloniais, os colonizadores buscam de toda forma cessar tal característica, almejando a garantia de estabelecimento fixo.

Pode-se colocar que, ainda que em situação de amistosidade, os lusitanos continuamente inseriam aos Mbaya como parte da estrutura de “aliado” – “inimigo” que fora tão marcante na instituição das políticas indigenistas em terras brasileiras. Uma vez que tais grupos houvessem outrora recebido a pecha de bárbaros e hostis, tal construção maniqueísta mantinha-se atuante, e os administradores coloniais mantinham suas descrições negativas, taxando a população nativa como maliciosa e ingrata. Para manter a visão negativa em sua descrição, o autor omite parte característica da cultura presente entre tal nação.

De qualquer modo, a confluência de dois fatores daria como bem-sucedida a estratégia de atração indígena para os fortes: a) Os fornecimentos constantes de gêneros e feitio de trocas comerciais propostas pelos lusitanos ao redor das fortificações e b) A inconstante relação entre Mbaya e espanhóis, que chegava ao ápice do desgaste em fins do século XVIII. Em consequência, era dada como acertada a estratégia engendrada pelos lusitanos, devido principalmente ao aumento da população indígena chegada a Miranda,

> O relato de Rodrigues do Prado, ainda nos primeiros anos de fundação do presídio, confirmou um substancial aumento dos índios Guaicuru na região do presídio. Segundo o comandante, em 1798 havia cerca de quatrocentos índios e em outubro 1799 já haviam se instalado na região mais quinhentos (Tulux, 2012, p. 88).

Após 1790, a política de aldeamento dos agrupamentos Mbaya estabelece-se de forma concisa pela região portuguesa, os relatos dos primeiros anos do século XIX dão conta de uma constante chegada de indígenas Guaykuru e Guaná, seus tributários nas proximidades dos estabelecimentos coloniais, fixando-se principalmente neste período nas regiões entre Coimbra e Miranda[69]. Em 1800 é produzida nova descrição acerca de tais agrupamentos indígenas, assim como mapas relatando os números totais de habitantes nativos das fortificações, além dos gastos relativos a manutenção de tais grupos[70].

**Tabela 2 - mapa das populações indígena das Serras de Albuquerque**

Mapa dos Indios Uaicurús e Guanans, existentes nas Serras de Albuquerque, e junto do novo Prezidio de Miranda, alliados dos Portuguezes na Frontr.ª do Paragoay

| Indios moradores nas Serras de Albuquerque dez legoas do Forte de Coimbra | Homens | | | Mulheres | | | Soma | | Soma total | O numero dos Capitaes Uaicurús existentes nas Serras de Albuquerque são doze |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | Até 50 anos | Velhos | Rapazes | Até 40 anos | Velhas | Raparigas | Homens | Mulheres | | |
| Uaicurús | 246 | 29 | 51 | 338 | 43 | 41 | 326 | 422 | 748 | Total de Uaicurús |
| Guanans | 165 | 24 | 53 | 272 | 23 | 49 | 242 | 344 | 586 | Total de Guanans |
| Soma | 411 | 53 | 104 | 610 | 66 | 90 | 568 | 766 | 1.334 | Total d ambas as Nacoes em Coimbra |
| Em Miranda Uaicurús | - | - | - | - | - | - | 318 | 411 | 729 | Total de Uaicurús em Miranda |
| Soma dos Indios aggregados a Coimbra e Miranda | | | | | | | 886 | 1.177 | 2.063 | Total de todos os Indios |

Fonte: OFÍCIO do [governador e capitão-general da capitania de Mato Grosso] para o [secretário de estado da Marinha e Ultramar]. Vila de Cuiabá, 28 de abril de 1800. CT: AHU_CU_010, Cx. 38, D. 1898.

As últimas atualizações relativas ao processo de aldeamento e administração dos grupos Mbaya presentes em região lusitana são emitidas ao longo dos anos de 1802 e

[69] OFÍCIO do [governador e capitão-general da capitania de Mato Grosso] para o [secretário de estado da Marinha e Ultramar]. Vila Bela, 23 de julho de 1798. CT: AHU_CU_010, Cx. 35, D. 1803.
[70] OFÍCIO do [governador e capitão-general da capitania de Mato Grosso] para o [secretário de estado da Marinha e Ultramar]. Vila de Cuiabá, 28 de abril de 1800. CT: AHU_CU_010, Cx. 38, D. 1898.

1803, sendo apresentados números e características da população, assim como um parecer acerca dos aldeamentos em questão. Ao início do segundo ano do século XIX é descriminada a mudança de parcialidades *Caduveo*, historicamente habitantes das imediações de Assunção e norte do Paraguai, para o lado luso da fronteira[71]. Esta situação, retratada em dois ofícios, assim como no parecer de Serra, é descrita pelos integrantes da dita parcialidade como uma afronta dos espanhóis para com eles, devido a conflitos entre o comandante do forte Bourbón e xamãs, ocasionando na morte de um indígena e constantes ameaças de que haviam mil homens em prontidão para castigar a todos os indígenas que, havendo se retirado da região de Bourbón por conta das intrigas, habitavam a região da *Bahia Negra*, que ficava a cerca de sete léguas do forte Coimbra (Serra, 1850, p. 385-386).

A insegurança dos Caduveos era tamanha que, estando alocados em tal baía, constantemente iam uns e outros para Coimbra buscando comida e levando sempre o que podiam e, assim que passou a cheia do rio Paraguai, apresentaram-se ao forte português almejando amparo e possibilidade de se ajuntarem aos Mbaya já moradores da região de Albuquerque. Desse modo, chegaram a Coimbra em novembro de 1802, cerca de 380 indígenas e 1400 animais.

Já em 1803, ocorrem novos deslocamentos *Caduveo,* onde passam das terras paraguaias para a região onde está Coimbra cerca de 680 indígenas[72], a ocorrência pode derivar de duas argumentações registradas: em comunicação entre o comandante de Coimbra e o governador de Assunção, D. Lázaro de Ribera, o espanhol relata que haviam sido perpetuadas infindáveis agressões por parte dos Mbaya aos estabelecimentos coloniais e fazendas espanholas, de modo que a fuga ocorrera em detrimento de uma possível represália, em contra partida, os indígenas argumentam novamente estarem sob constantes ofensas dos colonizadores castelhanos, ao passo que os próprios lusitanos, ao investigarem a situação, não encontraram nenhum vestígio das ofensas que serviram como argumento para os espanhóis.

Em fins do século XVIII e início dos anos 1800, encontram-se, portanto, assentados na região que compreende a povoação de Albuquerque e os fortes de Miranda e Coimbra três grandes parcialidades descritas pelos lusitanos, *Uatadeos,*

[71] OFÍCIO do [governador e capitão general da capitania de Mato Grosso] para o [secretário de estado da Marinha e Ultramar]. Vila de Cuiabá, 31 de janeiro de 1803. CT: AHU_CU_010, Cx. 40, D. 2020; OFÍCIO do [governador e capitão-general da capitania de Mato Grosso para o [secretário de estado da Marinha e Ultramar]. Vila de Cuiabá, 18 de abril de 1803. CT: AHU_CU_010, Cx. 41, D. 2034.

[72] OFÍCIO do [governador e capitão-general da capitania de Mato Grosso] para o [secretário de estado da Marinha e Ultramar]. Vila de Cuiabá, 18 de abril de 1803. CT: AHU_CU_010, Cx. 41, D. 2034.

*Ejuéos* e *Cadiveos*, sendo acompanhadas em menores parcelas pelos grupos *Pacajudeos*, *Cotogudeos*, *Xagutéos* e *Oléos* (Serra, 1845, p. 207).

Em resumo, as políticas portuguesas para com os indígenas Mbaya-Guaykuru foram elaboradas em duas partes, inicialmente, no período referente a 1777 e 1789 sob governo de Luiz de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres[73], onde os oficiais lusitanos intentavam alcançar a paz e amizade dos ditos grupos, desejos que são exaustivamente repetidos ao longo de grande parte dos ofícios analisados. Já no espaço de tempo entre 1791 e 1803, que compreende a regência de dois governadores, João de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres e Caetano Pinto de Miranda Montenegro, ao alcançar-se o almejado primeiro tratado de paz, passou-se a analisar e buscar colocar em prática o assentamento desses indígenas junto aos estabelecimentos portugueses, visando a utilidade dos grupos Mbaya como fronteiras étnicas e móveis frente as disputas territoriais entre os impérios ibéricos na região de Mato Grosso, conforme apontam Tulux (2012) e Carvalho (2006; 2012).

Quanto aos Guaykuru, é evidente que, frente as disputas territoriais, as estratégias políticas utilizadas visavam o maior aproveitamento da situação em que se encontravam seus territórios. Não reconhecendo os limites territoriais recém impostos pelos europeus como válidos, uma vez que culturalmente o norte chaquenho, a vacaria e a subida dos rios eram não só livres mas necessários para manutenção de sua cultura móvel, os indígenas utilizaram-se dos tratados de paz, alianças e assentamentos como forma de garantia de sua existência étnica e cultural, flutuando por terras ora lusas, ora castelhanas, afim de assegurar as melhores possibilidades momentâneas de existência e manutenção de sua população.

Os constantes ataques descritos nos relatos de cronistas hispânicos e lusitanos, tão bem esmiuçados por Susnik (1995), Metráux (1946) e Vangelista (1993), não podem ser analisados apenas como parte do *ethos* de tais populações, mas também como estratégias derivadas dos novos contatos provenientes do século XVIII e as novas possibilidades existentes para se sobreviver e adquirir gado e gêneros, ou até mesmo como propõe Carvalho em sua tese, de que muitas vezes os motins eram derivados de uma noção de tributação sobre os novos habitantes da região, uma vez que, como presente em mais de um relato, os Mbaya jamais deixaram de sentir-se senhores daqueles campos.

[73] Segundo Blau (2007), foi durante o governo de Luiz de Albuquerque em que houve o maior incentivo no desenvolvimento de aldeamentos.

Os mais variados maus adjetivos incutidos a tais populações tanto por espanhóis quanto por lusitanos nada mais são do que a externalização da falta de compreensão das táticas empregadas pelos indígenas na busca por sua sobrevivência. E de qualquer modo, mesmo que assentados e integrados a um plano civilizacional, jamais seriam considerados como algo fora do estereótipo de bárbaros e hostis, que acompanharam os Mbaya dos primeiros contatos até os fins do século XVIII.

*Capítulo III*

## O diretório e suas influências nas políticas locais

Como apresentado por Perrone-Moises (1998), a legislação e política indigenista da coroa portuguesa era "contraditória, oscilante e hipócrita". Os poucos direitos concedidos e deveres outorgados a estes eram inconstantes e, cotidianamente, viam-se num jogo de poder envolvendo o poder religioso, as instituições coloniais e o desejo dos colonos.

De forma geral, a pouca manutenção conceitual estava relegada a dicotomia de indígenas livres e aliados e indígenas arredios e hostis para com os lusitanos. Desse modo, aplicava-se para o primeiro grupo as possibilidades de aldeamento e manutenção territorial, sob rígido controle, enquanto o segundo grupo enfrentava as mazelas das incursões ofensivas e escravidão.

Conforme os desejos impetuosos dos colonos e a volatilidade de regulamentação a respeito deste tópico, as guerras contra indígenas considerados hostis tornam-se não apenas constantes, mas também um modo de lucro e abastecimento de mão de obra em regiões que necessitavam de força de trabalho, como é o caso de São Paulo (Monteiro, 1994). Desenvolve-se então uma grande problemática, os aldeamentos, inicialmente sob administração jesuítica, são alvos de denúncia acerca do acúmulo de poder dos missionários e controle deles sob a população indígena, e a concessão de justificativas para a escravização indígenas tornam tal feitio uma febre entre colonos paulistas que adquirem, vendem e controlam indígenas em seus estabelecimentos. O desejo da Metrópole não se traduz nos feitios em território colonial.

Em 1757, portanto, na sequência de leis que visavam acabar com a escravidão indígena, o Diretório é instituído, inicialmente no Grão Pará e posteriormente nas demais capitanias tributárias à coroa portuguesa. As normas contidas no diretório servem ao propósito de se regulamentar, uma última vez, os processos de aldeamento, trabalho indígenas, descimentos e inserção dos nativos no cotidiano luso (Coelho, 2007).

Além de caráter legislador, os novos regimentos instituídos versavam sobre um projeto de civilização e assimilação das comunidades nativas ao mundo colonial.

Neste capítulo, procuramos apresentar e contextualizar o diretório e sua importância no contexto político colonial, assim como analisar a influência de tal regimento no fazer político Mato grossense no que se refere às estratégias empregadas para com os Mbaya-Guaykuru, para isto, serão utilizadas análises bibliográficas relativas ao diretório, assim como os relatos de Ricardo de Almeida Serra que compõem seu "parecer".

## O diretório e as políticas indigenistas no Brasil colonial

> A resolução destes problemas surgiu com o Directório, que, enquanto código legal, conferia poder e legitimidade às regras de conduta impostas pelo Estado josefino, separava o legítimo do ilegítimo, estabelecia as fronteiras entre o permissível e o inadmissível e definia o novo plano civilizacional a que se pretendia dar início no Norte brasileiro (Domingues, 2000, p. 69).

Como já apresentado, a política indigenista era instituída através de uma miríade de leis, regimentos, cartas régias e alvarás que, não incomumente contradiziam-se e necessitavam novas regulamentações para que pudessem ser aplicadas.

Inicialmente baseada na dicotomia instaurada sobre os nativos, que os dividia em grupos aliados e hostis, as primeiras experimentações legisladoras versavam sobre a necessidade de se aldearem os integrantes do primeiro grupo e a organização dos aldeamentos. As aldeias deveriam ser alocadas próximas as povoações portuguesas e seus integrantes eram trazidos a estes estabelecimentos por meios dos chamados descimentos, quanto a estes, deveriam estar sempre acompanhados por jesuítas, isso quando não organizados e comandados pelos mesmos, conforme as instruções de 1587, 1611, 1686. Nestes estabelecimentos, deveriam conviver apenas os nativos e missionários, a administração do estabelecimento também estava sobre encargo dos jesuítas, que deveriam então organizar as questões espirituais através da catequese, e a organização temporal através de controle dos trabalhos efetuados pelos indígenas. Os nativos considerados aliados, não todos necessariamente aldeados, eram incumbidos também de participações em empreendimentos militares lusitanos, era também

estipulada por lei o bom tratamento que os colonizadores deveriam ter para com estes (Perrone-Moises, 1998).

Em contrapartida, as políticas indigenistas lusitanas prévias ao diretório (1757) versavam sobre a escravidão indígena, esclarecendo quais os grupos que poderiam vir a tornar-se cativos e as motivações para sua captura. Ainda que, momentaneamente, fosse colocado como motivações a recusa a evangelização e até mesmo o canibalismo, de forma definitiva as guerras empregadas contra os indígenas, e seu consequente aprisionamento, derivavam das hostilidades perpetradas contra as forças coloniais.

Perrone-Moisés (1998) explicita então que nos relatos acerca dos conflitos é necessária a demonstração de prova de um inimigo real, o que leva a crer na possível construção colonial do perfil hostil de grupos nativos, noção esta apontada por Blau (2007) e Carvalho (2006; 2012) ao analisarem os processos de incursão a região oeste da colônia e a localização de agrupamentos nativos, notadamente Kayapó, Payaguá e Mbaya-Guaykuru, como inimigos hostis aos empreendimentos da coroa portuguesa na região.

Ademais, era relegada a possibilidade de escravização em decorrência de outras circunstâncias que não a hostilidade, como pontuado por Domingues:

> A escravidão não era lícita apenas aos inimigos da coroa. Podia ainda compreender os índios que fossem comprados ou resgatados a seus inimigos, conquanto a sua aquisição fosse uma forma de salvá-los a ritos antropofágicos ou, então, se o seu aprisionamento fosse considerado como resultado de uma guerra intertribal «justa». Ao adquiri-los, os moradores passariam a ter o dever de os converter e civilizar e o direito de usufruírem do seu trabalho por um determinado período de tempo: uma vez pago o preço do resgate, o indivíduo seria, pelo menos de direito, livre (Domingues, 2000, p. 28).

Porém, as regulamentações acerca dos processos de escravização não necessariamente alinhavam-se com as práticas efetivadas na colônia, de forma que eram presentes inúmeras queixas acerca dessas dissonâncias.

> Em suma, os missionários queixavam-se contra as exacções dos colonos, que desviavam os descimentos dirigidos às suas missões para as fazendas dos moradores, tornando cativos aqueles índios que, de direito, eram livres. Os moradores representavam ao rei que os missionários não lhes davam a mão-de-obra determinada pelos repartimentos, utilizando-a em benefício dos colégios, missões e fazendas eclesiásticas. As autoridades davam conta que os particulares traficavam nos sertões, comprando índios contra as leis do rei e do

> governador e não permitindo que os descimentos fossem contabilizados por forma a se cobrarem os impostos devidos à coroa. Os funcionários das fortalezas, encarregados de vigiar o tráfico clandestino, não podiam ou não queriam controlá-lo. Os missionários assinavam registos em branco ou, ameaçados pelas tropas, declaravam escravos os índios que, legalmente, eram livres. Os governadores beneficiavam os seus amigos e lucravam com o apresa- mento clandestino (Domingues, 2000, p. 34).

As críticas aos constantes embates entre as leis e o fazer das políticas indigenistas fizeram surgir cartas que visassem analisar e remediar a disputa pela administração indígena, como é o caso do *regimento das missões* de 1686, que, apesar de buscar a resolução de tais conflitos, fora infértil. Desse modo, partindo das incongruências políticas entre a visão metropolitana, que visava a busca pela não escravização do indígena, e a prática colonial, onde até mesmo os jesuítas arregimentavam a mão de obra nativa a seu prazer e necessidade, urgiu a necessidade de criação de uma legislação que abarcasse todos esses problemas, dando direcionamento para os novos fazeres e garantir com que fossem instituídos os ordenamentos metropolitanos sobre a administração das populações indígenas. É nesse contexto que que é engembrado o diretório dos índios e demais leis relacionadas, provenientes da década de 1750.

Para Coelho (2007), a produção do diretório foi promovida justamente pela resistência colonial aos termos da liberdade indígena proposta pela metrópole, e, sendo tais mudanças de alta complexidade, pode-se compreender o diretório como parte de uma política composta por três partes:

> O diretório dos índios tem sido percebido como parte de uma política indigenista composta, principalmente, por três instrumentos: a Lei de Liberdades, de 6 de junho de 1755; a Lei de 7 de junho, do mesmo ano; e a Lei do Diretório dos índios, de 1757. A primeira lei concedia liberdade aos índios, tornando ilegal qualquer iniciativa com vistas a sua escravização. A segunda dava fim à autoridade temporal que os missionários gozavam em relação às populações indígenas e que os fazia administradores das aldeias e beneficiários de seus dividendos -, mas os mantinha como autoridades religiosas, nas mesmas aldeias que antes comandavam. Depostos os missionários, a lei estabelecia que as populações indígenas fossem administradas pelas próprias chefias – os Principais. A terceira lei regulava a liberdade e dispunha sobre a administração temporal e religiosa das populações indígenas em termos muito distantes do estabelecido pelas duas leis que lhe antecederam (Coelho, 2007, p. 30).

Ao se institucionalizar a liberdade indígena, era crescente o medo por parte dos colonos de que as consequências fossem o esvaziamento das fazendas e das aldeias (Cancela, 2012), tal preocupação era visível em comunicação entre oficiais coloniais, como o bispo D. Miguel de Bulhões, governador interino da capitania do Grão-Pará, que argumentava em carta de 1755 que a recente libertação dos nativos "poderia acarretar o desmantelamento da já precária economia da colônia". As preocupações do bispo refletiam-se também nas demais medidas implementadas as duas leis anteriores ao diretório, criticando a proposta da manutenção dos missionários nos aldeamentos em detrimento da destituição de seu poder temporal, o que poderia leva-los a iniciar sublevações contra a administração e o depósito de poder temporal na mão dos *Principais*, argumentando que tais poderes deveriam ser concedidos a administradores portugueses, que viriam a ser responsáveis pelo incentivo e controle do trabalho, sendo remunerados por uma parcela da produção local (Coelho, 2007).

No sentido dessas preocupações vem a ser inserida na formulação da ideia do diretório e, posteriormente, em sua carta, a noção de tutela[74] sobre os indígenas, que se materializa na figura dos diretores incumbidos da função de controle dos aldeamentos. Essa visão é constante nas comunicações de Mendonça Furtado para com seu irmão, o marques de pombal, e demais oficiais da colônia (Almeida, 1997; Coelho, 2007).

Seguindo tais direcionamentos, o *Diretório que se deve observar nas povoações de índios do Pará e Maranhão* ao ser estabelecido para as populações do Grão Pará e Maranhão em 1797 e, posteriormente, estendido as demais regiões administrativas da colônia, denota como atribuições da nova organização a administração temporal e espiritual, que teriam dois fins almejados: 1) a cristianização e retirada dos indígenas de seus costumes pagão e 2) a civilização dos indígenas no tocante a cultura metropolitana e o comércio. O primeiro tópico relaciona-se com os párocos que deviam ser responsáveis pela organização das paróquias e atividades locais e as dioceses que teriam papel de maior autoridade cristã, já o segundo estaria sob responsabilidade dos diretores destacados para controle das novas aldeias. A retirada dos jesuítas do norteamento do processo civilizatório está incutida também nas orientações acerca dos processos educacionais, pois ao instituir as bases para a educação indígena o diretório determinava a criação de escolas públicas.

[74] Segundo Almeida (1997), a visão de que os indígenas, sendo incapazes de governarem a si mesmo, não poderiam manter sua condição de vassalos e provavelmente retornariam a sua condição anterior aos aldeamentos, norteou a percepção da necessidade de tutela dessas populações.

> Os parágrafos 7 e 8 do Diretório determinam a criação de escolas públicas para os filhos dos índios. Ler, escrever e aprender a doutrina cristã continuam a ser matérias da educação elementar. Os mestres e mestras destinados a um estudantado tratado separadamente por sexo deviam ser pessoas "dotadas de bons costumes, prudência e capacidade", mas, sempre que não houvesse mestras, as alunas poderíam aprender na Escola dos meninos, onde fariam uso da língua portuguesa (Almeida, 1997, p. 173).

Os processos de assimilação da cultura europeia por parte dos nativos não versavam apenas a adoção de certos costumes e práticas diárias, como postula Fernandes ao analisar o projeto de construção e utilização de escolas separadas por gênero e formação espacial dos aldeamentos:

> Dos índios não se esperava somente que se tornassem vassalos, mas que sua sociedade fosse um espelho do ideal de sociedade lusa em um contexto de despotismo esclarecido: racional, moderno e nacionalista, voltado para o progresso do reino, mas ainda calcado no sistema moral da cristandade. Assim, não apenas a arquitetura externa dos povoamentos deveria refletir a presença constante do Estado e da Coroa, com tribunal, cadeia e demais prédios públicos, mas também o exterior e o interior das residências (Fernandes, 2019, p. 50).

Para Almeida (1997), no entanto, o processo civilizacional atrelado a arregimentação do trabalho indígena era o principal mote do diretório e ponto de inflexão entre este e o *regimento das missões* (1686), apresentando propostas mais abrangentes acerca da transformação do nativo, igualando a condição civil dos indígenas a dos europeus no momento de sua implementação. Neste sentido, o cultivo da terra tem papel protagonista na mudança de percepção relativa ao papel desempenhado pela população local. Em movimento novo, o programa agrícola da dita lei buscava também a implantação do cultivo tanto para subsistência quanto para comércio, visando uma produção agrícola diversificada onde ficaria "parte destinada ao consumo doméstico interno de cada povoação, parte dirigida ao comércio entre as povoações e o centro da administração colonial de cada capitania (uma vez que o Diretório serviu de modelo para todo o país)", devido a tal demanda estipulada, a lei instituía a distribuição de terras para os nativos. Neste sentido, o comércio vem de encontra a noção civilizatória que norteia todo o documento, tais trocas comerciais ocupavam, portanto, local fundamental para a educação dos indígenas aos modos desejados pela metrópole.

No entanto, o comércio dos indígenas, tanto interno quanto externo, ainda deveria estar sob chancela e "proteção" dos diretores:

> O argumento é sempre a "rusticidade" e "ignorância", mas, desta vez, estas qualidades que denotam selvageria sugerem proteção, "assistência". Não se deseja mais perpetuar "a odiosa separação", tão criticada pelos executores do Diretório, como tendo sido a atitude dos missionários em não permitir o intercâmbio comercial entre índios e outros grupos e categorias sociais da colonização. Aqui, "a liberdade consiste na alma do comércio". Contudo, a condição de "desinteresse e ignorância" dos índios é contraposta à condição de "conhecimento e ambição" dos moradores, para mostrar que nesta precisa situação a liberdade de "arbítrio" e "convenção" estaria prejudicada pela desigualdade das partes em intercâmbio. Com tais ponderações, o Diretório justifica a intervenção (ou a procuração) mediante a figura tutelar do "diretor" (Almeida, 1997, p. 205).

Quanto as questões de cunho econômico, institui-se que o trabalho indígena deveria ser remunerado, porém, o pagamento dos moradores pelos serviços prestados deveria ser depositado aos diretos e estes passariam aos indígenas apenas a terça parte do que fora pago, pois o restante deveria ser retido em cofre. Os indígenas eram também sujeitos a tributação, devendo pagar a décima parte dos frutos cultivados e gêneros obtidos, assim também como, em pagamento pelos serviços atribuídos, os diretores receberiam a sexta parte dos frutos cultivados e gêneros adquiridos (Almeida 1997).

É perceptível que a política do diretório vinha de encontro a preocupações latentes provenientes dos colonos e analisadas por Mendonça Furtado durante o processo de elaboração do projeto.

> Insinuam-se nas recomendações de Mendonça Furtado três preocupações presentes na política indigenista formulada pela metrópole: primeiramente, o estabelecimento das populações indígenas em unidades populacionais fixas, de forma a proteger o território colonial, através da ocupação efetiva; em seguida, a sua incorporação ao modelo de civilização europeu, pautado no trabalho – especialmente o agrícola – percebido não mais, somente, como instrumento de exploração de riquezas, mas como mecanismo de desenvolvimento de valores ocidentais, especialmente a idea da poupança e do enriquecimento; por fim, a introdução e o fortalecimento da autoridade metropolitana, através do ensino da língua portuguesa (Coelho, 2007, p. 33).

Tais preocupações foram transpostas na lei através da figura do diretor, que passava a ser um representante do poder colonial junto da população local, como

postula Domingues (2000). Este feito fora ao mesmo tempo a solução e declínio da dita legislação. Coelho (2013), ao defender a análise do diretório como um processo histórico, viabilizando a análise da ação dos agentes históricos para além do que fora estabelecido em carta, apresenta um cenário de críticas constantes ao diretório, efetuadas por administradores coloniais. De forma central, os alvos principais de tais pontuações negativas eram os diretores que, supostamente, utilizavam-se do acesso a mão de obra indígena já estruturada para benesses próprias, não diferindo-se das ações nefastas empreendidas pelos jesuítas anteriormente. Este teria sido a motivação capital para o fim da vigência deste processo a partir de carta régia em 1798.

O diretório foi, portanto, acima de todas as regulamentações propostas sobre o trabalho indígena, um processo civilizatório, instituindo uma busca pelo direcionamento dos indígenas rumo a civilização presente na metrópole e que deveria instaurar-se também em terras brasílicas[75]. Compreende-se o fim do diretório, portanto, não como a constatação de uma falha em seus desejos originais e estratagemas instituídos, mas sim como a busca pelo cessamento das ações de controle abusivo efetivadas pelos diretores. Tais ações podem derivar-se do processo de gênese do próprio projeto, que era dicotômico aa suas aplicações, como colocado por Mauro Cézar Coelho, "projeto metropolitano, processo colonial".

## Políticas locais e sua inserção no contexto geral

> A segunda causa, ou obstáculo, procede da falta de Orpheos e Amphiões, que saibam mover e abrandar estas pedras, e tigres brasileiros. Tão grande é esta falta que eu a ella atribuo o pouco fructo do directorio dos índios, apezar da sabedoria e humanidade com que está escripto; porque movendo-se elle sobre dous eixos, para assim me explicar, quaes são Curas e Directores, bem sabe Vme. quão pobres de ordinario e carunchosos são estes eixos, e quão ineptos para um fim tão grande, que só de homem de prudencia e luzes, e de costumes irreprehensiveis se poderia esperar (Montenegro, 1803, p. 215).

Além das problemáticas coloniais acerca da regulamentação do trabalho indígena e criação de aldeamentos, é consentimento entre diversos autores consultados o surgimento do diretório enquanto fruto das disputas territoriais mantidas entre Portugal

[75] Entende-se, acompanhando Almeida (1997), que civilização era uma ação incutida sobre as populações locais no sentido de sua conversão aos valores e comportamentos almejados pela metrópole.

e Espanha após tratado de Madrid (Almeida, 1997; Cancela, 2012; Domingues, 2000), de tal forma, assim que seus ordenamentos passara a estender-se para além da região amazônica, é mister imaginar que seus ordenamentos fizeram-se presentes em regiões que vivenciavam a constante tensão entre as coroas, como é o caso da capitania de Mato Grosso.

Porém, ainda que o contexto conflituoso seja similar entre as diversas regiões, a transferência dos ditames era imprescindível para adequação da lei ao longo do vasto território lusitano, Cancela aborda tal ação de adaptação regional como *Tradução*.

> Afinal de contas, antes de ter representado uma simples ação de adequação ou ajustamento de uma legislação a uma realidade específica, tal procedimento pressupunha a realização, por parte das autoridades coloniais, de leituras e apropriações dos códigos legais emanados do poder central, acompanhadas de uma operação político-institucional de transposição desses dispositivos atenta às especificidades locais e regionais, num constante diálogo com os contextos existentes, os sujeitos envolvidos e os interesses em jogo. Em geral, o produto final dessa operação dialógica resultava em um texto ou em um conjunto de medidas que explicava, manifestava e simbolizava uma tentativa de mediação viável entre o geral e o específico ou, em outras palavras, entre o metropolitano e o colonial, entre o projeto e o processo, entre o prescrito e o vivido, entre demandas coloniais e demandas indígenas (Cancela, 2012, p. 132).

Ao analisar os termos dessa *tradução* em terra de Porto Seguro, Cancela denota que os oficiais coloniais possuíam uma visão incongruente com o novo papel de vassalos posto aos grupos indígenas pós-diretório. Evidenciando que a simples mudança de sua condição não era transportada para a visão dos luso-brasileiros sobre as populações locais, que mantém as percepções estereotípicas acerca de sua instabilidade e recusa ao trabalho, preferindo por tanto a ocupação de terras por colonos não indígenas. Havia também certa preocupação com relação ao uso que os nativos poderiam dar a seu novo papel político, possibilitando entraves quanto a questão fundiária e controle de terras vigente no período. Por último, o autor aponta que essas preocupações eram provenientes de histórico prévio com relação a disputa por terras após retirada dos jesuítas:

> Em terceiro lugar, revela que a querela foi mediada pelas reflexões realizadas frente às experiências vividas na transformação das aldeias jesuíticas em vilas, especialmente na criação da vila de Abrantes (1758), que demonstrou o forte engajamento dos índios na defesa das terras que lhes eram de direito, resultando numa longa e trabalhosa

> disputa jurídica entre sesmeiros, foreiros, jesuítas e índios (Cancela, 2012, p. 138).

Nesse sentido, o estudo de Cancela vem ao encontro do que fora apresentado por Coelho (2007), ao demonstrar que a política de implementação do diretório era sobretudo uma disputa entre desejos metropolitanos e interesses políticos presentes na colônia.

Voltando-se para o enfoque da pesquisa, na região mato-grossense, a *tradução*, conforme estipulado por Cancela, das políticas metropolitanas para com os indígenas estavam contidas em "instruções régias" emitidas para os governadores e capitães-gerais do território, sendo a primeira e mais importante a de 1749, ainda anterior ao diretório, que teriam sido seguidas não apenas por D. Antônio Rolim, mas também pelos seus sucessores. Nestas, estariam apresentadas a importância da região de Mato Grosso e a busca por povoamentos que garantissem a consolidação do território. As novas regras implementadas pelo diretório vinham então de encontro com as necessidades de povoamento e mão-de-obra da dita capitania, de forma que, ao longo de todo o período de sua vigência, foi implementado, as vilas referentes ao processo de adequação ao diretório "localizavam-se em lugares estratégicos, ao longo do Madeira e do Guaporé, e serviam como ponto de apoio para os viajantes" (Blau, 2007).

No entanto, a região não fora destoante das problemáticas apontadas acerca da nova diligência, ao apresentar relatos consoantes a fugas e manifestações de insatisfação por parte dos indígenas a autora conclui:

> Esses documentos demonstram bem o descumprimento do Diretório apesar da "garantida" liberdade dos índios, ainda continuavam sendo tratados como cativos, e mais, a regularização do trabalho e pagamento dos índios foi algo que praticamente não se cumpriu. Para Ângela Domingues, "o estatuto dos vassalos ameríndios do monarca português era contrastante com a situação que, de fato, ocupavam, sendo um procedimento corrente a infração dos direitos básicos estipulados na lei da liberdade". Além do mais, segundo Domingues, os diretores eram acusados de explorar os índios em benefício próprio "ou em benefício dos seus amigos e apaniguados, não lhes pagando os salários devidos e fazendo-os trabalhar nos serviços de moradores mais tempo do que aquele prescrito por lei (Blau, 2007, p. 98).

No contexto das relações entre português e Mbaya-Guaykuru, as normativas estabelecidas pelo diretório faziam-se presentes, porém essa presença, enquadra muito mais o plano de fundo de tais relações. As novas políticas foram instauradas ainda em

1757, e o reconhecimento de um novo status para as populações indígenas iniciou novas políticas de atração dos grupos locais, mediante principalmente a ofertas de honras e presentes (Carvalho, 2012).

Tal mudança de perspectiva trazia então novas possibilidades estratégicas, no caso estudado, as tentativas de aproximação não violentas para com os Mbaya passam a empregar-se a partir de 1777[76], conforme apresentado em seção anterior. O diretório em si não é citado nominalmente nos ofícios analisados, porém a busca por um tratado de paz e amizade onde os indígenas fossem alçados a posição de vassalos denota o intento de aplicação das novas normativas coloniais[77]. Assim como, após a assinatura dos primeiros tratados, a procura pela alocação das populações em questão em aldeamentos demonstra que os comandantes dos fortes e os governadores da capitania que participaram de tais tomadas de decisão estavam em acordo com a busca pela integração e assimilação indígena proposta pela dita lei[78].

Um dos tópicos que demonstram o acordo entre metrópole e políticas locais no Mato Grosso é a busca pela inserção dos Guaykuru em regimes de trabalho agrícola, assim como as tentativas de conversão e convencimento ao abandono de suas práticas pagãs. Tais esforços estão presentes em diversos relatos relacionados a convivência dos Mbaya dentro dos assentamentos designados.

Para compreensão dessas tentativas e das políticas indigenistas aplicadas já em momento relativo a transferência das populações nativas para território português nos é muito elucidador o trabalho efetuado por Ricardo Franco de Almeida Serra, a época comandante dos fortes Coimbra e Miranda, em seu *Parecer sobre o aldeamento dos índios uaicurús e guanás, com a descrição dos seus usos, religião, estabilidade e costumes*, o documento fora produzido por volta de 1803 (publicado posteriormente em duas partes na Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, nas edições de 1845 e 1850) e enviada ao governador, Caetano Pinto de Miranda Montenegro, o qual enviou também o parecer para conhecimento do secretário da Marinha e Ultramar.

Nos debruçando na narrativa apresentada por Serra, almejamos elucidar os empreendimentos lusitanos em busca do aldeamento dos indígenas em questão, assim como as ações dos Mbaya ao verem-se em nova situação política.

---

[76] OFÍCIO do [governador e capitão-general da capitania de Mato Grosso] ao marquês de Pombal. Vila Bela, 8 de janeiro de 1777. CT: AHU_CU_010, Cx. 18, D. 1146

[77] OFÍCIO do [governador e capitão-general da capitania de Mato Grosso], para o [secretário de estado da Marinha e Ultramar]. Vila Bela, 11 de maio de 1791. CT: AHU_CU_010, Cx. 28, D. 1607

[78] OFÍCIO do [governador e capitão-general da capitania de Mato Grosso] para o [secretário de estado da Marinha e Ultramar]. Vila de Cuiabá, 28 de abril de 1800. CT: AHU_CU_010, Cx. 38, D. 1898

Destarte, podemos ressaltar que, a inserção e moradia desse grupo étnico entre os portugueses ocorre também em decorrência da política do diretório, que almejava findar a separação entre colonos e indígenas, apresentando diversas políticas para a melhor junção das duas partes em um convívio comum, adequado aos moldes metropolitanos, é claro. Dessa forma, a partir da década de 1790 e os tratados assinados, a população Guaykuru foi sendo alocada junto aos portugueses da região, porém, tal direcionamento não seguiu a forma prevista pela lei, uma vez que não foram construídos aldeamentos: Os indígenas foram passados a povoamentos já existentes e, fora os grupos que passaram a habitar a povoação de Albuquerque, os demais estavam alocados nos arredores das fortificações militares de Coimbra e Miranda, isto provavelmente é derivativo das condições em que a região se encontrava e os constantes conflitos com os espanhóis, como mais de uma vez fora frisado nos documentos analisados, a proximidade dos Mbaya dos estabelecimentos lusitanos era uma forma de salvaguarda contra os empreendimentos espanhóis.

Tratando da assimilação dos indígenas a população branca, o diretório previa, entre outras medidas, o incentivo a mestiçagem, coisa que os administradores lusitanos na região incentivavam aos Guaykuru. Esse incentivo vinha não apenas das recomendações metropolitanas, mas também da dificuldade que os relacionamentos entre integrantes das parcialidades Mbaya eram uma dificuldade a mais no controle e estruturação de seus assentamentos, pois:

> muitos são contrahidos em outras diversas e distantes tribus, casando-se muitas vezes os de Albuquerque e Miranda uns com outros, e com os Caduveos, e ainda em outras toldarias vizinhas dos hespanhoes, dos quaes vêm igualmente homens e mulheres ligar com os primeiro semelhantes alianças, que ordinariamente sçai de pouca dura; e com os maridos, sempre se mudam para a morada da mulher, praticando o mesmo os chamados captiveiros, tanto por semelhante motivo como por seguirem, e só por affecto, a seus senhores, resulta d'esta vaga pratica um inconstante circulo de mudanças que em nenhuma parte fixa sua residência (Serra, 1845, p. 355-356).

Porém, em seguida o comandante demonstra frustração com as tentativas de se incentivar as uniões interétnicas, pois os moldes de união matrimonial Mbaya eram incompatíveis com a lógica europeia e cristã, segundo ele “A respeito do casamento, disseram todos queriam mulher portugueza; mas a condição de as não poderem largar até a morte, lhes pareceu inadmissivel, assim como não precisa e indispensavel, a de se baptizarem para poderem contrahirem aquelles casamento” (Serra, 1850, p. 49). No

caso das mulheres, a união também não era facilitada, pois as indígenas dificilmente consideravam os oficiais brancos como dignos, é relatado no documento o caso de uma Dona, por nome português de D. Catharina, que, estando solteira, recebeu ofertas de todos os oficiais solteiros listados na imediação, porém esta recusara prontamente todas as ofertas, como justificativa os Mbaya argumentaram que "eles *Uaicurús* já nasciam capitães, assim como nasceram seus pais e avós; pelo que não tinham igual a sua grandeza", portanto nenhum branco feito capitão estaria no mesmo patamar de um capitão deste povo.

Com relação ao trabalho, outro tópico norteador do Diretório dos Índios, a situação não se diferia dos relatos primários descritos pelos jesuítas espanhóis, os Mbaya eram irredutíveis em sua recusa. A plantação e manutenção de roças era vista com pouco valor por estes, que culturalmente empreendiam maior esmero na caça pelos campos, o trabalho do campo de responsabilidade dos demais grupos que conviviam com estes e da parcela mais idosa da população (Labrador, 1910). Foram rejeitados todos os esforços dos lusitanos em inserir o feitio agrícola no antro Guaykuru, e tal parcela continuava, portanto, dependente dos Guanás, seus aliados, nesse quesito.

No quesito conversão e aculturamento destes grupos em detrimento de uma cultura lusitana e cristã, os esforços também se mantiveram sem resultados. Assim como nos relatos dos missionários espanhóis do século XVII, os Mbaya não faziam estima a religião europeia e comumente faziam pouco caso das tentativas de evangelização.

> Estes indios tem sufficiente conhecimento do christianismo, adquirido tanto pela antiga e actual communicação que tem com os hespenhóes, entre os quaes muitos foram creados e tiveram familiar tracto; como pelas muitas pessoas christãs, que têm vivido e vivem ainda entre elles, como são os indios das missoes de chiquitos e do paraná, negros e bastardos furtados nos estabelecimentos hespanhoes; mastodas as noções adquiridas, nem as estimam, nem desprezam, e indifferentes confundem com as primeiras ideas (Serra, 1850, p. 360-361).

Não obstante, não teria ocorrido abandono das culturas tradicionais Mbaya pela maioria da população ali encontrada. Nesse sentido, há um relato muito significativo acerca da percepção dos indígenas e sua pouca estima para com o batismo:

> Um guaná chamado Joaquim foi do Cuyabá com o comerciante Bento Pires a S. Paulo, onde se baptizou, e d'alli a cidade do Rio, e voltando d'esta longa viagem para o Cuyabá, mezes depois appareceu em

> Coimbra calçado e bem vestido; jantou comigo; e d'ahi a duas horas me veio ver muito contente, nú, embrulhado no seu panno, sem pestanas e sombrancelhas, untado de urucú e pintado com genipapo, com sua mulher e tudo que aqui achou, com quem n'aquelle instante casaram, sendo este Guaná um dos mais oppostos aos nossos costumes. Outro Guaná chamado Joaquim Manoel, a quem o escrivçao da real fazenda, Francisco da Costa estima, e baptizara com pompa na villa do Cyuabá; depois de bastante tempo, appareceu tambem em Coimbra bem vestido, e no mesmo dia fez as mesmas mudanças que o outro (Serra, 1850, p. 362).

Quanto ao ensino e uso da língua, não é descrita no excerto analisado a presença de escolas ou tentativas de se ensinar de forma sistêmica. Compreende-se a partir da produção de Serra e de ofícios anteriores que desde os anos 1731 é sabido por vários indivíduos a língua castelhana, utilizada pelos portugueses nas primeiras relações e conversas que tiveram com eles, no *parecer* de Serra é notável que, apesar de se existirem comunicações em português, ocorrera a manutenção da língua nativa, ao menos ao início do século XIX. Além disso, é descrito que além da língua comum utilizada entre si, havia ainda outras formas de se comunicar em segredo, sem que os portugueses que dominavam a língua Guaykuru ou integrantes das demais etnias presentes entre a sua população compreendessem:

> Além da língua geral e vulgas dos Uaicurus, com que todos se entendem; e muitos portuguezes fallam com bastante intelligencia, têm estes indios para os casos de circumstancia e de segredo, sobre os quaes não querem ser entendidos de todos, uma giria particular que só elles entendem, cortando as palavras com syncopa, ou as primeiras e ultimas syllabas, substituindo outros termos aos antigos e com mil emphasis: lingua ou ajustada giria, que a mesma interprete victoria não percebe a muitos captivos e mulheres; e muitas vezes cada tribu tem sua particular giria só a ella intelligivel, e que os outros só entendem com grande aplicação (Serra, 1850, p. 373).

Cancela (2012), afirma que as políticas assimilacionistas não serviam apenas aos interesses lusitanos, pois “Os índios, em verdade, também souberam aproveitar os dispositivos da legislação pombalina em busca de melhores condições de vida”, e tal percepção também é visualizada nos relatos sobre a população Mbaya em diversos sentidos. A forma principal era a busca pelo recebimento de gêneros e agasalho, estratégia que permeou todo o contato amistoso entre grupos portugueses e os capitães indígenas, mas, além disso, estando alocados em terras portuguesas e gozando de um regime pacífico, muitas vezes avisando ao comandante dos fortes que sairiam em caça,

e podiam gozar de suas correrias e incursões sem maior transtorno, ainda que, em algumas dessas ocasiões, omitissem os reais destinos das incursões.

Desde 1777, data do início das relações amistosas entre lusitanos e Mbaya, a relação foi estabelecida com base nas trocas, notadamente a compra de gado indígena pelos portugueses, e conceções de benesses aos indígenas, sistema que fora descrito já em 1795 por Francisco Rodrigues do Prado ao apresentar o histórico de contato entre os grupos.

> Acabado este solemne ato, deu o ilm. e Exm. Sr. governador e capitão general um esplêndido banquete a todas as pessoas que assistiram à ceremonia, e depois despediu os capítaes, tendo gasto muito da sua própria fazenda, e continua a gastar até hoje, do que sou boa testemunha, visto estar na mais de três annos servindo de commandante do presídio de Nova Coimbra, e correrem portanto por minha mão os mimos que faz a toda aquella nação e a dos Guanás (Prado, 1795, p. 43).

Em 1803, Serra atualiza este tópico, descrevendo para o governador da capitania a condição de um gasto fixo para com os indígenas, para que assim se mantivesse as boas relações estabelecidas ao longo do tempo. Para o autor, sem os gastos fixos, os indígenas novamente poderiam se deixar levar pela tentação dos espanhóis, e novamente retornarem as suas terras originárias, uma vez que, cotidianamente, os Mbaya queixavam-se da saudade sentida pela terra natal, onde "há mais abundancia, e outros fructos silvestres, e mais caça em toda a estação do ano do que nos campos de Albuquerque".

Os mimos e agasalhos concedidos aos indígenas erram destinados de forma mais contundente aos capitães dos ditos grupos, numa estratégia de aproximação do poder colonial para com estes chefes, que passariam então a ser testemunhas das benfeitorias lusitanas. Esse estratagema era comum tanto as políticas espanholas quanto as portuguesas, e buscavam, após maior aproximação com as instituições coloniais, realçar o poder de liderança desempenhado por estes indivíduos, de forma que, com o arrefecimento das amizades, estes pudessem funcionar como intermediários: "o governo precisava de caciques que fossem bem sucedidos em equilibrar as demandas antagônicas de índios comuns, de um lado, e colonos e funcionários coloniais, de outro." (Carvalho, 2012).

No lado português, a diferenciação entre os comuns e os capitães era reforçada na diferenciação dos presentes, em mais de uma relação dos gêneros que foram

distribuídos aos Guaykuru estão presentes discriminação acerca das diferentes vestimentas disponibilizadas aos ditos chefes em detrimento das roupas comuns dadas ao demais. Na relação condizente aos mimos relativos aos indígenas que compareceram a assinatura do tratado de paz consta que os caciques foram presenteados com roupas militares de altos oficiais, visando sua discrição, já em ofício emitido em 1800, contendo mapas dos gastos para com os Mbaya[79], existe uma seção contendo uma relação acerca das vestimentas concedidas ao capitão Lourenço, sua mulher, dois soldados e um cativo, nesta, é determinante a diferença das conceções: Lourença recebera uma camisa da Bretanha com seus babados e um chapéu de Braga agaloado com galão de prata.

Esta estratégia, porém, além de seu custo momentâneo, permite também possibilidades de conflitos e retaliações em caso de desentendimento do poder colonial para com os ditos capitães, é o caso do relatado por Luiz D'Alincourt em seu *Resumo sobre o systema de defesa que se deve adoptar na fronteira do Paraguay, em consequencia da revolta e dos insultos praticados ultimamente pela nação dos indios guaycurus ou cavaleiros*.

Já em meados de 1826, o engenheiro apresenta uma série e medidas que acredita que devam ser tomadas pelos oficiais portugueses na defesa aos recentes ataques Mbaya. O que nos interessa neste momento é a descrição que o autor nos dá acerca da motivação para tamanha revolta:

> A origem das hostilidades, que nos fazem os Guaicurus, provém da traição praticada pelo commandante do forte Olympo, prendendo ao capitão Guaicurú Calabá, quando a rogos do mesmo commandante, o nosso Antonio Peixoto de Azevedo, na boa fé, fez com que elle entrasse no forte, e por este modo, pensaram os indios, que um brasileiro é que tinha entregado ao seu chefe principal (D'Alincourt, 1857, p. 363-364).

Em documento anterior[80], datado do ano anterior, D'Alincourt também apresenta alguns dados de interesse relacionados as atualizações populacionais das populações indígenas na segunda década do século XIX. Ao passar por Miranda, o engenheiro denota que estão presentes em seus arredores 1.330 integrantes de populações nativas,

[79] OFÍCIO do [governador e capitão-general da capitania de Mato Grosso para o [secretário de estado da Marinha e Ultramar]. Vila de Cuiabá, 28 de abril de 1800. CT: AHU_CU_010, Cx. 38, D. 1898

[80] D'ALINCOURT, Luiz. Resumo das explorações feitas pelo engenheiro Luiz D'Alincourt, desde o registro de Camapuã até a cidade de Cuyabá (1825*). Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Brasil*. Rio de Janeiro, tomo 20, p. 334-345, 1857

sendo a maior parte deles Guaná e apenas 300 Guaykuru, ao descrever tais populações, é dito que os Guaná se empenham na agricultura, criação de galinhas e porcos e produção de panos, louças e redes, enquanto os Mbaya mantêm-se atrelados a caça e a criação de gado cavalar.

Já passando por Coimbra, é dito que em seus arredores é presente a aldeia de Misericórdia, onde um padre fazia rápidos avanços na educação e conversão de 1.300 Guaná, e que muitos já se põe a ler e escrever desembaraçadamente. Não há citação acerca de alguma população Mbaya nos arredores.

Tais descrições vão de encontro com o parecer final de Serra e sua consideração acerca da possibilidade de aldeamento dos Guaykuru, onde o tenente coronel descreve que os lusitanos deveriam se empenhar nos aldeamentos dos Guaná, pois estes estariam já acostumados com a lida da terra e o trabalho, enquanto os Mbaya mostravam-se irredutíveis.

Apesar disso, Governador da capitania mostrou-se irredutível e argumentou que, apesar dos percalços, deveriam sim serem efetuados esforços para o assentamento tanto de Guaná quanto de Guaykuru em terras portuguesas.

Em sua justificativa pela defesa dos aldeamentos, Caetano Montenegro apresenta uma miríade de percepções acerca das políticas indigenistas atuantes em território luso, descrevendo como deveriam acontecer os esforços para o aldeamento dos grupos em questão. Além da crítica aos diretores de índio, que foram, para o governador, grande motivação da falha do diretório, devido a sua inaptidão em fazer cumprir as diretrizes ordenadas, suas colocações são baseadas em três pontuações principais:

1) A necessidade de tutela para os indígenas:

> Se eu pudesse regular as causas ao meu arbitrio talvezque preferisse o antigo methodo de dar os Indios novamente reduzidos por administração acautelando vigilantissimamente os abusos, vigiando sobre o modo porque eram tratados, e reduzindo-os a um estado semelhante ao d'aquelles, que pela sua tenra idade não são capazes de se governarem a si mesmos, os quaes no Reino servem até certos annos pelo comer e vestir, e ao depois por uma soldada proporcionada ao seu trabalho (Montenegro, 1845, p. 215).

2) A integração de indígenas para com a população branca:

> E se as circumstancias me não permittissem o adotar este methodo, como não seria possivel adoptar-se com os Uaicurus e Goanas, n'este caso não fariam as novas povoações só de Indios, porém uma boa parte seria composta de familias pobres, laborosas, e bem morigeradas, as quaes transmittiriam os seus costumes para os Indios, vindo todos, com o andar do tempo, a ficar confundidos (Montenegro, 1845, p. 216).

3) A escolha cautelosa de diretores responsáveis:

> Para directores, e Curas d'estas povoações, escolheria homens proporcionados para uma tal empreza, animados de um veradeiro zelo pelo serviço de Deus e o Estao, e que sem terem a ambição jesuitica, tivessem a mesma arte e inustria, com que elles de orinario ganhavam o coração d'esta gente (Montenegro, 1845, p. 216).

Apresentando assim sua percepção derradeira:

> Concluo, pois, resumino a minha opinião em poucas palavras, É ifficil reduzir e aldear os Uaicurus entre uas nações rivaes, que reciprocamente embaraçam e destroem os meios que qualquer d'ellas poderia empregar para o dito fim. Removida esta dificuldade, os seus costumes são com pouca differença os mesmos, e as suas necessidades facticias, muito maiores do que os outros muitos Indios que presentemente se acham reduzidos e aldeados (Montenegro, 1845, p. 217-218).

# CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa buscou apresentar as relações entre colonizadores e indígenas na região Mato-grossense colonial ao longo do século XVIII, tendo como norte os contatos efetuados por portugueses e grupos Mbaya-Guaykuru. Para desenvolvimento do trabalho, procurou-se apresentar e discutir as políticas indigenistas implementadas pelos lusitanos sob tal etnia, assim como as ações políticas da população Mbaya, tendo como prisma a conjuntura estabelecida pela lei do Diretório dos Índios, em 1757.

Para tal empreendimento, foram inicialmente apresentados e contextualizados os percursos históricos de tais grupos indígenas em momento prévio a colonização, e forma a compreender a situação dos mesmos frente os primeiros contatos para com forças portuguesas, inicialmente oriundas das monções originadas em São Paulo em busca de estabelecimento nos territórios a oeste da colônia.

Em sequência, foram discutidas as ações políticas tomadas pelos lusos, passando de incursões bélicas contra os Mbaya no início do século até o estabelecimento de um contato amistoso baseado em trocas e concessão de benesses por volta de 1770. Chegando, posteriormente, as tentativas de aldeamento que regeram a dita política indigenista após 1791 e as assinaturas de tratados de paz e amizade, os quais conferiram aos indígenas em questão a posição de “vassalos” da coroa portuguesa.

Apreende-se, portanto, que as políticas implementadas na região foram moldadas conforme a instituição do poder colonial e os ordenamentos metropolitanos de que se procurassem construir relações amistosas em detrimento das bélicas, buscando chegar ao aldeamento.

Ademais, devido ao posicionamento dos empreendimentos coloniais e sua proximidade com os limites territoriais estabelecidos pelos diversos tratados outorgados ao longo do século XVIII, nota-se também que a constante ameaça de uma invasão espanhola foi condicionante para as mudanças de comportamento para com as populações nativas, incentivando cada vez mais o processo de busca por boas relações. De tal modo, a busca pela garantia de terrenos constante no século em questão transforma os indígenas não apenas em possíveis aldeados ou reduzidos para uma posição de manutenção dos limites territoriais, para tanto, ambas as coroas empreenderam estratagemas para a atração desta população.

Portanto, no tocante as políticas indigenistas, podemos concluir que, estas não seguiam necessariamente a carta a lei, porém foram derivadas de sua instituição e mudança na percepção metropolitana acerca dos nativos, incentivando que, no caso de Mato Grosso, tais agrupamentos étnicos pudessem deixar de serem lidos apenas como populações hostis a serem combatidas para ocupar também um papel de possíveis aliados dos empreendimentos portugueses, garantindo a manutenção territorial e a exploração regulamentada de sua força de trabalho.

Quanto as ações políticas tomadas pelos Mbaya, nota-se que estes jamais renunciaram aos seus modos culturais ou territórios. Aproveitando-se dos desejos de ambas as coroas de tê-los como aliados e donatários, os indígenas souberam como ninguém tomar proveito do contexto e negociar, muitas vezes, com ambas as forças coloniais simultaneamente, habitando ora terras espanholas, ora terras portuguesas. Utilizando-se de seu poder de barganha para adquirir bens, roubando bens de uma potência e vendendo a outra, os cavaleiros demonstraram saber utilizar da situação posta para manutenção de seu modo de vida, buscando garantir, inclusive, sua liberdade de movimentação por toda extensão do norte do Paraguai até o rio Miranda, jamais deixando de sentir-se como os senhores de tais terras, recusando-se a assimilar os novos limites impostas na região. As alianças não ditavam sobre uma predileção dos indígenas para com hispânicos ou lusitano, mas sim, sobre a manutenção das estruturas culturais e territoriais Mbaya.

Em suma, me valho da reflexão de Sérgio Buarque de Holanda (2014), que ao analisar o sucesso da manutenção dos arraiais na região de Cuiabá, faz alusão a teoria da evolução, constatando que “As calamidades que se abateram durante anos seguidos sobre essa gente tinham exercido uma função seletiva, pois, eliminando os mais impacientes, retemperaram nos outros a energia agressiva que requeria o movimento de expansão”, levo esta relação também para o pensar acerca das políticas indigenistas: Por vezes é perceptível que ações tomadas visam adaptar-se ao ambiente, fazendo com que as ações costumeiras dos indígenas reflitam-se de forma positiva para o estabelecimento colonial lusitano, que aproveitou-se em diversas ocasiões dos conflitos entre Mbaya e espanhóis, fomentando também o comércio de itens e gado roubado.

Da mesma forma, os indígenas demonstravam poder de adaptação ímpar, aliando-se ou criando inimizade nos momentos oportunos, negociando com ambos os impérios e diversas outras nações nativas. O oeste colonial impunha-se espinhoso e

disforme para todos, e a chave para a possibilidade de manutenção territorial e cultural era a adaptação as novas estruturas trazidas na aurora do século XVIII.

## FONTES MANUSCRITAS

CARTA, dos Oficiais da Câmara da Cila de Cuiabá ao rei [D. João V] sobre a chegada da tropa comandada pelo mestre de Campo Manoel Rodrigues de Carvalho e o ataque que sofreu do gentio Paiaguá e Guaicurú e as perdas que tiveram. Vila de Cuiabá, 11 de abril de 1734. CT: AHU_ACL_CU_010_CX. 1_D. 69

OFÍCIO do [governador e capitão-general da capitania de Mato Grosso] Luís de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar] Martinho de Melo e Castro sobre um ataque de índios Guaicurú, que subiram o rio Paraguai e atacaram uma fazenda, onde mataram 16 pessoas. Dá notícia sobre essa nação indígena e remete uma placa de prata que trazia pendurada no pescoço o índio que foi morto. Vila Bela, 8 de junho de 1775. CT: AHU_CU_010, Cx. 17, D. 1102.

OFÍCIO do [governador e capitão-general da capitania de Mato Grosso] Luís de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres [secretário de estado dos Negócios do Reino] ao marquês de Pombal [Sebastião José de Carvalho Melo] em que dá conta dos princípios de amizade e de correspondência estabelecidos entre a gente do Presídio da Nova Coimbra e os índios chamados de Cavaleiros ou Guaicurú, aliados dos espanhóis. Vila Bela, 8 de janeiro de 1777. CT: AHU_CU_010, Cx. 18, D. 1146.

OFÍCIO do [governador e capitão-general da capitania de Mato Grosso] Luís de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar] Martinho de Melo e Castro com que envia as últimas notícias do Presídio da Nova Coimbra a respeito da exploração sobre o rio Paraguai até quatro dias mais de viagem para baixo ou para sul e sobre as primeiras práticas com a valorosa nação dos índios Guaicurú.Vila Bela, 10 de Janeiro de 1777. CT: AHU_CU_010, Cx. 18, D. 1148.

OFÍCIO do [governador e capitão-general da capitania de Mato Grosso] Luís de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar] Martinho de Melo e Castro sobre o gravíssimo incomodo e despesa que tem feito o destacamento de Nova Coimbra e as incursões dos ferozes e atrevidos índios Guaicurú. Vila Bela, 26 de dezembro de 1779. CT: AHU_CU_010, Cx. 21, D. 1255.

OFÍCIO do [governador e capitão-general da capitania de Mato Grosso], João de Albuquerque de Melo Pereia e Cáceres, para o [secretário de estado da Marinha e Ultramar], Martinho de Melo e Castro, sobre a fragilidade estrutural em que se encontrava o Presídio de Coimbra; desordens provocadas pelos índios Guaicuru; benefícios que se tirariam de um tratado de paz e amizade com os citados índios. Vila Bela, 11 de maio de 1791. CT: AHU_CU_010, Cx. 28, D. 1607.

OFÍCIO do [governador e capitão-general da capitania de Mato Grosso], João de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres, ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar], Martinho de Melo e Castro, sobre a visita dos índios Guaicuru, e benefícios de um tratado de paz com esta nação. Vila Bela, 9 de setembro de 1791. CT: AHU_CU_010, Cx. 28, D. 1617.

OFÍCIO do [governador e capitão-general da capitania de Mato Grosso] João de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres para o [secretário de estado da Marinha e Ultramar] Martinho de Melo e Castro sobre o comandante dos estabelecimentos do

Paraguai, o sargento-mor engenheiro Joaquim José Fereira, ter cumprido as ordens para os índios Guaicuru passarem à povoação de Albuquerque e as amizades com esses índios. Vila Bela, 20 de outubro, 1791. CT: AHU_CU_010, Cx. 28, D. 1627

.

OFÍCIO do [governador e capitão-general da capitania de Mato Grosso] João de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres para o [secretário de estado da Marinha e Ultramar] Martinho de Melo e Castro informando dos insultos praticados pelos índios Guaicuru na fazenda Camapuã e os socorros enviados. Vila Beal, 2 de julho de 1792. CT: AHU_CU_010, Cx. 29, D. 1644.

OFÍCIO do [governador e capitão-general da capitania de Mato Grosso] João de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres para [secretário de estado da Marinha e Ultramar] Martinho de Melo e Castro, solicitando o envio de pólvoras, armas e mais munições de guerra para as expedições, além de ferro, aço e ferramentas para as obras do trem real; machados, facas e foices para os índios Guaná, Guaicuru, Pamas e para outras nações; e informa sobre o comércio com a capitania do Pará. Vila Bela, 19 de setembro de 1793. CT: AHU_CU_010, Cx. 30, D. 1677.

OFÍCIO do [governador e capitão-general da capitania de Mato Grosso] João de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres para o [secretário de estado da Marinha e Ultramar], Martinho de Melo e Castro em que relata a situação da fronteira; o avanço dos castelhanos pela margem direita do rio Paraguai, estabelecendo fazendas de gado; e a vantagem em se comprar aos índios Guaicurú os animais que lá vão roubar. Vila Bela, 20 de julho de 1795. CT: AHU_CU_010, Cx. 31, D. 1696.

OFÍCIO do [governador e capitão-general da capitania de Mato Grosso João de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres para o [secretário de estado da Marinha e Ultramar] Luís Pinto de Sousa Coutinho, informando do sucesso que tem havido após a amizade feita com os índios Guaicuru e carta patente que passou ordenando aos magistrados, oficiais de Justiça e comandantes militares para tratarem os Guaicuru como vassalos; as amizades que têm tido com os Guaná. Vila Bela, 10 de fevereiro de 1796. CT: AHU_CU_010, Cx. 31, D. 1722.

OFÍCIO do [governador e capitão-general da capitania de Mato Grosso] Caetano Pinto de Miranda Montenegro para o [secretário de estado da Marinha e Ultramar] informando sobre as amizades que tem com os índios Guaicuru e Guaná, alguns já moradores em Albuquerque; sobre sua intenção de construir um estabelecimento para aldear esses índios; sobre a má localização do Presídio de Coimbra; apresentando as condições ideais nas margens do rio Mondego para a fixação dos índios. Vila Bela, 17 de abril de 1797. CT: AHU_CU_010, Cx. 33, D. 1751.

OFÍCIO do [governador e capitão-general da capitania de Mato Grosso] Caetano Pinto de Miranda Montenegro ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar] Rodrigo de Sousa Coutinho, sobre as expedições enviadas pelo governador da província de Assunção, D. Lázaro de Ribeira, contra os índios Guaicuru; as providências tomadas para estabelecer o Presídio de Miranda; a necessidade de ser manter uma política pacífica com os índios; sobre a idéia de mudar o Presídio de Coimbra para outro lugar mais seguro e a proposta dos castelhanos em fundar estabelecimentos dentro dos limites portugueses. Vila Bela, 6 de dezembro de 1797. CT: AHU_CU_010, Cx. 34, D. 1764.

OFÍCIO do [governador e capitão-general da capitania de Mato Grosso] Caetano Pinto de Miranda Montenegro para o [secretário de estado da Marinha e Ultramar], enviando um plano para o novo Presídio de Miranda; notícias sobre os índios Guaicurú e Guaná. Vila Bela, 23 de julho de 1798. CT: AHU_CU_010, Cx. 35, D. 1803.

OFÍCIO do [governador e capitão-general da capitania de Mato Grosso] Caetano Pinto de Miranda Montenegro para o [secretário de estado da Marinha e Ultramar] Rodrigo de Sousa Coutinho, sobre a localização do presídio de Miranda; descrição dos índios Guaicuru e Guaná; mapas da população indígena das serras de Albuquerque; mapas de depesas com os referidos índios. Vila de Cuiabá, 28 de abril de 1800. CT: AHU_CU_010, Cx. 38, D. 1898

OFÍCIO do [governador e capitão general da capitania de Mato Grosso] Caetano Pinto de Miranda Montenegro para o [secretário de estado da Marinha e Ultramar], visconde de Anadia, [João Rodrigues de Sá e Melo], a informar que o governador de Assunção, D. Lázaro de Ribeira, aguarda negociações da Corte para a utilização da navegação do rio Paraguai; a chegada de índios Cadiuéu e Guaná em Albuquerque. Vila de Cuiabá, 31 de janeiro de 1803. CT: AHU_CU_010, Cx. 40, D. 2020

OFÍCIO do [governador e capitão-general da capitania de Mato Grosso] Caetano Pinto de Miranda Montenegro para o [secretário de estado da Marinha e Ultramar], visconde de Anadia, [João Rodrigues de Sá e Melo], informando que recebeu carta do governador da província de Assunção, Lázaro de Ribera, alegando insultos praticados pelos índios; a passagem de índios Guaicuru para Albuquerque; os cuidados para que os índios não ultrapassem a fronteira. Vila de Cuiabá, 18 de abril de 1803. CT: AHU_CU_010, Cx. 41, D. 2034.

OFÍCIO do [governador e capitão-general da capitania de Mato Grosso] Caetano Pinto de Miranda Montenegro para o [secretário de estado da Marinha e Ultramar], visconde de Anadia, [João Rodrigues de Sá e Melo] a respeito dos índios Guaicuru e Guaná estabelecidos nas proximidades do Presídio de Coimbra; o interesse em aldeá-los; envia paracer e descrição dessas tribos feito pelo tenente coronel Ricardo Franco de Almeida Serra. Vila de Cuiabá, 19 de abril de 1803. CT: AHU_CU_010, Cx. 41, D. 2035.

## FONTES IMPRESSAS

AZARA, Félix de. *Descripción e historia del Paraguay y del rio de la plata*. Imprenta de Sanchiz, Madrid, 1847.

AZARA, Félix de. *Viajes por la América meridional*. Espada-calpe. Madrid. 1934.

CACERES, Luiz d'Albuquerque de Mello Pereira (1777). "Exploração do Rio Paraguay e primeiras praticas com os índios guaycurús". *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Brasil*. Rio de Janeiro, tomo 28, p. 70 - 88, 1865

CABEZA DE VACA, Álvar Nuñez. *Naufrágios e Comentários*. L&PM. Porto Alegre, 1987.

CAMPONÊS, Marcelino Rodrigues. Exploração do Rio Paraguai e primeiras práticas com os índios Guaycurus. Nova Coimbra, 17 out. 1776. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, v. 28, 1865, p. 86-87.

CAMPOS, Antonio Pires de. Breve noticia que dá o Capitão Antonio Pires de Campos, do gentio barbaro que há na derrota da viagem das minas do Cuyabá e seu recôncavo ... até o dia 20 de maio de 1723. *Revista Trimensal do Instituto Historico, Geographico e Ethnographico do Brasil*, Rio de Janeiro, t. XXV, p. 437-449, 1862.

D'ALINCOURT, Luiz. Resumo das explorações feitas pelo engenheiro Luiz D'Alincourt, desde o registro de Camapuã até a cidade de Cuyabá (1825*). Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Brasil*. Rio de Janeiro, tomo 20, p. 334-345, 1857.

D'ALINCOURT, Luiz. Reflexões sobre o systema de defesa que se deve adotar na fronteira do Paraguay, em conseqüência da revolta e dos insultos praticados ultimamente pela nação dos índios Guaicuru ou cavaleiros (1826*). Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, tomo 20, p. 360-366, 1857.

DOCUMENTOS interessantes para a história e costumes de São Paulo. São Paulo: Arquivo do Estado de São Paulo, [1895-]. v. 13: Bandos e portarias de Rodrigo César de Menezes, 1895.

FERREIRA, Alexandre Rodrigues. *Viagem filosófica pelas capitanias do Grão Pará, Rio Negro, Mato Grosso e Cuiabá*. São Paulo: Conselho Federal de Cultura, 1974.

MONTENEGRO, C. P. de M. Resposta ao parecer de Ricardo Franco de Almeida Serra sobre o aldeamento dos índios Uaicuru's e Guaná, com descrição dos seus usos, religião, estabilidade e costumes (1803). *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, tomo 7, p. 213-218, 1845.

PRADO, F. Rodrigues do. *História dos índios cavaleiros ou da nação Guaicuru, escrito no Real Presídio de Coimbra (1795).* Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Rio de Janeiro, tomo 1, p. 25-57, 1839.

MOURA, Antonio Rolim de. Correspondência do governador de Mato Grosso (1752). *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, v. 263, 1964.

SÁ, José Barbosa de. Chronicas do Cuyabá [...] [1765]. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo*, São Paulo, v. 4, p. 5-217, 1899.

SÁNCHEZ LABRADOR, José. *El Paraguay católico*. Buenos Aires: Universidad Nacional de La Plata, 1910.

SCHMIDEL, Ulrich. *Viaje al Rio de la Plata (1534-1554).* Notas bibliográficas e biográficas de Bartolomé Mitre. Prólogo, tradução e anotações de Samuel A. Lafone Quevedo. Buenos Aires, 1903.

SERRA, Ricardo Franco de Almeida. Continuação do Parecer sobre os índios Uaicuru's e Guaná. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, tomo 13, p. 348-395, 1850.

SERRA, Ricardo Franco de Almeida. Extrato da descrição geográfica da capitania de Mato Grosso, feita em 1797. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, tomo 6, p. 221-224, 1844.

SERRA, Ricardo Franco de Almeida. Parecer sobre o aldeamento dos índios uaicurús e guanás, com a descrição dos seus usos, religião, estabilidade e costumes. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, tomo 7, p. 156-196, 1845.

## BIBLIOGRAFIA

AGUILAR, José Otávio. Legislação indigenista e os ecos autoritários da "Marselhesa": Guido Thomaz Marlière e a colonização dos sertões do rio doce. *Projeto História*, São Paulo, n.33, p. 83-96, dez. 2006.

ALMEIDA, Rita Heloísa de. O diretório dos índios: um projeto de "civilização" no Brasil do século XVIII. Brasília: Ed. UnB, 1997.

AMOROSO, Marta. Terra de índio: imagens em aldeamentos do Império. São Paulo: Terceiro Nome, 2014.

AUDIBERT, Alejandro. *Los Límites de la Antigua Província del Paraguay*. 1ª Parte. Buenos Aires: Imprenta La Economica, 1892.

BARROS, E. P. de. Política indigenista e suas relações com a política expansionista no II Império em Mato Grosso. *Revista de Antropologia*, São Paulo: DA-FFLCH-USP, v. 30-32, p. 183-223, 1989.

BARTH, F. *Los grupos étnicos y sus fronteras*. México: Fondo de Cultura Económica, 1976.

BERTELLI, Antonio de Pádua. *Os índios cavaleiros Guaycurús*: fatos e acontecidos entre 1526-1986 no Pantanal do Mato Grosso. Uyara, São Paulo, 1987.

BLAU, Alessandra Resende Dias. *O "ouro vermelho" e a política de povoamento da Capitania de Mato Grosso: 1752-1798*. Dissertação (Mestrado em História) - Instituto de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Federal de Mato Grosso – UFMT, Cuiabá – MT, 2007.

BOAVENTURA, Tomás de A. S. *Limites no Mato Grosso colonial: período Albuquerquino (1772-1789)*. Cuiabá: PROED/UFMT/Departamento de História, 1987.

BOGGIANI, Guído. *Etnografia del Alto Paraguay*. Revista do Instituto Geográfico Argentino. Buenos Aires. 1897.

BRIGHTMAN, Marc; FAUSTO, Carlos; GROTTI, Vanessa (Ed.). *Ownership and nurture:* studies in native Amazonian property relations. Berghahn Books, 2022.

CAMELO, João Antônio Cabral. Notícias Práticas das minas do Cuiabá e Goiáses, na capitania de São Paulo e Cuiabá, que dá ao Rev. Padre Diogo Juares, o Capitão [...], sobre a viagem que fez às minas do Cuiabá no ano de 1727 [1734]. *In*: TAUNAY, Afonso de. *Relatos monçoeiros*. São Paulo: Livraria Martins, 1976.

CANAVARROS, Otávio. *O poder metropolitano em Cuiabá (1727–1752)*. Cuiabá: EDUFMT, 2004.

CANCELA, Francisco Eduardo Torres. *De projeto a processo colonial: índios, colonos e autoridades régias na colonização reformista da antiga capitania de Porto Seguro (1763-1808)*. Tese de Doutorado. Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2012.

CANOVA, Loiva. *Os doces bárbaros: imagens dos índios Paresi no contexto da conquista portuguesa em Mato Grosso (1719-1757).* Dissertação (Mestrado em História) - Instituto de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Federal de Mato Grosso – UFMT, Cuiabá – MT, 2003.

CAVALCANTE, Thiago Leandro V. Etno-história e história indígena: questões sobre conceitos, métodos e relevância da Pesquisa, *História (São Paulo)*, v. 30, n. 1, p. 349-371, jan/jun 2011.

CARDOSO, Juciene Ricarte. *Os Akroá e outros grupos indígenas nas fronteiras do sertão – As práticas das políticas indígena e indigenista no norte da capitania de Goiás – Século XVIII*, 2005, Tese de Doutorado, Universidade Federal de Pernambuco.

CARVALHO, Francismar Alex Lopes de. *Lealdades negociadas: povos indígenas e a expansão dos impérios ibéricos nas regiões centrais da América do Sul (segunda metade do século XVIII)*. 2014. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.

CARVALHO, Francismar Alex Lopes de. *Viajantes, mareantes e fronteiriços: relações interculturais no movimento das Monções-Século XVIII*. 2006. Dissertação de Mestrado. Universidade Estadual de Maringá.

CARVALHO, Silvia M. *Schmuziger. Chaco: encruzilhada de povos e "melting pot" cultural, suas relações com a bacia do Paraná e o sul mato-grossense.* In: CUNHA, Manuela Carneiro da (org.). Histórias dos índios do Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1992, p. 457- 475.

COELHO, Mauro Cezar. A construção de uma lei: o Diretório dos Índios. *Revista do IHGB*, Rio de Janeiro, n. 168, v. 437, p. 29-48, out.-dez. 2007.

COELHO, Mauro Cezar; SANTOS, Rafael Rogério N. dos. "Monstruoso systema (...) intrusa e abusiva jurisdicção": o diretório dos índios no discurso dos agentes administrativos coloniais (1777-1798). *Revista de História São Paulo*, n. 168, p. 100-130, jan./jun. 2013.

CORRÊA, Luís Rafael Araújo. *Insurgentes brasílicos*: uma comunidade indígena rebelde no espírito santo colonial. Jundiaí: Paco Editorial, 2021.

DOMINGUES, Ângela. Quando os índios eram vassalos: colonização e relações de poder no Norte do Brasil na segunda metade do século XVIII. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 2000.

D'ORBIGNY, Alcide. *Viaje a la America Meridional.* Plural editores, Bolívia. 2002

FERNANDES, Estevão Rafael. Normalizando povos indígenas: um olhar sobre o Diretório Indígena (1757), *RIDH*, Bauru, v. 7, n. 2, p. 39-59, jul./dez., 2019. (13)

FREIRE, G. de C. Assimetrias entrelaçadas: sobre o "complexo hierárquico" Eyiguayegui-Guaná. *Tellus*, [S. l.], v. 19, n. 39, p. 263–292, 2019. DOI:

10.20435/tellus.v19i39.573. Disponível em: https://www.tellus.ucdb.br/tellus/article/view/573. Acesso em: 5 out. 2024.

FREIRE, Gabriela de Carvalho. *Distinções eyiguayegui.* 2017. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017. DOI:10.11606/D.8.2018.tde-25042018-112128. Acesso em: 5 out. 2022.

GADELHA, Regina Maria A. F. *As missões jesuíticas do Itatim*: um estudo das estruturas sócio-econômicas coloniais do Paraguai, séculos XVI e XVII. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

GADELHA, Regina Maria A. F. *Missões Guarani: impacto na sociedade contemporânea*. São Paulo: Educ, 1999.

GOES, Synesio Sampaio Filho. *Navegantes, bandeirantes, diplomatas*: um ensaio sobre a formação das fronteiras do Brasil. Ed. rev. e atual. Brasília: FUNAG, 2015.

GRUPIONI, Luís Donisete Benzi (org.). *Índios no Brasil*. São Paulo: Secretaria Municipal de Cultura de São Paulo, 1992.

GUY, Donna J.; SHERIDAN, Thomas E. *Contested ground: comparative frontiers on the northern and southern edges of the Spanish Empire*. Tucson: University of Arizona Press, 1998.

HEMMING, John. Red Gold. *The conquest of the Brazilian indians.* Southampton: The Camelot Press, 1978.

HERBERTS, Ana Lucia. *Os Mbayá-Guaicuru: área, assentamento, subsistência e cultura material*. 1998. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos. São Leopoldo, RS, 1998.

HOLANDA, Sérgio Buarque**.** *Monções*. 4. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

HOWARD, David A. *Conquistador in chains*: Cabeza de Vaca and the Indians of the Americas**.** Tuscaloosa: University of Alabama Press, 1997.

JEHA, Silvana Cassab. *O padre, o militar e os índios, Chagas Lima e Guido Marlière: civilizadores de botocudos e kaingangs nos sertões de Minas Gerais e São Paulo, século XIX*. 2005. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, RJ, 2005.

KERSTEN, Ludwig*: Las tribus indígenas del Gran Chaco hasta fines del siglo XVIII.* Universidad Nacional Del Nordeste. Inst. de Historia. Resistencia, 1968.

MÉTRAUX, Alfred. Ethnography of the Chaco. *In*: STEWARD, J. *Handbook of South American indians: the marginal tribes*, New York: Cooper Square Publishers, 1946. v. 1, p. 197-370.

RICHARD, Nicolás & COMBÈS, Isabelle. 2015. "O complexo alto-paraguaiense: do Chaco a Mato Grosso do Sul". *In*: CHAMORRO, Graciela; COMBÈS, Isabelle (org.). *Povos indígenas em Mato Grosso do Sul*: história, cultura e transformações sociais. Dourado: UFGD, pp. 231-248.

RODRIGUES, Valéria Nogueira. *Legislação indigenista e políticas indígenas no século XIX: a ocupação dos territórios dos Kadiwéu (Mbayá-Guaykuru) e dos Terena (Chané-Guaná)*. Tese de doutorado, Universidade Federal de Mato Grosso. Cuiabá, 2021.

SANTOS-GRANERO. Fernando. 2016. Masters, slaves and real people: native understandings of ownership and humaneness in Tropical American Capturing Societies. *In*: BRIGTMAN, Marc; FAUSTO, Carlos; GROTTI, Vanessa (ed.). *Ownership and nurture: studies in native Amazonian property relations*. New York: Oxford, Berghan Books.

SUSNIK, Branislava**.** *Los aborigenes del Paraguay*: etnologia del Chaco Boreal y su periferia (siglos XVI y XVII). Asunción: Museo Etnografico Andres Barbero, 1978.

SUSNIK, Branislava, CHASE-SARDI, Miguel. *Los indios del Paraguay*. Madrid: Colecciones MAPFRE 1492, 1995.

SMANIOTTO, Elaine. *Relações de gênero entre populações indígenas nômades do Chaco: Abipón, Mocovi, Toba, Payaguá e Mbayá no século XVIII*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2003.

TAUNAY, Afonso de E. *Relatos sertanistas*. São Paulo: Livraria Martins, 1976.

VANGELISTA, Chiara. Las relaciones hispano-portuguesas en el norte de Mato Grosso, siglos XVIII-XIX. *Anos 90*, v. 6, n. 9, p. 33-55, 1998.

VANGELISTA, Chiara. Los guaikurú, españoles y portugueses en una región de frontera: Mato Grosso, 1770-1830. *Boletín del Instituto de Historia Argentina y Americana "Dr. Emilio Ravignani*, v. 3, n. 8, 1993.